



UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE – FURG
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LETRAS
DOUTORADO EM LETRAS

GABRIEL JORGE QUADROS DE PAULA

**A CONSTRUÇÃO DE UMA IMAGEM: AS BIOGRAFIAS DE JK, FIGUEIREDO,
LULA, DILMA E BOLSONARO**

RIO GRANDE- RS - 2023

GABRIEL JORGE QUADROS DE PAULA

**A CONSTRUÇÃO DE UMA IMAGEM: AS BIOGRAFIAS DE JK, FIGUEIREDO,
LULA, DILMA E BOLSONARO**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Letras - PPGL da Universidade Federal do Rio Grande - FURG como requisito parcial e último para obtenção do título de Doutor em Letras. Área de concentração: História da Literatura.

Orientador: Prof. Dr. José Luís Giovanoni Fornos.

Rio Grande – RS – 2023

Ficha Catalográfica

P324p Paula, Gabriel Jorge Quadros de.

A construção de uma imagem: as biografias dos presidentes Juscelino Kubitschek, João Baptista Figueiredo, Luís Inácio Lula da Silva, Dilma Rousseff e Jair Messias Bolsonaro / Gabriel Jorge Quadros de Paula. – 2023.

146 f.

Tese (doutorado) – Universidade Federal do Rio Grande – FURG, Programa de Pós-Graduação em Letras, Rio Grande/RS, 2023.

Orientador: Dr. José Luís Giovanoni Fornos.

1. Biografia 2. História 3. Literatura 4. Biógrafo 5. Presidentes Brasileiros I. Fornos, José Luís Giovanoni II. Título.

CDU 929




SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE - FURG
INSTITUTO DE LETRAS E ARTES
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LETRAS



ATA DE DEFESA DE TESE nº 02/2023

No dia treze de setembro de dois mil e vinte e três, através de videoconferência, realizou-se a defesa de tese do doutorando **Gabriel Jorge de Quadros de Paula**, intitulada “**O papel do biógrafo narrador na construção dos presidentes Juscelino Kubitschek, João Baptista Figueiredo, Luís Inácio Lula da Silva, Dilma Rousseff e Jair Messias Bolsonaro**”. A sessão foi aberta às catorze horas e trinta minutos pelo Prof. Dr. José Luís Giovanoni Fornos (FURG), orientador da tese e presidente da Comissão de Avaliação, que também foi composta por: Prof. Dr. Mauro Nicola Póvoas (FURG), Prof. Dr. Antônio Carlos Mousquer (FURG), Prof. Dr. André Luis Mitidieri Pereira (UESC) e Prof. Dr. Luis Fernando da Rosa Marozo (UNIPAMPA). Depois da apresentação, arguição e respostas, a Comissão decidiu que **APROVA** o doutorando neste requisito parcial e último para a obtenção do grau de Doutor em Letras, na área de concentração em História da Literatura. A comissão de avaliação sugere que, além das mudanças e correções sugeridas, o título da tese passe a ser: “**A construção de uma imagem: as biografias de JK, Figueiredo, Lula, Dilma e Bolsonaro**”. Após, o presidente publicou o resultado e encerrou a sessão, da qual foi lavrada a presente ata.


José Luís Giovanoni Fornos
Dr. José Luís Giovanoni Fornos (orientador – FURG)
Prof. Dr. Mauro Nicola Póvoas (FURG)
Prof. Dr. Antônio Carlos Mousquer (FURG)
Prof. Dr. André Luis Mitidieri Pereira (UESC)
Prof. Dr. Luis Fernando da Rosa Marozo (UNIPAMPA)

AGRADECIMENTOS

Para a existência desta tese agradeço a minha família, meus amigos alunos e a meu orientador e ao Programa de Pós-Graduação em Letras por terem me incentivado e acreditado no tema da minha pesquisa. Agradeço também ao referencial teórico que utilizei e aos biografados e biógrafos, pois eles favoreceram o material pela qual me baseei para escrever esta tese.

RESUMO

O tema desta tese foi a construção dos presidentes Juscelino Kubitscheck, Dilma Rousseff, João Baptista Figueiredo, Luís Inácio Lula da Silva e Jair Messias Bolsonaro. A escolha desse tema pesquisa se deu pelo fato de que ao se analisar as biografias destes indivíduos que chegaram à presidência da República do Brasil percebeu-se que o biógrafo de cada um destes líderes políticos moldou a forma pela qual estes personagens históricos são narrados e apresentados em cada uma destas biografias. É importante mencionar também que por meio dessa tese busca se demonstrar o caráter híbrido que a biografia como gênero textual possui, pois ela oscila entre a fronteira da literatura e da história, mostrando as convergências entre estes dois campos do conhecimento. É importante mencionar que os autores que serão utilizados para a análise das biografias são François Dosse, Leonor Arfuch, André Mitidieri, Benito Bisso Schmidt e Sabina Loriga.

Palavras-chave: Biografia; História; Literatura; Biógrafo Presidentes Brasileiros.

ABSTRACT

The theme of this thesis deals with the role that the construction of images of biographical characters Juscelino Kubitscheck, Dilma Rousseff, João Baptista Figueiredo and Jair Messias Bolsonaro. The choice of this research theme was due to the fact that when analyzing the biographies of these individuals who came to the presidency of the Republic of Brazil, it was noticed that the biographer of each of these political leaders shaped the way in which these historical characters are narrated and presented in each of these biographies. It is also important to mention that this thesis seeks to demonstrate the hybrid character that biography has as a textual genre, since it oscillates between the boundary of literature and history, showing the convergences between these two fields of knowledge. It is important to mention that the authors who will be used for the analysis of the biographies are François Dosse, Leonor Arfuch, André Mitidieri, Benito Bisso Schmidt and Sabina Loriga.

Keywords: Biography; History; Literature; Biographer Brazilian Presidents.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	10
1. CONTRIBUIÇÕES TEÓRICAS DO BIÓGRAFO ENQUANTO NARRADOR NO GÊNERO BIOGRÁFICO	15
2- O PAPEL DO BIÓGRAFO CLAUDIO BOJUNGA NA CONSTRUÇÃO DA BIOGRAFIA DO PRESIDENTE JUSCELINO KUBITSCHKEK	27
2.1 O contexto histórico brasileiro na década de 1950	28
2.2 A construção do personagem JK pelo biógrafo Cláudio Bojunga	29
3. O PAPEL DO BIÓGRAFO BERNARDO PASQUALETE NA CONSTRUÇÃO DA BIOGRAFIA DO PRESIDENTE JOÃO BAPTISTA FIGUEIREDO	33
3.1 O processo de anistia no governo de João Baptista Figueiredo	35
3.2 A participação dos militares na política: uma consequência da eleição de Jair Bolsonaro.....	37
3.3 A biografia de Jair Bolsonaro e a biografia de João Baptista Figueiredo: a visitação à memória da ditadura militar	41
4. O PAPEL DO BIÓGRAFO RICHARD BOURNE NA CONSTRUÇÃO BIOGRÁFICA DO PRESIDENTE LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA	49
4.1 A Infância, a juventude e o início da vida sindical de Luís Inácio Lula da Silva	49
4.2 Luiz Inácio Lula da Silva: o nascimento da liderança, o fundador do PT e o candidato à presidência da República	53
4.3 O líder sindical como candidato à presidência em 1989.....	59
4.4 As derrotas de Lula nas eleições presidenciais de 1994 e de 1998.....	62
4.5 A eleição vitoriosa de Lula em 2002.....	65
4.6 O primeiro governo Lula e a reeleição em 2006	67
5. A CONSTRUÇÃO BIOGRÁFICA DA PRESIDENTE DILMA ROUSSEFF PELO BIÓGRAFO RICARDO AMARAL	72
5.1 Dilma Rousseff e a figura da mulher	75
5.2 Dilma Rousseff: a primeira mulher chefe do Executivo Nacional Brasileiro	76
5.3 O marxismo e a ideia de revolução popular	81
5.4 A secretária de governos populares de esquerda	86
5.5 A ministra do governo Lula.....	89
5.6 A eleição da primeira mulher presidente da República do Brasil	92
6. A BIOGRAFIA DE JAIR BOLSONARO ESCRITO POR CLÓVIS SAINT-CLAIR: UMA BIOGRAFIA ESCRITA EM CONTRAPONTO À BIOGRAFIA MITO OU VERDADE, ESCRITA POR FLÁVIO BOLSONARO	95
6.1 A Saída de Jair Bolsonaro da carreira militar e sua entrada na política.....	101
6.2 Do deputado federal à vitória do pleito presidencial de 2018.....	103
7. A IDENTIDADE REGIONAL DOS EX-PRESIDENTES BIOGRAFADOS	111
7.1 A mineiridade como forma de identidade: Juscelino Kubitscheck e Dilma Rousseff.....	111
7.2 O ponto de vista de vista do biógrafo de João Figueiredo sobre a identidade: o caráter militar e o apreço pela cultura gaúcha.....	113
7.3- O ponto de vista do biógrafo de Lula sobre a identidade: o caráter de sobrevivente e o apreço pela identidade nordestina	116

7.4 O ponto de vista do biógrafo de Jair Bolsonaro sobre a identidade: o caráter e o apreço pela cultura militar do interior	119
8. SEMELHANÇAS E DIFERENÇAS DOS BIÓGRAFOS NA CONSTRUÇÃO DOS EX-PRESIDENTES JK, FIGUEIREDO, DILMA, LULA E BOLSONARO	122
CONCLUSÃO.....	130
REFERÊNCIAS	135

INTRODUÇÃO

A presente tese trata dos presidentes, Juscelino Kubitschek, Dilma Rousseff, João Baptista Figueiredo, Luiz Inácio Lula da Silva e Jair Messias Bolsonaro. A relação das biografias escolhidas para esta tese com o campo histórico se dá por dois motivos. O primeiro é de que os cinco biografados acima são figuras importantes da história do Brasil. O segundo é que as análises feitas pelos biógrafos desta tese revelam épocas importantes da história política brasileira, servindo de fontes documentais de diferentes períodos da vida nacional, configurando a tese como um estudo histórico-narrativo-biográfico.

Além desse aspecto, no que se refere à teoria dos gêneros, percebeu-se a existência de diferentes modalidades da escrita biográfica que são classificadas como biografia, autobiografia, autoficção, romance autobiográfico ou histórias de vida. Neste sentido, o presente trabalho visa a perceber de que forma a biografia sobre cinco ex-presidentes da república federativa do Brasil revela o caráter híbrido da biografia, justapondo elementos da história e da literatura.

Partindo desse pressuposto, o objetivo geral desta pesquisa é entender de que forma o biógrafo auxilia no processo de construção narrativa do personagem biografado, verificando a particularidade de cada biógrafo, a forma pela qual ele se aproxima do biografado e se o profissional que constrói a biografia simpatiza ou não com o biografado. Como objetivos específicos pretende-se compreender as fronteiras limítrofes entre história e literatura no gênero biográfico e quais as semelhanças e diferenças entre a biografia escrita por jornalistas e escrita por historiadores.

No que se refere à classificação dos textos que tem como temática as histórias de vida a partir da década de 1970, dois intelectuais chamados Philippe Lejeune e Serge Doubrovsky geraram uma importante discussão acerca das diferentes classificações referentes a textos de cunho biográfico e as possibilidades de se representar a vida de uma pessoa no universo literário. Segundo Lejeune (2008), a autobiografia caracteriza-se pela identidade ou semelhança entre o sujeito que narra uma história e aquele que vivencia a mesma, enquanto a biografia é um texto no qual um determinado sujeito denominado biógrafo escreve sobre a vida de uma pessoa que lhe desperta interesse. Apesar de a definição ter servido inicialmente para estabelecer certa diferença entre a biografia e autobiografia, entende-se que Lejeune

teve o interesse mais acentuado para a autobiografia do que pela biografia, definindo inclusive que os textos de cunho biográfico deveriam estabelecer com um leitor uma relação que o autor denominou de pacto autobiográfico. Em vista disso, o leitor que lesse um texto saberia definir em vista deste pacto se a obra era um romance autobiográfico, uma biografia ou uma autobiografia.

Lejeune (2008) identifica o pacto autobiográfico como sendo um tipo de estratégia que o autor deveria estabelecer com o leitor para deixá-lo ciente de que a obra continha elementos biográficos. Para o teórico francês, isso poderia se dar na nota introdutória da obra ou no preâmbulo da mesma ou na parte paratextual que inclui o texto propriamente dito, o subtítulo, a contracapa ou as orelhas do livro. Desta forma, o leitor estaria ciente que lia uma obra de cunho biográfico e teria condições de classificar a mesma como uma biografia, autobiografia ou romance autobiográfico. Cético quanto à definição dada por Lejeune, Doubrovsky escreveu em 1977, um livro chamado de *Le Fils* (“*Os filhos*”, em francês). De acordo com Doubrovsky (1977), todo contar de si é ficcionalizante, logo se pode contar a história de vida de alguém ou até mesmo escrever sobre a própria história de vida, utilizando-se de elementos da realidade e de elementos ficcionais, o que tal escritor chamava como sendo autoficção. Foi a partir desse universo que Doubrovsky realizou em *Le Fils*, problematizando a noção de pacto autobiográfico.

Se no campo da literatura, a discussão entre Lejeune e Doubrovsky abriu espaço para as chamadas escritas do eu e para textos de cunho biográfico, no campo histórico, a biografia e a autobiografia viveram muito tempo em descrédito entre os historiadores. A terceira Geração da *Escola dos Annales*, formada por intelectuais como Jacques Le Goff, Georges Duby e Emanuel Roy Ladurie, se interessaram no campo histórico para o estudo das biografias.

Dosse (2005) concebe que a *Escola dos Annales* foi um movimento histórico e científico ocorrido no campo da história entre as décadas de 1930 e de 1980 do século XX. O objetivo dos historiadores neste período era tornar a História mais próxima das outras ciências sociais e humanas, tais como a sociologia, a antropologia, psicologia, linguística e literatura. Num primeiro momento, os historiadores pertencentes a este movimento historiográfico rejeitaram a biografia como objeto de estudo, mas a terceira geração deste movimento retomou o interesse pela biografia como fonte de estudo e análise teórica.

Quando se relaciona este itinerário histórico no exterior com o ocorrido no

Brasil percebe-se que no campo literário e editorial brasileiro das últimas décadas houve a profusão de diversas biografias. As razões pelas quais as biografias no Brasil e no mundo estão alcançando significativo sucesso editorial e mercadológico, atraindo interesse de vários leitores e de mídia se dá por alguns motivos. Estes são:

a) O interesse por parte da sociedade e do mundo acadêmico no que se refere aos personagens históricos sejam eles mortos, sejam eles vivos. A figura dos cinco presidentes biografados insere-se neste exemplo, porque suas histórias de vida são interessantes do ponto de vista narrativo e ficcional;

b) a emergência de temas relacionados à memória e à questão de gênero que no contexto histórico contemporâneo do Brasil ganharam relevância social;

c) a influência gerada pelos meios de comunicação que fomentam e aguçam a curiosidade popular no que se refere à vida íntima das pessoas famosas, sejam elas celebridades artísticas, sejam elas autoridades políticas.

Os principais autores que compõem o campo teórico deste trabalho são François Dosse, autor da obra *A biografia*; Leonor Arfuch, *O espaço biográfico*; André Mitidieri, *Como e porque ler (des) ler os clássicos da biografia*. Outros autores podem ser utilizados ao longo da tese para corroborar e auxiliar no estudo do objeto desta. Todavia os autores de maior destaque no trabalho são os três citados acima. Todos estes textos representam o esforço do meio acadêmico nas últimas décadas em entender o gênero biográfico e suas nuances. Verifica-se que a maior parte das biografias produzidas no Brasil atualmente retrata a vida de atores, esportistas, pensadores e políticos.

A produção de biografias, como mencionado anteriormente, é grande no Brasil, mas o estudo existente acerca do papel do biógrafo na construção dos personagens biografados não corresponde à produção das biografias. A maior parte das biografias produzidas no Brasil gira em torno de figuras famosas, celebridades ou mesmo lideranças políticas. Não há, todavia, interesse em estudar o papel do biógrafo. A importância do personagem biográfico é o que predomina historicamente. Mesmo assim, há uma boa recepção das teorias existentes no campo literário acerca do texto biográfico.

Realizada a apresentação do tema da tese, vale ressaltar que a mesma está estruturada em oito capítulos. O primeiro aborda sobre os aspectos teóricos da biografia, percebendo esse gênero como sendo híbrido. Neste caso, pode se

perceber que a biografia oscila entre elementos típicos da narrativa histórica e as características do texto literário. Verificar as teorias do narrador como um dos aspectos significativos na elaboração das biografias, somando-se ao papel do biógrafo como uma espécie espacial de narrador que acaba por instruir ideologicamente a forma como o leitor recebe os episódios vividos pelo biografado.

O segundo tem como tema a figura do personagem biográfico Juscelino Kubitschek, realizada pelo biógrafo Cláudio Bojunga, biógrafo que enaltece a figura do biografado e dá a ela grande destaque como figura histórica, destacando seu papel como presidente da República. O terceiro analisa a construção do biógrafo Bernardo Pasqualete em relação a João Figueiredo, buscando reconstituir a figura histórica desse ex-governante e mostrando de que forma tal biografia representa a retomada do interesse dos estudos biográficos acerca da participação dos militares como gestores da política brasileira. Nesse refazer biográfico, destaca-se a valorização que o biógrafo dá a um biografado que não tem merecido atenção pelos estudos memorialísticos. O quarto traz a análise da biografia de Dilma Rousseff. Realizada pelo biógrafo Ricardo Amaral, este enaltece o passado de Dilma como ativista contra a ditadura e guerrilheira e a sua eleição como a primeira mulher chefe do poder executivo brasileiro. O quinto capítulo aborda a construção realizada pelo biógrafo do atual presidente do Brasil, Luís Inácio Lula da Silva, realizada pelo biógrafo Richard Bourne. Bourne enfatiza o passado difícil vivido por Lula, superando obstáculos para se transformar no mais popular presidente desde Getúlio Vargas. O capítulo seguinte retrata a vida de Jair Bolsonaro, realizado pelo biógrafo e jornalista Clóvis Saint-Clair, buscando analisar como um ex-deputado pertencente a um setor mais radicalizado da direita brasileira, com um discurso marcado pela violência conseguiu se tornar vitorioso do pleito presidencial de 2018.

O sétimo capítulo trata da relação dos cinco biografados com a questão da identidade regional às quais eles pertencem, sendo as de JK e Dilma com o estado de Minas Gerais e as de João Figueiredo e de Jair Bolsonaro com a identidade gaúcha e paulista e com o espírito militar e a de Lula com a identidade relacionada aos estados do Nordeste. No capítulo oito, desenvolve-se o papel do biógrafo, tomando como referência as semelhanças e diferenças.

Desta forma, entendemos que a análise do papel do biógrafo como narrador acerca dos personagens biografados, é central para se compreender a ideologia

presente em cada discurso, observando as semelhanças e diferenças através das escolhas linguísticas e estruturais, bem como as origens de cada biógrafo.

1. CONTRIBUIÇÕES TEÓRICAS DO BIÓGRAFO ENQUANTO NARRADOR NO GÊNERO BIOGRÁFICO

Prosseguindo o itinerário histórico de François Dosse, Leonor Arfuch dedicou-se em pesquisar a relação da memória com o gênero biográfico. Arfuch vê o gênero biográfico como fruto de uma razão dialógica, aquela na qual o modo como se narra uma vida adquire importância. O resgate da memória é uma das marcas da subjetividade que se tornou comum no campo das ciências sociais atualmente. Os conceitos de cronotopo e de responsividade, extraídos de Mikhail Bakhtin, segundo a teórica argentina, são os mais apropriados para explicar tal situação.

Estas palavras são próprias do léxico de Bakhtin, para quem o enunciado se adiante às expectativas e objeções de outro modo que responde por antecipação a esse outro. Porém este responder não é só "dar resposta" no sentido de contestar, preencher em branco, um vazio, mas também de assumir esse encargo, responder pelo outro: a responsividade e a responsabilidade (não por acaso têm a mesma raiz) estarão ambas compreendidas. O dialogismo também é uma ética (Arfuch, 2002, p. 96).

O dialogismo bakhtiniano faz parte da reflexão da pesquisadora, fazendo com que a mesma advogue a tese de que a biografia não pode ser pensada isoladamente. A biografia faz parte de um universo cultural permeado de memória e de ideologia. É importante mencionar que Bakhtin estudou tal princípio na linguística e no meio literário, dando preferência ao gênero romanesco, todavia, segundo Arfuch, a reflexão de Bakhtin pode ser útil para estudar os textos de caráter biográfico. Leonor Arfuch, em sua obra *O espaço biográfico: dilemas da subjetividade contemporânea*, estabelece que a biografia seja um entrecruzamento da vida de um indivíduo com o sistema social, pois cada pessoa é reflexo do tempo e do meio social em que vive.

Em uma entrevista concedida ao jornal *Zero Hora*, Leonor Arfuch mencionou que:

Desenvolvi este tema no meu livro *O Espaço Biográfico*, que circulou muito pelo Brasil. Minha perspectiva de análise é multi ou transdisciplinar, venho do campo das Letras, e está presente aí a linguística, a análise de discurso à semiótica, as teorias do discurso, toda essa trama de reflexões sobre linguagem bem há a teoria da narrativa que se articula como a literatura, a filosofia, a história, a sociologia e também com a psicanálise. A partir das literaturas o pesquisador pode ir articulando esses diferentes conhecimentos, colocando em diálogo autores que tenham certa possibilidade combinatória, ainda que não concordem plenamente entre si (zhclcrbs.com.br entrevista dia 7 de dezembro de 2013).

Leonor Arfuch menciona por meio da citação acima o caráter transdisciplinar de seu conceito e de sua análise científica. O conceito de dialogismo defendido por Arfuch permite evidenciar que o biógrafo desempenha um papel importante a partir do momento em que constrói a figura do biografado, porque o escritor da biografia evoca também traumas do passado, fazendo com que aquilo que tenha ocorrido não seja esquecido e torne-se objeto de estudo do presente. Neste sentido, se biografava por uma necessidade presente. Neste caso, o sujeito tem de investigar uma figura humana e de revelar por meio dessa investigação questões, problemas e dúvidas do tempo atual. Feitas tais considerações, será exposto abaixo a importância do processo de (des)leitura das biografias propostas por André Mitidieri e de que forma isso possibilita compreender o objeto de estudo da corrente tese.

Mitidieri (2011) defende que se estude a biografia e os gêneros a ela articulados com uma análise que abarque aspectos estéticos e ideológicos, ou seja, que, ao mesmo tempo em que se analise o texto em si e as estratégias de narração adotadas, haja também a necessária atenção por parte dos estudos acadêmicos dos aspectos ideológicos, verificando o ato de biografar e do valor que o biógrafo atribuiu ao biografado. Mesmo com este desafio teórico, ao se analisar as cinco biografias, não se encontrou estudo acadêmico que buscasse verificar como tais biografias foram escritas, sua estrutura e o impacto das mesmas no mercado editorial. Sobre o tema, Mitidieri expôs o seguinte:

Apresento a biografia assim como, resumidamente a autobiografia e importantes gêneros afins, visando a reunir elementos para a poética do referido espaço de suas escritas, gêneros e outras formas. Concentro-me nas expressões biográficas e no gênero biográfico, segundo apresentados no ocidente latino bem como analiso as relações mantidas entre as biografias como espécie narrativa e suas inserções no campo da cultura (Mitidieri, 2004, p. 12).

André Mitidieri expôs o seu objetivo em estudar a biografia, fazendo a necessária delimitação no que tange os gêneros biográficos e suas diferentes formas de utilização. O próprio autor informa que seu estudo busca retomar o percurso e o diálogo com a filosofia e a história. Mitidieri se inspira no exemplo proposto por Walter Benjamin de “escovar a história pelo avesso”, ou seja, busca refletir a trajetória da biografia antes de ela ser admitida como um gênero no universo ocidental. Realizar a historicidade do gênero biográfico permite evidenciar os diferentes tipos de biografias produzidas que em sua maioria são pesquisadas pelos historiadores e pelos jornalistas.

Em Azevedo (2000), por exemplo, se percebe a diferenciação da biografia histórica da biografia literária. Para este autor, a biografia escrita pelo historiador tem como âncora a documentação, o que orienta o biógrafo a criação e a construção do personagem biografado:

Na biografia literária, por outro lado, o autor não se fixa apenas na documentação a ficção, tornando-se sem dúvida sua narração mais interessante para o leitor, caso o escritor deixaria a sua imaginação livre para propor enredos, diálogos e situações que pouco relacionariam com o que efetivamente ocorreu (Azevedo, 2014, p. 295).

A diferença apontada por Azevedo em relação ao modelo da biografia histórica e o da biografia literária tem a ver não somente com a formação do biógrafo, mas a postura que o mesmo assume em relação às fontes que utiliza para a construção da biografia. Schmidt (1997) concebe as diferenças na forma pela qual o biógrafo jornalista produz biografias em relação ao biógrafo historiador. Para tal autor, o historiador se caracteriza por um maior apreço ao estudo de arquivos e documentos que remontam a história do personagem da biografia, enquanto o jornalista prefere trabalhar mais com as minúcias, fatos do cotidiano e se utiliza por vezes de entrevistas de pessoas que viveram com o biografado.

Partindo desse pressuposto, surge a seguinte questão: de que forma a reflexão teórica utilizada por André Mitidieri permite compreender o papel do biógrafo na construção da própria biografia?

O empreendimento supõe a desmemória no sentido de uma operação para esquecer as marcas disciplinares que separam irreconciliavelmente os estudos históricos e literários. Na verdade, a filosofia e a história quando aqui vistas de avesso, contribuem para fixar uma poética do espaço e do gênero biográfico. Por idêntico modo, sugerida desleitura das obras ou da crítica da teoria literária mais auxiliaram a uma leitura a contrapelo da cultura e da história. Como tal, visa fortalecer os encaminhamentos teóricos a respeito das biografias e do romance (Mitidieri, 2004, p. 15).

De acordo com Mitidieri, o estudo das biografias tem de se pautar sob uma ótica transdisciplinar, incorporando métodos e teorias da história, da literatura e da filosofia, logo não se pode deixar de levar em consideração o contexto histórico de produção da biografia, o tipo de narrativa construída e a postura do biógrafo em relação à figura do biografado e como o biógrafo articula os elementos relacionados ao tempo e ao contexto histórico a qual o biografado está incluído.

O retorno da biografia como um gênero de sucesso editorial e de interesse de estudo por parte dos estudos acadêmicos fez com que o historiador francês, Jacques Le Goff (2003) dissesse que a biografia é “o gênero maior da história”. A partir dos

anos 1970, mas mais fortemente nos anos 1980, na França e em outros países do mundo o interesse pela biografia retornou com força. Para Dosse (2009), o retorno ao interesse dos estudos biográficos ocorreu de modo diferente ao da biografia classificada como tradicional pela primeira geração da *Escola do Annales*. Saía de voga a biografia épica e que buscava supervalorizar a história do biografado para a entrada de uma biografia que, por vezes, busca problematizar a figura do biografado e ingressar em aspectos relativos à psicologia do biografado.

François Dosse é um dos historiadores e estudiosos da história que se debruçou em entender questões referentes à retomada do interesse por parte dos profissionais da área de história em relação à biografia:

Durante muito tempo, da Antiguidade à época moderna, o gênero biográfico teve por função essencial identificar. Prestou-se ao discurso das virtudes e serviu de modelo moral edificante para educar, transmitir os valores dominantes às gerações futuras. O gênero biográfico participa, pois, de um regime de historicidade no qual o futuro é reprodução dos modelos existentes, que devem perpetuar-se. Inscreve-se, durante esse longo período, no respeito absoluto a uma tradição que se organiza na Antiguidade em torno dos valores heroicos; em seguida, com a cristianização, os valores religiosos é que se difundem tomando por modelo as vidas exemplares (Dosse, 2009, p. 123).

A citação embasa o que este pensador entende ser o objetivo básico do gênero biográfico, produzir narrativas que tivessem como elemento narrativo a história de um indivíduo importante que tem uma importância histórica e que merece ter sua história conhecida e lembrada para servir de modelo às futuras gerações.

Nos últimos anos a situação da biografia passou por duas modificações importantes. De acordo com Dosse (2009), o sucesso alcançado pelo marxismo no campo científico fez com que as biografias fossem vistas como um instrumento da classe dominante e das elites, sendo desprezadas como objeto de estudo. Apesar disso, alguns historiadores e sociólogos de inspiração marxista se utilizaram das biografias como ferramenta de estudo como Eric Hobsbawm e Edward Palmer Thompson. No fim da década de setenta do século XX, mas principalmente nos anos oitenta a biografia passa por um processo de renascimento. O desenvolvimento da história das mentalidades e o surgimento do micro-história de inspiração italiana fizeram com que os estudos biográficos se voltassem para o homem do cotidiano, para o cidadão comum, servindo de exemplo a obra *Os queijos e os vermes*, de Carlo Ginzburg. Houve também uma renovação dos estudos biográficos das figuras de destaque social com artistas e autoridades políticas. Só que diferentemente do passado em que essas figuras eram biografadas como grandes heróis e suas

atitudes eram vistas como exemplos a serem seguidos pelos outros, nessa nova era biográfica as questões relacionadas à intimidade, a hesitação dos biografados, seus dramas particulares e até mesmo seus erros pessoais tornaram-se objeto de interesse dos biografados.

Os recursos também da escrita biográfica após a sua retomada aproximam-se muito mais da biografia e do romance do que um padrão histórico tradicional, aquele segundo o qual os documentos e análises mais macroestruturais da história se sobrepõem à narrativa produzida. Mesmo assim, isso não quer dizer que as biografias produzidas a partir dos anos 1980 tenham desprezado o aspecto documental e quando se pensa a particularidade das biografias brasileiras, percebe-se que elas são escritas em sua grande maioria ou por jornalistas ou por historiadores.

Mitidieri (2008, p. 232) admite que o afã biografista tenha relação íntima com o conceito de memória, que, segundo este estudioso, tornou-se uma categoria de estudo do campo psicológico, mas que avançou para outras áreas do conhecimento como a história e a própria literatura:

A palavra 'biografia' tem origem etimológica nos vocábulos gregos *Bios* (vida) e *graphein* (desenhar, gravar ou a ação de escrever, descrição, tratado ou estudo). Partindo desse pressuposto, uma espécie biográfica se faria suportar pela escrita, por descrições orais ou até mesmo por imagens. O conceito expresso por "grafia" também presente em historiografia, suscita o retorno a uma das perguntas iniciais desta pesquisa: vidas ou histórias podem ser escritas, desenhadas, gravadas em algum lugar (Mitidieri, 2008, p.23).

A exposição da origem da palavra biografia por André Mitidieri possibilitou que este estudioso pudesse pensar como o desejo de registrar trajetórias de vidas humanas pudesse ocorrer ao longo do tempo. Destaca Mitidieri (2008) que a Grécia foi a primeira civilização a se debruçar mais eficazmente sobre essa tarefa pelo caráter estrutural da sociedade ateniense baseada na *pólis*, na cidade, bem como na *aríete*, vocábulo que significava para os gregos o objetivo de criar nos cidadãos ideais de virtude e de bravura que seriam necessários serem transmitidos às novas gerações como modelos de cidadania e de atuação na sociedade.

Um dos intelectuais que discutiu essa necessidade de produzir histórias de vida e torná-las públicas foi Aristóteles que estabelecia uma discussão profícua entre as diferenças da poesia, entendida aqui como os poemas homéricos e estórias de cunho épico, do discurso histórico que era entendido naquela época

como uma forma de registrar os acontecimentos históricos com maior objetividade.

Na *Poética*, Aristóteles afirma:

A poesia é algo de mais filosófico e mais sério do que a história, pois refere aquela, principalmente ao universal, e esta o particular. Por referir-se ao universal, entendo eu atribuir um indivíduo de determinada natureza, pensamentos e ações que, por liame necessidade de verossimilhança, convêm a tal natureza; e ao universal assim entendido visa a poesia, ainda que dê nomes aos seus personagens; particular, pelo contrário, é o que fez Alcebiades ou o que lhe aconteceu (Aristóteles, 1966, p.78).

A preferência dada por Aristóteles à poesia em relação à história se dá pelo caráter de universalidade que a primeira tem em relação à segunda. A poesia por ter pretensões artísticas e de modelo moralizador buscaria adentrar em aspectos comuns a toda a criatura humana, enquanto a história por narrar um fato em particular, geralmente uma guerra, teria um efeito mais restrito e datado historicamente. Séculos depois, Plutarco, historiador e filósofo romano, mostrou que qualquer vida e narrativa sobre esta é superior à política como acontecimento, logo deveria ser valorizada e estudada por qualquer interessado no homem como categoria da existência.

Bakhtin (1990, p. 250) vê inclusive vínculos entre a narrativa ficcional com as espécies primordiais do espaço biográfico, fazendo com que se entenda que toda biografia produzida possui elementos típicos da narrativa literária como enredo, personagens e espaço. Há o reconhecimento por parte desse estudioso russo de que o desenvolvimento do romance europeu deve muito à poesia e ao gênero épico e que o romance moderno favoreceu também às narrativas biográficas a se tornarem mais atraentes e próximas da literariedade.

Zilberman (2006) admite a presença do gênero biográfico na retomada da discussão acerca da fronteira entre a história e a literatura, utilizando-se das reflexões de Walter Benjamin que observa a crônica histórica e o folhetim como precursores do romance moderno. Nesse sentido é que Mitidieri busca reforçar ideia da importância da biografia e sua extensão a outras formas narrativas. Escreve o autor:

Esse renovado leque biografista inaugurava-se ao final da década de 70, na zona do testemunho, e através do resgate às memórias da repressão, pós 64. No âmbito das discussões que, a partir daí se propiciam, considero fundamentalmente: a narrativa biográfica enquanto historiografia e invenção: a narrativa ficcional biográfica relacionada à memória, bem como o feixe contemporâneo da história e das teorias históricas ou da literatura (Mitidieri, 2008, p.19).

O interesse pelas biografias para Mitidieri relaciona-se com a ideia de memória que é a possibilidade de lembrar e de rememorar fatos do passado. Como o Brasil na sua história recente passou por uma ditadura civil-militar, é compreensível que esta sociedade possua traumas e lacunas existentes em relação a este período, portanto testemunhos de pessoas que foram perseguidas e torturadas, bem como a necessidade de rever pontos de vista da história oficial do país se imponham.

Ricoeur (2007) reconhece que a literatura é uma das formas de expressão artísticas mais utilizadas por sociedades que tenham na sua história recente eventos traumáticos. Como a literatura abre um espaço de maior liberdade aos aspectos subjetivos da percepção humana e da própria memória que para este autor é sempre seletiva, as narrativas literárias se prestam mais ao intento de documentar histórias de vida, porém o afã biografista apontado por Mitidieri tem permitido às biografias realizarem esse procedimento comum às narrativas literárias, mas também reconfigurar a visão que se tem de história, porque elas retomam temas históricos e podem servir para desfazer crenças ou pensamentos do imaginário popular ou historiográfico, tanto no que se refere a determinados fatos da história, como de personagens da mesma.

Pensar a narração biográfica é levar em consideração também a discussão estabelecida pelos teóricos da Escola de Frankfurt acerca do que seja a arte de narrar e as implicações desta em uma sociedade midiática e de consumo. Dois intelectuais que mais se destacaram nessa discussão foram Walter Benjamin (1985) e Theodor Adorno (2003). Benjamin criticava a narração a partir do advento do capitalismo. Segundo este autor, a narração em sociedades anteriores ao modelo capitalista estava calcada num processo pedagógico cuja intenção era transmitir ensinamentos e formar o indivíduo com sólidos valores e inseri-lo no código moral da sociedade. Para Benjamin, a partir do advento do capitalismo essa situação modifica-se. O narrador tradicional que desempenhava um papel de poder nas sociedades tradicionais, deixa de existir. O romance e os livros impressos assumem o papel narrativo, todavia para Benjamin isso representa a perda da figura do narrador como um elemento de formação de consciência e de identidade. Theodor Adorno realiza a mesma crítica, porém enxerga o papel do narrador sob um viés diferente do de Walter Benjamin. Para Adorno, não se pode mais narrar do modo que se fazia nas sociedades anteriores porque o capitalismo é um sistema que torna os objetos culturais passíveis do desejo de consumo e necessita despertar o interesse no maior

número de pessoas. Partindo desse pressuposto, o narrador das sociedades primitivas não encontrava espaço para a arte de narrar, pois é preciso um meio de circulação mais veloz do que simplesmente de contar uma história oralmente. De acordo com Adorno, o estabelecimento do capitalismo como sistema político interferiu na forma cultural e nos elementos intelectuais, o que tornou o romance e a biografia fontes de consumo literário de massa rivalizando essa posição com outra forma de expressão cultural do século passado e do século atual, o cinema. Deste modo, a biografia que também é uma forma de narrativa literária começa a ser narrada e produzida como um produto de consumo em larga escala. Ao mesmo tempo, Adorno defende uma determinada forma romanesca cuja dimensão estética esteja assinalada pela dissonância e no abandono. As verdadeiras obras de arte estão acima das chamadas artes engajada e a arte pela arte, ou seja, entre “a vulgaridade da arte tendenciosa e a vulgaridade da arte desfrutável” (Adorno, 2003, p. 63).

Evidentemente que a técnica estabelecida pelo biógrafo e a escrita de personagens históricos famosos como o objeto de estudo desta tese, que trata de alguns chefes de estado do Executivo Brasileiro, tende a gerar interesse nas pessoas. Se a análise realizada pela questão de narrar pelos teóricos da Escola de Frankfurt ocorreu paralela à consolidação do romance e da biografia como gêneros literários de expressividade comercial e o próprio campo teórico literário começou a se debruçar sobre o que corresponde à técnica de narrar.

Os diferentes tipos de narrador construídos por Pouillon (1974) permitem que entendamos a forma pela qual o narrador se constitui e as estratégias que esta instância da narração estabelece para que uma história seja contada e acima de tudo, conhecida. De acordo com a teoria do autor, o narrador que estabelece a visão com seria comum em monólogos interiores, onde o que se conhece da história é tudo aquilo que o narrador, geralmente personagem principal da narrativa conta e permite que o leitor conheça. Informações adicionais ou interpretações que destoem do leitor é uma tarefa a ser realizada pelo leitor e não pelo narrador. Geralmente esse modelo de narrador está em primeira pessoa. O segundo tipo de narrador o da visão detrás, atua como um demiurgo, da história, ele tudo conhece sobre a vida dos personagens, sobre a história e ele detém o domínio da narrativa. Segundo Pouillon, tal tipo de narrador é comum em terceira pessoa e em narrativas de caráter heroico ou épico. Já o terceiro tipo de narrador é o da visão de fora, ele pouco sabe em relação a

história e aos personagens e tudo o que ele descobre se dá paralelamente ao leitor, concebendo um estilo de narrativa envolvente e que exige bastante atenção de quem lê a narrativa.

Tal classificação feita por Pouillon foi parte de uma estratégia do campo literário francês em se posicionar e entender o modelo narrativo, porém apesar da contribuição dada, tempos depois esse tipo de epistemologia da narração foi questionada. Dois questionamentos foram feitos pelo modelo de Pouillon. Um dos questionamentos foi elaborado por Mikhail Bakhtin. O teórico russo compreendia que o narrador é uma instância deveras complexa e que ela como qualquer elemento textual sofre influência da época e dos valores sociais em voga. Deste modo, em uma sociedade capitalista e de mercado como é a ocidental, o narrador se transmutará no estilo de narrativa que é produzida, seja ele de caráter meramente comercial, de aspecto experimental, simbólico ou até mesmo de caráter puramente científico e metalinguístico. Bakhtin (1990) entende que o desenvolvimento da sociedade capitalista e dos mecanismos de enunciação enfraquecera o modelo do narrador detrás, aquele que segundo Pouillon era o único detentor da verdade da narrativa. Vozes subalternas e conhecimentos de cunho contra-hegemônico emergem na própria narrativa e por vezes rivalizam com o próprio narrador, havendo inclusive segundo tal pensador a existência de romances polifônicos, aqueles em que existem diferentes tipos de vozes e discursos.

Outro pesquisador do campo da literatura que fez uma crítica acurada ao modelo de Pouillon foi o de Tzvetan Todorov. Para Todorov (1980), a análise de Pouillon se restringe somente ao aspecto literário da figura do narrador se enxergar os aspectos linguísticos que envolvem o discurso do narrador. Se o narrador escreve algo ele faz parte do universo da linguagem, logo em qualquer texto literário há a presença da estória em si, seja ela somente ficcional ou que mescle elementos ficcionais e históricos, mas também a presença do discurso, aquilo que é exposto para o leitor, A contribuição de Todorov contribui para que se pense as diferentes tipologias textuais, inclusive a biografia, pois sua contribuição teórica permitiu que se questione não só o que se narra, mas a maneira como se narra e as implicações estilísticas e cognitivas que esse ato envolve.

Arfuch (2010) compreende que o desejo incessante do ato de biografar envolve o desejo da sociedade mundial em conhecer a vida alheia principalmente das pessoas famosas. A situação atual se caracteriza pela necessidade de narrar

vidas humanas e despertar a atenção do público leitor em relação às mesmas. Figuras políticas importantes são produtos da biografia e o biógrafo assume o caráter heterodiegético que, segundo Genette (1982), tem como característica o narrador que conhece tudo sobre a vida do personagem ou aquele que vai desdobrando as informações sobre este e aos poucos para o leitor. Deste modo, compreende-se que o conceito de desleitura proposto por André Mitidieri exige que se realize uma análise criteriosa do papel do biógrafo na construção do narrador e dos personagens biográficos e seu conceito de desleitura é entendido como fazer uma leitura da biografia mais próxima dos seus aspectos ideológicos e estilísticos do que somente se centrar no tipo de biografado.

A discussão do papel do biógrafo na construção do biografado remonta a própria ideia que se tem de biografia e de como ela tem operado através da história ocidental. Compreende Loriga (2011) que a biografia no Ocidente tem três marcos relevantes. O primeiro é o da Antiguidade na qual o papel do biógrafo era auxiliar na construção da figura do biografado e através da história de quem se biografava, termo que ficou conhecido como *História Magistrae. A Idade Biográfica do Período Medieval*, na qual a história de vida do indivíduo resumia de alguma forma a totalidade da sociedade em que ele vivia, ou seja, o biografado seria um símbolo que representa o contexto histórico em que ele está inserido, portanto narrar a história da vida de uma pessoa em seu nível individual está ligada a compreensão de aspectos de questões históricas em âmbito coletivo ou geral.

O terceiro momento surgiria com o advento da Idade Moderna e com a consolidação dos ideais iluministas. A ideia de individualidade e de que cada indivíduo é uma pessoa única fez com que as biografias fossem vistas em sua singularidade. Nos tempos atuais com a retomada da febre biográfica e com a influência do campo da linguagem e das teorias narratológicas, a preocupação dos estudos acadêmicos não ficou centrada totalmente no biografado, mas também no biógrafo.

Arfuch (2010) dedicou seus estudos na questão da biografia para pensar a questão de como se produz e se escrevem histórias de vida. Para essa teórica argentina não há um só modelo de biografia, mas de biografias e elas não centradas unicamente no meio literário, em uma sociedade audiovisual como a atual elas se encontram no meio dos realitys shows, nas entrevistas, documentários e até mesmo em um gênero parecido, porém que tem diferenças em relação a biografia que é a

autobiografia. De modo semelhante pontua Bourdieu (2014) em sua obra *Los retos de la biografía* que atualmente a biografia no campo dos estudos biográficos e teóricos se manifesta por algumas características. São elas:

- a) Crítica do aspecto convencional da biografia, aquela na qual a preocupação do biógrafo era a construção da figura de um herói ou de um indivíduo que fosse quase que um representante divino entre os seres humanos mortais;
- b) Os estudos acadêmicos realizam novas abordagens em relação à biografia. Não é só a história do indivíduo que desperta a atenção, mas quem produziu a mesma e o porquê a produziu.
- c) A mudança que o gênero biográfico sofreu com a ideia de individualidade e de subjetividade, pois cada pessoa é um indivíduo em particular, logo o interesse do biógrafo é entender qual a importância real e literária daquele que ele biografava;
- d) Nova Leitura Sociocultural os biógrafos se interessam por outros temas e indivíduos. Há abertura para que se estudem as mulheres, os negros, os homossexuais, as pessoas humildes, os loucos e até mesmo os criminosos. Entende-se que diante de um espectro variado do que seja a biografia fica difícil definir um modelo de biógrafo, mas sim existem vários biógrafos e cada um constrói o seu tipo de biografia. Em relação às biografias estudadas, nota-se que os biógrafos de Juscelino, Figueiredo, Lula, Dilma e Bolsonaro, cada um deles adota um modelo de biografia diferente. Há casos de identificação explícita entre o biógrafo e o biografado, exemplo em que se enquadram as biografias de Juscelino e de Dilma. Há casos em que o biógrafo tem certa simpatia, mas tenta manter algum distanciamento em relação à vida que narra, a exemplo das biografias de Lula e Figueiredo.

Há também situações em que o biógrafo tem antipatia em relação ao biografado, o que ocorre na biografia de Jair Bolsonaro, por mais que o biógrafo deste tenha certa simpatia pelo personagem que biografava na sua infância e parte da adolescência, mas se torna antipático a este a partir do momento em que Bolsonaro ascende na carreira militar e ingressa na vida política através de um discurso agressivo, contrário a agendas mais progressistas da sociedade brasileira, notadamente em relação a questões relacionadas a mulheres, negros e homossexuais. Realizada tal discussão, os capítulos seguintes analisar-se-ão cada

um dos biógrafos e biografados que compõem o corpus teórico, observando a semelhança e a diferença em relação a estes.

2- O PAPEL DO BIÓGRAFO CLAUDIO BOJUNGA NA CONSTRUÇÃO DA BIOGRAFIA DO PRESIDENTE JUSCELINO KUBITSCHKEK

Quando se pensa sobre biografias deve-se pensar sobre o estilo de biografia que é construída. Segundo Dosse (2009), ao criar as tipologias para o estudo da biografia concebe dentre suas análises a biografia heroica como o modelo biográfico tradicional, modelo esse que foi muito criticado pelos historiadores no passado, porque tal tipo de narrativa era concebido com o objetivo de enaltecer a figura de um líder, geralmente carismático e personalista, deixando de lado questões mais complexas como o contexto histórico e social da época do biografado, os defeitos desse indivíduo e suas hesitações frente à vida.

Bojunga (2010) concebe Juscelino como sendo um indivíduo notável na história política do Brasil. Após a morte de Getúlio Vargas, político que mais tempo governou o Brasil, Juscelino conseguiu durante um governo de cinco anos, levar adiante um processo de modernização econômica e política em um regime democrático. Basta lembrar que, após a saída de Juscelino do poder, a situação política do Brasil piorou, redundando em 1964 que, segundo Bojunga (2010), num processo de ditadura civil-militar que durou vinte e um anos e deixou reflexos na sociedade brasileira, como o autoritarismo e a perseguição a figuras políticas civis, dentre elas, o próprio Juscelino Kubitschek.

Desde o seu falecimento ocorrido em agosto de 1976, Juscelino Kubitschek continuou despertando interesse tanto de historiadores quanto de literatos intrigados pela figura desse político interpretado como simpático e visionário, sendo obcecado pelo pleno desenvolvimento do Brasil. Um dos escritores brasileiros que se debruçou em compreender JK como uma figura literária foi Carlos Heitor Cony. Tal escritor criou um livro intitulado *JK: Nasce uma Estrela* para comemorar o centenário deste ex-presidente. Cony (2002) concebe Juscelino como um indivíduo bem sucedido tanto do ponto de vista pessoal quanto do ponto de vista político. Filho de um caixeiro viajante e de uma professora primária, Juscelino era um homem proveniente de uma família de classe média baixa, tendo perdido o pai na infância. Por causa disso, a mãe de JK, dona Júlia, esforçou-se para pagar os estudos do filho que se formou em Medicina e especializou-se em urologia. O contato com a elite administrativa e financeira de Minas nas décadas de trinta e quarenta tornaram Juscelino um político popular.

Bojunga (2002, p.16) considera que a ascensão política de JK fora meteórica. Indicado como prefeito de Belo Horizonte e tendo alcançado sucesso nesta empreitada, JK foi eleito posteriormente governador de Minas Gerais e no pleito de 1955, elege-se presidente do Brasil. Cláudio Bojunga é um dos biógrafos que maior destaque dá à figura de Juscelino, tendo tornado popular a expressão anos dourados para descrever o período em que este político administrou o Brasil. O tom ufanista adotado pelo biógrafo Cláudio Bojunga é o mesmo adotado pelo escritor Carlos Heitor Cony. A biografia escrita por Cláudio Bojunga é mais volumosa do que o livro de Cony que apresenta uma análise sobre o período em que JK deixou a presidência, tendo sofrido perseguição por parte dos militares que tinham assumido o poder político e administrativo após o golpe de 1964.

A notícia da morte de JK, ocorrida num domingo, dia 22 de agosto de 1976, num acidente automobilístico, gerou grande impacto na população. A lembrança do presidente como homem de centro e moderado, que governava o país em um período mais ou menos tranquilo e próspero, serviu para reavivar a figura de Juscelino.

Antes de terminar esse subtítulo é importante situar quem é o biógrafo Cláudio Bojunga. Segundo o site <http://nucleodememoria.vrac.puc-rio.br/>, Cláudio Bojunga era formado em Direito e estudou Política Internacional no Instituto de Estudos Políticos de Paris. Jornalista desde o ano de 1969, Bojunga adquiriu notoriedade com reportagens de cunho político e com as biografias premiadas de Juscelino Kubitschek e do Marechal Rondon, sendo essas duas biografias vencedoras do Prêmio Jabuti, principal 'premição literária do Brasil, uma em 2002 e outra em 2018.

2.1 O contexto histórico brasileiro na década de 1950

O Brasil nos anos 1950 vivia um contexto histórico desafiador e de grandes transformações. De acordo com Bojunga (2010), na segunda metade dessa década, período no qual Juscelino assume a presidência da república do Brasil, havia um debate que dividia diferentes setores da sociedade brasileira. O debate era o seguinte: se o Brasil deveria continuar sendo somente um país com vocação agrícola e voltado no meio urbano ao processo de substituições de exportações, enquanto para outros setores, era o momento do Brasil aproveitar a oportunidade histórica do

mundo pós Segunda Guerra Mundial para dar incremento ao processo de industrialização do país, urbanizando e aproximando-o das grandes nações capitalistas da época. Apesar da discussão econômica sobre tal período, um terreno onde o debate mencionado acima adquiriu relevância foi no campo educacional.

Nos anos 1950, dois grupos rivalizaram o projeto educacional brasileiro, os escolanovistas e os pedagogos tecnicistas, alguns deles definidos como conservadores e ligados à Igreja Católica. Lopes (2005) compreende que estes dois setores entendiam a educação como um elemento crucial de remodelação da sociedade. Enquanto os primeiros entendiam que o modelo escolar brasileiro precisaria ser modificado, aproximando-o da realidade das camadas populares, bem como um compromisso de criar uma educação gratuita, laica e democrática. Já os segundos defendiam uma escola que preparasse os alunos para o mercado, para uma formação voltada para a profissionalização da mão-de-obra e o desenvolvimento de habilidades e competências voltadas à leitura, interpretação e resolução de problemas matemáticos. No meio deste debate, circulava Juscelino que integrou em seu governo adeptos das duas correntes, conseguindo conciliar estes dois setores que por vezes se viam como inimigos por meio do discurso da industrialização do Brasil que uma vez os países industrializados haveria condições de melhora da vida da sociedade e desse modo, a possibilidade de programar uma agenda modernizante, onde distintas ideias e grupos políticos teriam condições de pôr em prática suas ideias.

Candau (2013) lamenta o fato de que ao fim da década de 1960 todo o debate pujante no meio social brasileiro, com a emergência da ditadura civil militar em 64 houve uma acomodação no processo de discussão brasileiro, tendo ele sido retomado quase vinte anos depois.

2.2 A construção do personagem JK pelo biógrafo Cláudio Bojunga

Juscelino Kubitschek foi um dos mais conhecidos presidentes da história do Brasil, segundo o biógrafo de JK Cláudio Bojunga. De acordo com Bojunga (2010), tal político teve uma carreira política interessante e gradativa, tendo-se formado em medicina, especializando-se em urologia e aos poucos, mesmo sem querer, o jovem médico promissor acaba entrando para a política e se tornando um dos políticos de

maior destaque em seu tempo. Contemporâneo da época de nascimento de Juscelino, Cláudio Bojunga constrói uma narrativa biográfica que exalta os feitos do político mineiro, ligando sua história ao local de nascimento do ex-presidente, a região de Minas Gerais, mais especificamente a região de Diamantina.

“Minas é uma montanha”, diz Guimarães Rosa, “montanhas, o espaço erguido, a constante emergência, a verticalidade esconsa, o esforço estático; a suspensa região- que se escala”. Para Rosa, Minas é “Brasil em ponto de dentro”, Brasil conteúdo, a raiz do assunto (Bojunga, 2010, p. 19).

A citação acima corresponde à parte introdutória da biografia escrita pelo jornalista Cláudio Bojunga. Nota-se ao se interpretar a mesma que o biógrafo compreende o biografado como fruto de um ser nascido na região de Minas Gerais, verificando inclusive o caráter sereno e flexível do ex-presidente mineiro como um indivíduo que reunia todas estas características. Feito isso, o ato de situar o indivíduo ao meio em que o mesmo está inserido, Bojunga estabelece outro tipo de estratégia narrativa que é mostrar como o ex-presidente JK nasceu e seus primeiros anos de vida, como explicativos para a construção da sua trajetória de vida. Bojunga comenta (2010, p. 52):

Juscelino Kubitschek de Oliveira nasceu num sobrado da rua Direita que pertencia ao avô materno de Augusto Elias em frente à catedral. A cidade naquele dia estava em festa em virtude do prestigioso deputado Francisco Sá ao seu reduto eleitoral (Bojunga, 2010, p. 52).

Percebe-se que o biógrafo descreve o local de nascimento de JK como um ambiente humilde e bucólico, permeado de religiosidade e de uma vida pacata, o que corrobora a citação anteriormente mencionada que aponta o aspecto rural e tranquilo do ambiente mineiro. Após o biógrafo focaliza na figura da mãe do ex-presidente, chamada Júlia, vista por Bojunga como uma pessoa determinante na formação da personalidade de Juscelino:

Júlia tornou-se professora a partir de 1895. Percorria diariamente légua e meia entre sua casa e a escola na Palha. Os garotos ficaram com Augusta da Generosa, filha de escravos libertada graças à Lei do Ventre Livre. A mulher era um repositório de história do arco-da-velha: garimpeiros temerários, tesouros enterrados, alçapões traiçoeiros, superstições confirmadas nos fatos, índios fantasmas, sonhos eternos de riqueza fácil (Bojunga, 2010. p. 53).

Neste aspecto, Bojunga estabelece um princípio praticamente indissociável próprio da construção da narrativa biográfica que é remontar a presença das memórias como elemento estruturador para se compreender fatos e personagens do passado, pois o biógrafo precisa registrar fragmentos da vida do biografado para

compreender o sujeito que biografava. Dessa forma, a categoria da memória é importante para se dimensionar a análise da vida do biografado.

Nesse sentido, considerando a questão da construção de memórias. A obra de Ricoeur (2007) discute acerca da posição de Aristóteles do tema, observando que Aristóteles compreende a memória como sendo sinônimo de tempo e de que o recurso ao passado fazia parte da própria memória. Ricoeur (2007) discorre que a memória pode ser entendida como evocação, um aparecimento atual da lembrança ligado ao conceito de *mñeme*, os lugares de memória, ou seja, os lugares por onde cada pessoa passa e vive tem as marcas e os registros do passado:

os lugares habitados, são por excelência, memoráveis. Por estar à lembrança tão ligada a eles, a memória declarativa se compraz em evocá-los e descrevê-los. Quanto aos nossos deslocamentos, os lugares sucessivamente percorridos servem de reminders aos episódios que aí ocorreram. São eles que, a posteriori, nos parecem hospitaleiros ou não, numa mesma palavra, habitáveis (Ricoeur, 2007, p. 59).

Ricoeur destaca que os grandes escritores tinham locais de memória fixos e destacáveis, algo que se encontra na literatura de Shakespeare, Balzac, Marcel Proust, dentre outros. O filósofo francês estuda a categoria da memória a partir da fenomenologia, aquela na qual o fenômeno e as sensações sensoriais e corporais da memória adquirem relevância:

É uma tipologia de usos e abusos da memória natural que o presente estudo será de agora em diante dedicado. A via nessa direção foi trilhada por Nietzsche na Segunda Consideração Intempestiva, cujo título é eloquente: Da Utilidade e dos inconvenientes da história para a vida. A maneira de interrogar inaugurada por esse texto numa semiologia complexa é o tratamento médico dos sintomas e o tratamento filológico dos tropos (Ricoeur, 2007, p. 82).

Retoma-se nesse ponto um aspecto apontado por Dosse (2009) que compreende que a forma mais válida de se compreender a memória é o tipo de postura assumida pelo biógrafo. Neste sentido, a biografia de JK é uma biografia heroica, pois tal político é visto como alguém notável, que mesmo nascido em um contexto histórico e geográfico difícil para se chegar à presidência, tendo ficado órfão de pai ainda na infância e tendo uma mãe batalhadora que teve que sustentar dois filhos, sendo professora primária em uma região pobre e atrasada frente ao eixo Rio-São Paulo que já se destacava das outras regiões do país na primeira metade do século passado, Juscelino conseguiu driblar as dificuldades e por meio de uma

carreira política considerável e vitoriosa, chegou à presidência da República do Brasil.

3. O PAPEL DO BIÓGRAFO BERNARDO PASQUALETE NA CONSTRUÇÃO DA BIOGRAFIA DO PRESIDENTE JOÃO BAPTISTA FIGUEIREDO

A biografia durante a sua existência como gênero literário desempenhou o papel de manter mitos, desmistificá-los ou permitir que figuras históricas esquecidas ou que podem ter sofrido algum tipo de desprezo histórico possam ser valorizados. É neste último aspecto que se situa a biografia de João Baptista Figueiredo. O biógrafo Bernardo Pasqualette é jornalista e advogado. Na biografia *Me esqueçam*, sobre o presidente João Figueiredo, o autor escreve, desde o início, enquanto biógrafo de Figueiredo, como a figura do ex-presidente foi concebida pela historiografia. Igualmente ressalta seu objetivo em reconfigurar a visão da personagem diante daquilo que lhe fora consagrado.

Não foi ditadura, tampouco foi democracia. A sua principal tarefa vai ser descobrir o que foi. Assim o jornalista Élio Gaspari de mim se despediu ao término do nosso primeiro encontro. Autor dos cinco volumes da série Ditadura influência decisiva em minha decisão de escrever este livro, sua assertiva colocação me causa estranheza, pois a princípio parecia um tanto óbvio que o período em que o general João Baptista Figueiredo esteve à frente do país havia sido uma ditadura, talvez mais branda, mas ainda uma ditadura tal qual eu compreendia o termo (Pasqualette, 2020, p.17).

Nota-se pela citação acima que Pasqualette concebe seu biografado como um político ambíguo e complexo. Ao mesmo tempo em que Figueiredo não pode ser considerado um ditador clássico, marcado por um viés totalmente autoritário e de caráter despótico, o último presidente da ditadura militar brasileira também não pode ser considerado um democrata. Pasqualette (2020) narra a trajetória de Figueiredo, focalizando inicialmente aspectos familiares. João Figueiredo descende de uma família de classe média alta carioca, filho de um pai militar que se opôs à ditadura de Getúlio Vargas. A influência do pai fez com que o último presidente da ditadura militar brasileira estivesse assinalado por ideais republicanos, segundo os quais, cabe ao povo escolher seus governantes, bem como o mandatário ter seus poderes políticos limitados frente à constituição do país.

João Figueiredo ingressou na escola militar e ascendeu hierarquicamente no Exército. Astuto informante e formado em geografia, nos primeiros governos militares, tornou-se chefe do Serviço Nacional de Informação (SNI). Pasqualette (2020, p. 19) explica que o papel do SNI era servir como um órgão de informação do governo militar acerca da situação política do Brasil. Cabia ao chefe deste serviço de informação identificar indivíduos subversivos, bem como combater, através dos

serviços de inteligência do governo, líderes sindicais e organizadores e condutores de greves. Visava igualmente perseguir sujeitos identificados com posições de esquerda. Por sua lealdade ao exército e sua submissão à disciplina militar, João Figueiredo foi indicado por seu antecessor, Ernesto Geisel, presidente da República.

O início da gestão de Figueiredo se deu com o objetivo de dar fim à ditadura militar por meio de uma abertura conhecida como gradual e restrita, o que significava a retomada lenta dos direitos políticos dos cidadãos civis. O governo temia perder o controle. Pasqualetto (2020) chama a atenção de que por sua personalidade pouco afeita ao diálogo e sua forma antipática de lidar com a imprensa, Figueiredo não se tornou objeto de interesse e pesquisa. Aliado a isso, Figueiredo em sua última entrevista concedida ao jornalista Alexandre Garcia, que foi durante certo período o porta-voz do ex-general e presidente da República, proferiu a seguinte frase: “quero que me esqueçam”. De certa forma, a existência da biografia de tal ex-mandatário é uma tentativa de reconstituir a figura de Figueiredo como sendo o líder político que significou o fim do ciclo político ditatorial do Brasil.

Ricoeur (2007), em seu estudo sobre a memória, menciona a ideia de uma memória impedida, resultado de acontecimentos traumáticos que inviabilizam a retomada do passado. São indivíduos que são associados a fases e fatos indigestos, acabam sendo inviabilizados enquanto sujeitos históricos, ainda que tenham exercido um papel público na nação. João Figueiredo é uma destas figuras. O biógrafo Pasqualetto pretende, portanto, romper com tal silêncio, recolocando tal personagem histórica num espaço de reflexão. Segundo Carvalho (2009), a anistia foi um passo importante para o reconhecimento dos direitos civis brasileiros após a fase mais radical da ditadura. Presos políticos e lideranças que tinham sido exiladas como Leonel Brizola, Miguel Arraes, Fernando Gabeira, entre muitos outros, retornaram ao país e aos poucos foram se rearticulando politicamente. Já na primeira eleição para governador, após a anistia, três candidatos da oposição ao governo Figueiredo se elegem nos principais colégios eleitorais do Brasil. São estes: Franco Montoro em São Paulo, Leonel Brizola no Rio de Janeiro e Tancredo Neves em Minas Gerais. O papel de Figueiredo para a existência da anistia será o tema do próximo subtítulo.

3.1 O processo de anistia no governo de João Baptista Figueiredo

O governo Figueiredo foi eleito indiretamente pelo Congresso Nacional Brasileiro com o objetivo de encerrar a ditadura civil-militar instalada no Brasil a partir do ano de 1964. Segundo Pasqualetto (2020), as primeiras medidas tomadas por Figueiredo assim que foi empossado foi assumir o compromisso de realizar uma abertura ampla, geral e irrestrita, o que abriria caminho para que o poder político fosse retomado pelos civis.

Ainda que houvesse tal pretensão, o que ficou demonstrado, segundo o biógrafo Bernardo Pasqualetto, é que o governo do último presidente militar do Brasil ficara marcado por fases claramente definidas. A primeira fase é a tentativa de construção da imagem de Figueiredo como um político popular e hábil, ganhando espaço para o apoio popular. Tudo se encaminhava para um processo de abertura política, aparentemente tranquilo. O episódio da ocorrência da bomba no Rio Centro, show realizado no dia do trabalhador em 1981, trouxe intranquilidade, evidenciando que nos bastidores do governo a redemocratização do país não era consensual. Havia grupos no poder que agiam contra a abertura política. A repercussão negativa desse acontecimento e a pressão da classe artística enfraqueceu a gestão de Figueiredo junto à opinião pública. Deste momento em diante tal governo e mandatário não conseguiram retomar o controle da agenda política do país. Paralelo a isso, a economia brasileira entra em recessão e a dívida externa brasileira se descontrola. Com menos recursos econômicos disponíveis, o presidente Figueiredo não conseguiu retomar a popularidade de outrora e teve que governar em um clima de tensão política. Após pressões de diversos setores sociais, o último presidente militar do Brasil instituiu o processo de abertura política. O biógrafo Bernardo Pasqualetto chama a atenção para o fato de que a abertura política era um tema de consenso em quase todos os setores e matizes ideológicos do Brasil na primeira década de 1980, exceto os setores da extrema-direita e alguns grupos da extrema-esquerda. A divisão dos grupos se dava da seguinte maneira: a anistia se daria para todos os tipos de crimes ocorridos contra a ditadura, os crimes de sangue ou somente os crimes políticos? Tais questões eram destaque no debate político.

Lemos (2005, p. 03) defende a tese de que os militares governavam de modo bastante ambíguo. Ao mesmo tempo em que esse regime promoveu torturas, fechou o Congresso e dissolveu partidos, permitindo que houvesse somente duas agremiações, a situacionista ARENA e o oposicionista, MDB, a ditadura permitiu a existência de algumas eleições diretas em alguns períodos, mas sempre que pode e

necessitou intervir no processo eleitoral, mudando as regras deste para manter o controle político e evitar o fim da ditadura. Concorde-se com Hannah Arendt (1977, p.32) quando esta filósofa afirma que nenhum governo ditatorial se mantém por meio da violência policial. É preciso construir instrumentos de modo a se evitar o fortalecimento das forças oposicionistas. Partindo de tal pressuposto, pode-se afirmar que Figueiredo viveu esse dilema, por um lado ele era um militar tradicional, ex-chefe do *Serviço Nacional de Informação* e participante da ditadura. De outro modo, quando eleito indiretamente presidente do Brasil, Figueiredo assume o compromisso lançado por seu antecessor, Ernesto Geisel, de realizar a anistia. Apesar das dificuldades postas no contexto histórico brasileiro na primeira metade da década de 1980, Figueiredo consegue cumprir sua promessa e realiza a anistia.

Algo importante a ser observado é que nos últimos anos a figura de Figueiredo e o interesse pela participação dos militares na política brasileira voltaram a ter um interesse historiográfico. A eleição de Jair Bolsonaro à presidência da República do Brasil no final do ano de 2018 trouxe tal expectativa outra vez. O próprio Bernardo Pasqualetto (2020) admite que quando ele decidiu escrever a biografia de João Baptista Figueiredo, focando em seu período como presidente da república do Brasil, encontrou dificuldades de fontes de estudo sobre esse líder político, o que talvez, segundo Pasqualetto, tenha sido consequência da personalidade polêmica de Figueiredo e pelo fato deste ter dito assim que saiu da presidência que a classe política, a imprensa e a própria população brasileira o esquecesse. Lemos (2005) salienta que as publicações que ocorreram nos últimos anos em relação à ditadura pouco se detiveram no governo de João Figueiredo, sendo que nas vezes em que isso ocorreu citou-se aspectos sobre a grave crise econômica do mandato do último presidente da ditadura civil militar brasileira e sobre o polêmico projeto de anistia.

Sobre Bernardo Pasqualetto é importante mencionar que segundo o site www.estadao.com.br este jornalista destaca-se por tratar questões ligadas a política brasileira, em especial relação dos militares com a política civil brasileira. A partir da ascensão de Bolsonaro ao poder e o fortalecimento dos políticos militares em sua gestão, Bernardo Pasqualetto fortaleceu o seu interesse jornalístico nesse tema, o que culminou na biografia de João Figueiredo.

No próximo subtítulo, o esquecimento da figura de Figueiredo e a retomada do interesse acadêmico e do campo biográfico em relação a sua figura serão abordados.

3.2 A participação dos militares na política: uma consequência da eleição de Jair Bolsonaro

Jair Messias Bolsonaro foi eleito no dia 28 de outubro de 2018. Era o trigésimo oitavo presidente da República do Brasil. De acordo com o seu filho e seu biógrafo, Flávio Bolsonaro (2017), o atual presidente do Brasil teve uma carreira política que foi paulatinamente se consolidando a partir do momento em que, aos 33 anos de idade, (Jair Bolsonaro envolveu-se em uma polêmica no Exército, instituição a qual o atual chefe do executivo brasileiro estava vinculado). Procurando dar um novo rumo à sua carreira militar, o pai do biógrafo Flávio Bolsonaro decidiu se candidatar ao cargo de vereador da cidade do Rio de Janeiro. É importante mencionar que mesmo tendo um caráter laudatório e apologético a biografia escrita por Flávio Bolsonaro, intitulada *Mito ou Verdade* serviu como inspiração para o jornalista Clóvis Saint-Clair escrever a biografia de Jair Bolsonaro um ano depois da biografia publicada por Flávio Bolsonaro, e nesta segunda biografia, o biógrafo Saint-Clair adota uma postura crítica e de refutação ao modelo biográfico criado por Flávio em relação ao seu pai, Jair Bolsonaro.

Em breve passagem pela Câmara dos Vereadores fluminense, Jair Bolsonaro começou a chamar a atenção por sua vinculação com os militares e com os profissionais ligados ao setor militar e à área da segurança pública. Tal vínculo projetou Bolsonaro para pleitear o cargo de deputado federal. Jair Bolsonaro sai vencedor de mais uma disputa eleitoral e é eleito deputado federal em 1990, deslocando-se da cidade do Rio de Janeiro para a capital do país, Brasília. Segundo Flávio Bolsonaro (2017, p. 43), foi quando, em abril de 1991, pela primeira vez na história do Brasil, viúvas de militares, ex-combatentes da II Guerra Mundial e militares da reserva, foram para as ruas reivindicar tratamento digno por parte do governo. Neste caso, Jair Bolsonaro passa a assumir o papel de porta-voz dos militares e das forças policiais, defendendo as corporações militares.

Flávio Bolsonaro (2017) destaca que um dos aspectos que contribuiu para o sucesso de Jair Bolsonaro como deputado federal foi que o biografado começou a assumir um espaço outrora não ocupado por nenhum político civil após o fim da ditadura civil militar, finda em 1985.

Neste período conhecido como ditadura militar, o cargo de presidente da República foi exercido por políticos ligados à classe militar e ao fim desse período, havia segundo Pasqualetto (2020) uma visão negativa em relação a tal classe, visão essa que perdurou e foi nessa lacuna por representatividade da classe militar na política e de alguém que defendesse os valores de tal corporação que a figura de Jair Bolsonaro surge.

Ao longo da sua trajetória parlamentar, Jair Bolsonaro reforçou cada vez mais o seu vínculo com a classe militar e com setores ligados às polícias e as forças de segurança. No entanto, foi de acordo com Saint-Clair (2018), com a reeleição de Dilma Rousseff e posteriormente com a sua deposição do cargo, em 2016, que Jair Bolsonaro tornou-se popular, vindo a se tornar um candidato competitivo para as eleições presidenciais de 2018, vencendo o mesmo.

Na parte inicial da biografia de Jair Bolsonaro, o seu filho e biógrafo Flávio Bolsonaro, (2017) descreve a infância humilde do pai, cheia de obstáculos, pois o pai de Bolsonaro era um dentista-prático, profissional sem formação acadêmica. A família numerosa igualmente elevava as necessidades. A condição de pessoas de classe média rural no interior paulista nas décadas de sessenta e setenta do século passado era conferida à família Bolsonaro.

-Bota o nome de Jair! uma homenagem ao meio-esquerda da seleção brasileira de futebol, Jair Rosa Pinto, que fazia aniversário no mesmo dia e jogava no time do coração de seu pai, a Sociedade Esportiva Palmeiras. Nos primeiros anos de vida, sua família mudou-se para Ribeira, em São Paulo. Além de manter um consultório na cidade, Geraldo atendia na área rural tendo como meio de transporte uma mula (Bolsonaro, 2017, p. 8).

O nome Geraldo acima mencionado refere-se ao pai de Jair Bolsonaro, Geraldo Percy Bolsonaro. Este era dentista prático, uma denominação dada a dentistas sem formação universitária que, atuando em regiões pobres do país, extraíam dentes e faziam obturações em pessoas sem condições econômicas. Flávio Bolsonaro (2017, p. 9) destaca também que a família de seu pai possuía uma posição política de direita. Sua avó, Dona Olinda e seus filhos, participaram da Marcha de Deus pela Liberdade “em defesa da democracia” nos meados da década de 1960.

Percebe-se que, segundo Saint-Clair (2018), o ambiente familiar foi determinante para a formação da personalidade política de Jair Bolsonaro que desde seus primeiros anos de idade evidenciou que a força física, a ordem e o respeito às leis, a propriedade e a família eram valores e virtudes que deveriam ser enaltecidos. Tal concepção de mundo contribuiu para um fato que mudou a vida de Bolsonaro e

que explica seu vínculo com as forças armadas e com os militares. No ano de 1970, Carlos Lamarca, junto com um grupo de revolucionários de esquerda, dirigiu-se para o interior de São Paulo, região onde Bolsonaro residia. Tornando-se um dos inimigos mais procurados da ditadura brasileira, Carlos Lamarca começou a ser perseguido pelo governo brasileiro vigente na época. Jair Bolsonaro, na época com 15 anos de idade, se pôs à disposição do Exército Brasileiro para apontar possíveis informações da região do Vale da Ribeira, informações essas que foram posteriormente importantes para que Carlos Lamarca fosse capturado e morto:

Ao articular sua fuga da base, Lamarca teve que passar por Eldorado. À tardinha, por volta das 18 horas do dia 8 de maio de 1970, Bolsonaro encontrava-se no colégio, a menos de cem metros da praça onde Lamarca surpreendeu um pequeno grupo de policiais da, então Força Pública de São Paulo, furando o bloqueio em direção à vizinha cidade de Sete Barras (Bolsonaro, 2017, p. 22).

Esta parte da biografia de Jair Bolsonaro é uma das mais importantes do livro escrito pelo biógrafo Flávio Bolsonaro, porque nela se vê o momento em que os fatos políticos brasileiros da década de sessenta e setenta do século passado moldam a ideologia do biografado. Dosse (2009) reconhece que as melhores biografias que estudou são aquelas que revelam como o biografado se entrelaça com os fatos políticos de sua época, mostrando de que forma o indivíduo ao mesmo tempo em que sofre as consequências de sua época, decide atuar como agente da mesma. No caso de Jair Bolsonaro, sua colaboração com o Exército do Brasil leva este indivíduo a se ver como defensor da ordem da pátria, sendo determinante posteriormente para que Jair Bolsonaro ingressasse no Exército.

Após a experiência de colaboração com informações precisas que serviram para a captura de Carlos Lamarca, ao final de sua adolescência Jair Bolsonaro decidiu prestar o concurso e ingressar no Exército. De acordo com Flávio Bolsonaro (2017), em 1972, seu pai passou no concurso da Escola Preparatória de Cadetes do Exército, causando enorme orgulho à família Bolsonaro. Se este acontecimento animou a família do atual presidente do Brasil, em seus primeiros momentos na Espcex, Jair Bolsonaro começou a se decepcionar com a instituição, porque o ensino na mesma era muito mais voltado para a teoria e para o aspecto disciplinar do que para a prática militar, algo que encantava Bolsonaro. Ciente de que a Espcex não era o seu lugar, o pai do biógrafo Flávio Bolsonaro cinco anos depois prestou concurso para a Academia de Agulhas Negras (AMAN) e foi aprovado. Nesta instituição desde o início, Bolsonaro

sente-se atraído pelo clima de estudo rigoroso e de prática exaustiva de tarefas militares e de exercícios físicos. Uma dificuldade de acordo com o biógrafo de Jair Bolsonaro se coloca no caminho do biografado, pois o mesmo teria que ter um desempenho tanto no ponto de vista intelectual, quanto do ponto de vista das atividades físicas para ser considerado pela alta hierarquia militar que comandava a AMAN como alguém apto para seguir a vida militar.

Mesmo se tratando do filho de Jair Bolsonaro, percebe-se que em 2017, ano de publicação desta obra o afã que havia de valorizar o papel dos militares na política e sua importância para a história do Brasil, levou ao filho primogênito de Jair Bolsonaro, a publicar uma biografia simpática à figura de seu pai.

Lemos (2005) concebe que, devido ao desgaste do regime civil-militar e no fato de dois candidatos à presidência - Fernando Henrique e Luís Inácio Lula da Silva terem sido reconhecidamente opositores à ditadura -, não houve interesse por parte da academia e muito menos da historiografia em estudar sobre os militares.

Nas primeiras décadas do século vinte e um e com a vitória de Jair Bolsonaro, o tema militar e a política e as biografias dos militares passa a despertar interesse. Pasqualetto (2020) percebe semelhanças entre Bolsonaro e Figueiredo devido ao temperamento explosivo de ambos e a relação tempestuosa com a imprensa. Ao mesmo tempo observa diferenças entre eles. Uma das diferenças apontadas por Pasqualetto é a de que Figueiredo conseguiu pacificar o país, pois, segundo o biógrafo, se situava numa linha mais moderada da ala militar. Por seus discursos, Jair Bolsonaro alinha-se ao setor radical dos militares, setor esse que era contrário ao abrandamento da ditadura e da anistia. Tais grupos militares pretendiam que a anistia não contemplasse aqueles integrantes da esquerda que participaram da luta armada ou que foram considerados subversivos pelo regime militar.

Pasqualetto (2020, p. 66) afirma que o movimento da anistia teve forte influência de Terezinha Zerbini, uma militante feminista e ativista da causa da anistia. No período em que se promulgou a anistia, Dilma Rousseff que fora presa e torturada pela ditadura, estava já vivendo no Rio Grande do Sul. Algo interessante de ser mencionado é o fato de que a terceira biografia dessa tese, que trata da ex-presidente Dilma Rousseff, observa que Dilma foi uma das jovens que, nos chamados anos de chumbo do regime militar, decidiu se opor ao regime militar. Presa e torturada pelo regime militar, no período do governo Figueiredo já havia saído da prisão. Morava em Porto Alegre e era filiada ao PDT (Partido Democrático Trabalhista), agrupamento

político criado por Brizola após o retorno do exílio. Menciona-se aqui tal episódio em vista de que tal ex-presidente será analisada a partir da biografia escrita por Ricardo Amaral nas próximas páginas.

3.3 A biografia de Jair Bolsonaro e a biografia de João Baptista Figueiredo: a visitação à memória da ditadura militar

Após vinte e um anos de um regime civil-militar, o Brasil nos anos oitenta do século XX consegue passar por um processo de redemocratização que, mesmo que de forma indireta, foi eleito Tancredo Neves como presidente da República. A eleição de Tancredo inspirou confiança na população brasileira ao interpretar que um passado marcado pelo autoritarismo e pela arbitrariedade teria findado, dando início a um período de democratização e de respeito às liberdades civis. Admite Carvalho (2019) que, após a eleição de Tancredo, houve certo consenso entre as forças políticas que se opunham à ditadura de que era preciso que se criasse uma nova constituição e junto dela se garantisse direitos sociais a todos os cidadãos. A morte de Tancredo em abril de 1985 e a consequente posse de José Sarney como presidente, político ligado ao regime militar e vice na chapa composta por Tancredo, não impediu a formação de uma Assembleia Nacional Constituinte, sendo esta mantida. A partir de uma ampla discussão entre os vários setores que compunham a sociedade brasileira, inclusive os militares, aprovou-se a Carta Magna de 1988 que garantiu vários direitos.

Deu-se sequência ao fim do mandato de Sarney, ao curto período da presidência de Fernando Collor que foi sucedido por Itamar Franco. Após, assume a presidência o sociólogo carioca Fernando Henrique Cardoso, seguido pelo líder sindical Luís Inácio Lula da Silva. Ambos os políticos tiveram oito anos de mandato e foram sucedidos posteriormente por Dilma Rousseff e com seu impedimento em 2016, por Michel Temer.

Pode-se afirmar que nenhum dos mandatários do poder executivo até Michel Temer demonstrava algum tipo de simpatia pelo regime civil-militar ou apontava a necessidade de reparação à memória do que aconteceu nesse período. É importante mencionar que a Comissão da Verdade implantada ainda no primeiro mandato de Dilma Rousseff tinha a função de rememorar as atrocidades ocorridas na época da ditadura e buscar a reparação das vítimas. Com a eleição de Jair Bolsonaro isso se

modifica. Quando deputado federal, Bolsonaro, em diversas ocasiões, defendeu a ditadura como sendo necessária para conter o avanço comunista e a infiltração dessa ideologia em solo brasileiro.

Na esteira deste processo, foi publicada a biografia de Jair Bolsonaro em que o filho Flávio Bolsonaro, além de tentar construir a imagem do pai como um homem capacitado, procurou reconstituir sua figura como um militar que ao sair deste universo ingressou no poder civil, mas sem jamais abandonar sua identificação com o oficialato e com o militarismo.

Jair Bolsonaro durante muito tempo foi visto como um político ligado a setores militares e policiais sem muita relevância para poder interferir no debate público. Apesar disso, desde 2010, Jair Bolsonaro foi se tornando paulatinamente uma personalidade conhecida no Congresso Nacional, e, em especial nas chamadas redes sociais. A biografia escrita pelo filho se propõe ao papel de refutar a ideia de que o pai é fascista e um inimigo da democracia e da lei. A biografia do filho se propõe a narrar um Bolsonaro idealista e sincero, patriota e servil à sua pátria:

Bolsonaro sempre alertou: no Brasil, tão ou mais grave que a corrupção é questão ideológica. O dinheiro roubado pode ser recuperado, já a liberdade não. A esquerda usa os legítimos instrumentos dos poderes para corrompê-la e se perpetuar no poder (Bolsonaro, 2017, p. 131).

A citação acima resume o papel assumido por Jair Bolsonaro segundo a interpretação de seu filho, Flávio Bolsonaro. Para Flávio, seu pai, tornou-se um combatente contra a corrupção e a degeneração dos bons costumes na sociedade brasileira. É importante ressaltar que o título da biografia criada por Flávio Bolsonaro já assume esse caráter apologético e idealista de o pai se torna uma personagem literária que reúne um caráter típico de herói, marcado pela ideologia militar, nacionalista. Sobre a questão dos mitos discute-se o que eles seriam e a razão pela qual eles persistem ao longo da história. Um estudioso dessa questão é o escritor e mitólogo norte-americano, Joseph Campbell. Em sua obra, *O Poder do mito*, tal autor discute a validade do mito e a razão pela qual, mesmo numa sociedade fortemente influenciada pela tecnologia digital, os mitos continuam desempenhando um papel não só cultural, mas também moral. Campbell (1991) entende que, dentre os diferentes temas abordados pela mitologia, há a figura do herói. Entende este pensador que o herói pode ser definido como um indivíduo que pratica ações nobres em prol do bem de sua coletividade. Desta forma, seriam estereótipos do herói, a coragem, a visão de futuro, a abnegação e a capacidade de sonhar com um futuro melhor e abrir as

possibilidades para a realização disso. Campbell ressalta também que a figura do herói muitas vezes está justaposta com a figura do pai, do homem que serve de referência moral para os seus filhos. Este aspecto de identificação e de inspiração no exemplo de vida, faz com que Flávio Bolsonaro produza a biografia de seu pai e como contraponto a essa visão de apologia do filho de Bolsonaro em relação ao seu pai, surgiu a biografia de Clovis Saint-Clair, que refuta essa imagem de Jair Bolsonaro como herói da pátria brasileira.

Dosse (2009) chama a atenção para o fato das biografias por vezes assumirem também um ponto de vista apologético em relação ao biografado. Admite que possam existir biografias que defendem teses ou que buscam reconstituir personalidades históricas esquecidas pela opinião pública. Le Goff (1984) reitera que o tempo e o espaço são dois conceitos importantes quando se tratam de aspectos relacionados à memória individual e a memória coletiva. Enquanto o primeiro tipo de memória está relacionado ao indivíduo humano, o segundo diz respeito a um número maior de pessoas, a uma nação e, em aspecto mais abrangente, à sociedade mundial como um todo. Partindo-se de tal pressuposto, ocorrem duas ações relevantes na forma de se lidar com o passado, que é o ato de esquecer ou de lembrar os atos passados. Neste sentido, a biografia como um gênero textual híbrido que mistura elementos da história e da literatura, conseguiu atuar em dois modos. Ao conseguir narrar a vida de um indivíduo, tal tipo de narrativa não consente que o indivíduo biografado seja esquecido, mas também permite que novas gerações que não conheceram o ser biografado possam conhecê-lo e saber de sua importância histórica.

Após uma década de governos ligados ao Partido dos Trabalhadores (PT), houve ascensão das classes populares que foram contempladas com projetos de seu interesse. Na obra *Os sentidos do Lulismo*, André Singer reflete sobre tal questão, abordando positivamente as ações dos governos do PT. No entanto, para outros como Hermínia Maricato e Pedro Paulo Bastos, tal ascensão comportou em si contradições. Tais autores advogam a tese de que é inegável que ocorreu uma pequena transferência de renda para os setores mais populares da sociedade brasileira. Ao mesmo tempo em que isso aconteceu não houve a politização de pautas e demandas sociais de uma sociedade historicamente desigual como a brasileira. Segundo defende Bastos (2012), motivo pelo qual a partir de 2013 contestações ao governo petista levarão à crise o modelo de gestão político e ideológica. Manteve-se a estrutura agrária desigual. Ainda que o combate empreendido pelos movimentos negro e gay

tenha sido desencadeado, a manutenção de comportamentos excludentes e preconceituosos como o racismo e a intolerância com práticas sexuais seguem incólumes.

Maricato (2008) entende que o governo não cuidou da necessária politização de problemas da agenda brasileira. Criou-se desse modo um quadro paradoxal, pois paralelo à existência de programas sociais como *Minha Casa, Minha Vida* e *Bolsa Família*, não se buscou medidas de rompimento com aquelas estruturas que dificultam o acesso aos bens e serviços no Brasil. Corroborando com este entendimento, Bastos (2012) questiona as ações dos governos do PT que se jactam de ter promovido um crescimento econômico expressivo, diminuindo a concentração de renda. Para Bastos (2012), o *boom* econômico que o Brasil viveu de 2003 até meados de 2012 se deu pela demanda que o mercado chinês, principal parceiro econômico brasileiro teve de nossas *commodities*, notadamente a soja. Naturalmente, se havia demandas por nossos produtos, o governo brasileiro encontrou condições para se projetar economicamente, mas esta projeção não se deu

Dilma Rousseff foi eleita em 2010 no contexto de uma economia que se recuperava com êxito dos efeitos da crise financeira global de 2008 e em um cenário de grande otimismo. Embora seu projeto de governo não fosse explicitado na campanha, seu objetivo principal logo ficaria claro: senão eliminar, minimizar o rentismo com a dívida pública como meio sistemático de acumulação de capital. Isso significa questionar o poder estrutural do capital financeiro na determinação das taxas de juros e câmbio, rompendo o pacto conservador formado pelo governo Lula em 2003. Isso seria uma grande mudança estrutural (Bastos, 2012b).

Apesar do objetivo inicial, a proposta de Dilma fracassou. Tal mandatária não teve habilidade para lidar com os interesses do capital financeiro e o ciclo virtuoso de crescimento das *commodities* a partir do fim de 2012 e o início de 2013 começou a se esgotar. Esta posição de Bastos é corroborada por Maricato (2008) que afirma que as manifestações de 2013 e o *impeachment* sofrido por Dilma três anos depois, são consequências de um tipo de política de geração de renda que se caracterizou por transferir dinheiro para pessoas mais pobres e estimular o consumo, sem levar em consideração o combate à desigualdade e as estruturas sociais presentes na sociedade e na economia brasileira que permitem que esse fenômeno exista. De modo similar, porém apontando algumas nuances em relação a esse entendimento, André Singer (2012) compreende que a partir da reeleição de Lula em 2006, ocorreu um processo de realinhamento eleitoral no Brasil que se caracterizaria pelo fato de a classe média distanciar-se dessa sigla e migrar para setores políticos mais ao centro

e à direita, enquanto os setores mais pobres da população aderiam ao Partido dos Trabalhadores. Tal adesão se deve ao aumento do salário mínimo, à concessão do crédito consignado, à ampliação de financiamento, nos programas de transferência de renda. Apesar de esse cenário ter garantido a Lula um segundo mandato com forte popularidade e a eleição da candidata por ele escolhida para a sua sucessão em 2010, a mineira, Dilma Rousseff a partir de 2013 a conciliação tentada pelo chamado lulismo entre o capital e o trabalho começa a se enfraquecer.

Em 2013, um acontecimento inesperado ocorreu. Uma manifestação que nasceu do descontentamento de jovens secundaristas e universitários com o preço da passagem de ônibus redundou no questionamento do setor político brasileiro em si. A presidente Dilma veio a público dizer que entendia a demanda da população, propondo reformas a fim de resolver os problemas da economia, da saúde e da educação.

O discurso da presidente não repercutiu não se observando transformações significativas no tecido social. Ainda que reeleita um ano após as manifestações de 2013, num pleito acirrado com Aécio Neves, o ex-governador de Minas Gerais, a crise política brasileira continuaria e se aprofundaria. Aliado a este processo, surgiu uma operação jurídico-policial apelidada pela imprensa de *Lava Jato*, intervenção que revelou as suspeitas relações entre parte do setor político e o setor empresarial, notadamente aquela vinculada aos setores portuário ou agroexportador. Num cenário tenso e complexo como este, se projeta a figura de Jair Bolsonaro como um líder político que buscava representar a necessária coesão social e um discurso que valorizava a ordem.

Dois anos após a eleição de Jair Bolsonaro, voltou-se a discutir o papel dos militares e qual teria sido o legado destes na política brasileira. Derivada de tais discussões, Bernardo Pasqualetto publicou a biografia sobre o último presidente do regime militar, João Figueiredo. Nas páginas iniciais da biografia, Pasqualetto (2020) critica o silêncio de parte da historiografia brasileira em relação à figura do último presidente do regime civil-militar, silêncio este, reforçado pela própria fala de Figueiredo. Por mais que não assuma em detalhes, Pasqualetto traça, de modo implícito, paralelos entre o perfil militar de João Figueiredo e de Jair Bolsonaro. No presente texto biográfico, observa-se o caráter nacionalista da personalidade de Figueiredo e Jair Bolsonaro, ambos se apresentando com um perfil anticomunista.

Também o aspecto conservador na área dos costumes e o aspecto temperamental para lidar com a imprensa são destaques nas duas figuras presidenciais.

Bernardo Pasqualette menciona que, no início do mandato de Figueiredo, tentou-se construir uma imagem mais serena desse político, apresentando-a como um militar simples, amante dos cavalos e da vida campeira. Segundo o biógrafo, o uso do nome João fora importante para a representação popular. Segundo Pasqualette (2020, p. 90), o cargo de presidente talvez tenha potencializado os traços da personalidade do general que nem todos conheciam, mas ele, em essência, manteve-se fiel à pessoa que fora ao longo da vida. Alçado ao poder, revelou ao país o personagem que era na vida real, com suas virtudes e mazelas. A espontaneidade e o pouco apreço à liturgia do cargo assemelham-se Figueiredo e Bolsonaro, portanto percebe-se a tentativa de construção do biógrafo de um tipo ideal do que seja o militar exercendo um cargo civil, um temperamento forte e pouco afeito à dissimulação e ao traquejo social.

Dosse (2009) destaca que além da tradição que a biografia como gênero desempenha no Ocidente, este tipo de tipologia textual tem sido responsável por revitalizar a história e retomar o papel de muitos indivíduos importantes na história da humanidade. Personagens femininas, indivíduos populares, como Menocchio, o moleiro italiano presente na biografia escrita por Carlo Ginzburg e até figuras que deixam de despertar interesse histórico como João Figueiredo, tornam-se conhecidas ou voltam a ser relevantes socialmente.

Em entrevista concedida à *Rádio Jovem Pan*, ao jornalista Tiago Uberraich, (disponível na homepage www.youtube.com.br/jovempn), o biógrafo Bernardo Pasqualette revela que a sua dúvida se deu em como classificar o período de gestão desse mandatário. Inicialmente influenciado por Élio Gaspari, Pasqualette concebia o período de 1979 até 1985 como sendo uma ditadura, porém ao realizar a pesquisa sobre a vida de João Figueiredo e os acontecimentos ocorridos no seu mandato, o biógrafo altera sua posição, considerando tal mandato como um período de transição de ditadura enfraquecida para a possibilidade de uma democracia que se apresentava como possível. A influência de Élio Gaspari sobre o biógrafo de João Figueiredo é significativa, pois Bernardo Pasqualette destaca o estudo realizado por tal jornalista e historiador.

Élio Gaspari escreveu uma coleção de livros sobre o período da ditadura sendo o último deles intitulado *A ditadura acabada*. Neste, o jornalista e historiador esmiúça

os personagens presentes no processo que levaria ao fim da ditadura até a redemocratização, enfatizando a importância de João Figueiredo nesse processo. De acordo com Gaspari (2016), João Figueiredo, como ex-chefe do *Serviço Nacional de Inteligência* (SNI), contava com um aparato estatal que lhe favorecia a sucessão do presidente Ernesto Geisel, que acabou culminando na escolha do ex-presidente da ditadura civil-militar brasileira:

A imprensa escrita, livre da censura havia pouco tempo, era permanente causa de desconforto, vista pelo Serviço como uma fonte de estímulo para a oposição ao regime com esquerdistas nas redações, sobretudo 'nos portos de segundo escalão'. Entre todos, para o SNI a *Folha de São Paulo* tivera o 'mais bem montado esquema marxista da imprensa' (Gaspari, 2016, p. 78-79).

A citação de Élio Gaspari expressa o clima ideológico que possibilitou que Figueiredo fosse eleito presidente e como tal político pensava, vendo o marxismo e a esquerda como inimigos que deveriam ser combatidas. Sob essa perspectiva, João Figueiredo estava inserido na ideologia militar representada pelo SNI e pelos ideólogos do golpe de 1964 que combateram o marxismo e a esquerda. É importante compreender, conforme pontuado por Pasqualetto (2020), que João Figueiredo fora militar durante toda a sua vida profissional, tendo galgado diferentes postos no Exército. No entanto, segundo Pasqualetto, o que mais lhe trouxe satisfação fora atuar no *Serviço Nacional de Informação*, combatendo a doutrina marxista.

Celso Castro é o autor do clássico ensaio sociológico *O espírito militar: um antropólogo na caserna*. Nesta obra, Castro (2021) defende a tese de que os militares tendem a ser enxergados como um grupo social que tem a missão de garantir a paz e a ordem e de combater ideologias que levem ao esgarçamento do tecido social da nação. Desta forma, o comunismo é visto como um dos males para a garantia da existência da soberania nacional, portanto é necessário combatê-lo sobre todos os modos possíveis.

Para Gaspari (2016), essa questão dividia os militares. Havia aqueles que eram mais legalistas e que toleravam a existência da esquerda desde que ela não adotasse medidas de desrespeito à ordem nacional e não utilizasse táticas de sublevação popular. Paralela a esta, existia outra ala militar, de cunho radical, que buscava combater a esquerda tanto no campo político quanto no campo cultural. Se no primeiro campo a vitória durante certo tempo foi exitosa, no campo cultural a simpatia maior era contra o regime ditatorial, algo explicado pelo um dos principais jornais brasileiros,

a *Folha de São Paulo*, que decidiu a partir do ano de 1984 apoiar a *Campanha das Diretas Já*, cujo objetivo era o fim da ditadura.

João Figueiredo como ator político situava-se entre os dois polos. Tal dualidade, conforme Pasqualette (2020), esteve presente tanto em suas ações como presidente quanto em sua personalidade que ao mesmo tempo continha elementos autoritários e de matriz nacionalista. Segundo Pasqualette, o último mandatário da ditadura conseguiu realizar a anistia e a conviver de modo mais ou menos harmônico com a oposição ao seu governo e ao próprio regime militar. Mesmo assim, a anistia até hoje é motivo de debate e discussões, pois existem críticas ao fato de crimes que foram cometidos pelos militares e civis ligados ao regime civil militar foram perdoados e até mesmo esquecidos, tornando-se difícil o seu conhecimento por parte da sociedade civil. Quando se leva em consideração o Brasil, isso adquire ainda maior relevância, devido ao pouco cuidado que este país tem com a memória nacional. Realizada esta observação, no próximo capítulo será exposta a vida de Luís Inácio Lula da Silva pelo biógrafo Richard Bourne.

4. O PAPEL DO BIÓGRAFO RICHARD BOURNE NA CONSTRUÇÃO BIOGRÁFICA DO PRESIDENTE LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA

4.1 A Infância, a juventude e o início da vida sindical de Luís Inácio Lula da Silva

Luiz Inácio Lula da Silva é uma das figuras mais atuantes na história contemporânea da política brasileira, principalmente após a segunda metade da década de setenta do século passado. Indivíduo nascido no semiárido nordestino, Lula descende de uma família pobre de sertanejos que teve desde cedo a aprender a lidar com as dificuldades impostas a pessoas que nascem nas classes desfavorecidas situadas no interior de um país desigual como o Brasil. Já no início da biografia *Lula do Brasil*, Richard Bourne expõe que:

Lula nasceu em 27 de outubro de 1945 perto de Garanhuns, cidadezinha a cerca de 240 quilômetro do Recife, capital do Pernambuco. Era um sábado. Seu trabalho em São Paulo e sua mãe, dona Lindu, já estava criando seis filhos. Lula, Luiz Inácio da Silva foi o sétimo. Moravam numa casa pequena, e ela tentava alimentar a família plantando milho, mandioca, batata, feijão e fruta (Bourne, 2009, p. 19).

A citação acima representa a parte da biografia de Lula, em que o biógrafo Richard Bourne situa o leitor acerca de onde o seu biografado nasceu e em qual contexto ele fora formado. Percebe-se que a história de Lula é fortemente influenciada por sua mãe, Dona Lindu, sertaneja pobre, que abandonada pelo pai de Lula, Aristides, um nordestino agressivo e machista, teve que tomar as rédeas da família e criar Lula e seus irmãos sozinha. As dificuldades de uma família pobre nascida no sertão nordestino na primeira parte do século vinte eram enormes. Além da escassez de acesso a água e outros recursos naturais, havia também a dificuldade de instrução e de acesso à saúde, habitação e demais situações que garantem a plena cidadania e a qualidade de vida.

Bourne (2009, p. 21) destaca que a figura paterna foi ausente praticamente em quase toda a vida de Lula. Aristides, nome do pai do biografado de Richard Bourne, manteve um casamento conturbado com Lindu e meses antes do nascimento de Lula abandonou seus seis outros filhos e sua mulher para tentar a vida na cidade de Santos, cidade portuária rica do interior de São Paulo. Apesar da proposta de ir a Santos em prol de melhores condições de vida e de que assim que as obtivesse iria trazer a família de volta, Aristides não cumpriu o que prometera, mantendo uma relação extraconjugal com uma prima de Lindu. Com ela o pai de Lula, tivera outros filhos e com o dinheiro obtido com o serviço na estiva do porto santista, garantiu à

família de sua amante melhores condições de vida do que as de sua família legítima. Descontente com tal situação, Lindu em um determinado momento da infância de Lula cansa-se do fato de ser traída por seu marido e do desinteresse de Aristides em relação a seus filhos e decide abandonar o sertão nordestino, indo a busca de uma nova vida na mesma cidade que seu esposo, Aristides, anos antes tinha se deslocado.

A jornada para o sul foi uma história clássica da imigração da época, durou treze dias e noites, de 10 a 23 de dezembro de 1952. Ao todo, onze membros da família estavam num caminhão aglomerado e coberto por uma lona. Lindu e seus sete filhos, um tio, sua esposa e o filho de ambos, Lula usou a mesma camisa a viagem inteira (Bourne, 2009, p. 23).

A situação descrita acima expõe uma das cenas mais dramáticas da biografia escrita por Richard Bourne. A saída de Lula e de sua família do interior do Nordeste em um período próximo as festas natalinas e sua chegada em Santos, representa uma odisseia a qual muitas famílias de migrantes nordestinos que se dirigiram ao Sudeste do país passaram. Nota-se que o biógrafo constrói a ideia de resiliência de Lindu e de Lula, o primogênito entre os sete filhos, que mesmo com a mesma roupa durante os treze dias de viagem consegue resistir as intempéries e chega ao destino pretendido.

Bourne (2009) ao longo da biografia de Lula sempre chama a atenção para o aspecto de resistência de Lula perante as intempéries que a vida lhe apresenta, encontrando as condições necessárias para conseguir sobreviver a elas. Destaca Dosse (2005, p. 409) que a questão que envolve o processo de construção de uma biografia por parte do biógrafo é algo complexo, porque é desafiador poder escrever a história da vida de um indivíduo, principalmente se ele estiver ainda vivo. Questões que envolvem a polêmica do biografado e a simpatia ou a antipatia do biógrafo em relação a vida que ele narra interfere na forma pela qual a biografia é construída. Admite Dosse (2005) que a vida de quem é objeto de uma biografia não pode ser totalmente contada, portanto cabe ao biógrafo fazer recortes em relação a vida do biografado e estabelecer fatos históricos da vida do biografado que ele considera importantes de serem narrados na biografia. No caso de Lula, Richard Bourne (2009) verifica quatro momentos para a formação de Lula como uma figura histórica. O primeiro é o seu nascimento no sertão nordestino em meados da década de quarenta, o segundo é a saída de sua família do Nordeste e a migração para o Sudeste, o terceiro a formação de Lula como torneiro mecânico e sua formação sindical e o quarto

sua transformação em uma liderança política que disputa até 2002 quatro pleitos, vindo a ser eleito no último e reeleito quatro anos depois.

Tendo esse aspecto como parâmetro, a chegada da família de Lula a Santos possui a analogia com uma situação descrita no famoso romance de Graciliano Ramos, *Vidas secas*, onde também uma família pobre de nordestinos cansados da situação de miserabilidade e do abandono em que vivem, decidem abandonar seu local de moradia e buscar a sorte na região Sudeste do Brasil.

Bosi (2006) entende que o romance *Vidas secas*, de Graciliano Ramos desde o seu surgimento até os dias atuais, funciona como uma representação cultural importante da luta do nordestino pobre que sai de seu local de origem em busca de melhores condições de vida. Para este intelectual, além do sucesso literário dessa obra de Graciliano Ramos, considerada por Bosi como a obra-prima desse romancista, ela serve para análises sociológicas e para corroborar narrativas cuja temática esteja centrada nas regiões Sul e Sudeste do país. Percebe-se que ao descrever a epopeia de Lula e seus familiares a cidade de Santos, o biógrafo menciona semelhanças com a obra de Graciliano Ramos, porém diferentemente do romance do alagoano, não houve a morte de ninguém, pois em *Vidas secas*, a cadela Baleia, que pertencia ao personagem principal da obra, Fabiano, falecia pelo fato dos seus donos não terem condições de fornecer alimento a este animal. Outro detalhe que não pode deixar de ser mencionado, é que o romance citado expõe a violenta desigualdade social que faz parte da sociedade brasileira e de como o modelo de desenvolvimento esteve concentrado nas regiões metropolitanas e próxima do litoral, enquanto regiões mais distantes, viviam um quadro de abandono e de falta de assistência a condições básicas para que se tenha a mínima qualidade de vida.

Feita essa ressalva, a biografia de Richard Bourne após descrever a chegada da família de Lula em Santos, retrata o processo de adaptação destes em uma nova cidade e uma nova região. Como o clã da Silva eram migrantes nordestinos pobres e com pouca instrução, coube a eles habitar a periferia da cidade santista, mais especificamente um bairro periférico próximo a cidade de Santos. Em uma casa com poucos cômodos, Bourne (2009) menciona que Lula e seus irmãos dormiam junto com a mãe no mesmo quarto, não havia a presença de banheiro e a cozinha e a sala era mal distribuída. Além da aglomeração, o chão da residência do futuro líder petista e sindical, era de chão batido e não contava com nenhum tipo de saneamento, o que

ocasionava em dias de chuva alagamentos que tornavam ainda mais difícil a vida da família.

Pouco tempo depois, ao chegarem a Santos, o pai de Lula tomou conhecimento por meio de seu irmão mais velho Frei Chico, de que eles pretendiam fixar residência em Santos e que precisavam de condições básicas para se estabelecer na cidade.

Lula e seus irmãos trabalhavam em dia e estudavam à noite. Ele e outros três iam à mesma escola, o Grupo Escolar Marcílio Dias, de onde ficou a lembrança de uma professora, dona Terezinha, que gostava dele e de Francisco ganhando uma edição de *As Viagens de Gulliver* como prêmio (Bourne, 2009, p. 26).

Instalados em Santos, o biógrafo de Lula narra que o cotidiano da família da Silva era comum a muitas famílias de migrantes nordestinos pobres. Estudavam em escola pública e tinham que auxiliar os pais, trabalhando no turno inverso ao da escola como forma de prover a renda. Aos poucos, Lula e seus irmãos foram vencendo as dificuldades, porém o biógrafo inglês argumenta que Dona Lindu, mãe de Lula, não possuía emprego fixo, atuando como lavadeira, empregada doméstica e costureira. Ao ter um emprego informal, sem uma renda fixa, as dificuldades financeiras eram constantes.

Dona Lindu lutou para que os seus filhos trabalhassem, em especial Frei Chico e Lula que, segundo o biógrafo, eram aqueles que a matriarca tinha mais simpatia. Segundo Bourne (2006), Dona Lindu enxergava na profissão de torneiro mecânico a possibilidade de ascensão social. As famílias de nordestinos pobres viam como um exemplo de sucesso tal condição. Lula terminou o ensino fundamental e sua mãe lhe inscreveu no Senai no curso de Torneiro Mecânico.

Sua mãe estava muitíssima orgulhosa dele. Esses haviam percorrido um longo caminho juntos, da Vila carioca, até o Ipiranga, quando ele foi fazer o exame. Seu treinamento de dois anos no Senai era o que às vezes se chama de 'curso sanduíche' que envolvia aulas ligadas à experiência prática, e também educação física (Bourne, 2009, p. 34).

Ao término dos dois anos de curso, Lula realiza o sonho da mãe, tornando-se torneiro mecânico. Com a ajuda de Frei Chico, uma forte referência na formação sindical e moral de Lula, segundo Bourne (2009), consegue emprego numa fábrica automobilística do ABC paulista. Neste momento, a biografia de Lula passa por um processo de transformação. O menino nordestino pobre, abandonado pelo pai e migrante, inicia a sua trajetória trabalhista que redundará anos depois no Lula sindicalista e no líder político que no início da década de oitenta do século XX funda

um partido que mexerá com a estrutura da política brasileira, o Partido dos Trabalhadores. Tal abordagem será feita no próximo capítulo.

Antes do término desse subtítulo é importante mencionar que Richard Bourne foi durante muito tempo jornalista do periódico The Guardian e professor de estudos políticos da Universidade de Londres tendo destacando-se por estudar questões relativas a América Latina e a biografia publicada por este biógrafo segundo entrevista dada para a Revista Cult na homepage revistacult.uol.com.br onde este intelectual expõe que os critérios que o levaram a biografar Lula se deram não só pela popularidade desse político no fim do segundo mandato o interesse que o mercado literário tinha em relação à figura de Lula.

4.2 Luiz Inácio Lula da Silva: o nascimento da liderança, o fundador do PT e o candidato à presidência da República

Na biografia escrita por Richard Bourne o momento mais importante da vida de Lula é quando inicia a sua vida de sindicalista. Para Bourne (2009), o Lula sindicalista desempenhou um papel fundamental na segunda metade do século passado, pois seu tipo de liderança ficou conhecido como sendo a de um autêntico operário, ou seja, de um trabalhador ligado ao chão de fábrica e que, ao contrário das lideranças sindicais anteriores.¹

Em meio ao rebuliço, no fim dos anos 70, com uma anistia, greves gerais e a sensação de que a ditadura militar estava nos estertores, uma nota diferente ressoou. Lula e um grupo de outros líderes sindicais mais progressistas clamavam por um partido exclusivamente de trabalhadores, PT. Esta era uma ideia discutível, e em muitos círculos da oposição, divisória (Bourne, 2009, p. 81).

A citação acima expõe um momento crucial da história do Brasil como república. No fim da década de 1970, a ditadura civil-militar iniciada em 1964, dava sinais de esgotamento, porém ainda permanecia vigente. Como tinha havido a repressão aos movimentos guerrilheiros contestatórios a esse regime, duas forças políticas começaram a se aglutinar para combater a ditadura e ajudar em seu processo de queda. Um deles era o MDB, partido de oposição ao regime ditatorial e que vinha

¹ Tais trabalhadores eram ou dependentes do Estado e ligadas aos ex-presidentes Getúlio Vargas e João Goulart e ao representante político destes, o ex-governador do Rio Grande do Sul, Leonel Brizola ou ainda estavam ligados ao Partido Comunista do Brasil ou a grupos da esquerda radical de inspiração trotskista e maoísta.

desde 1974 galgando postos na administração pública e alcançando apoio do eleitorado. O outro era o nascente movimento de trabalhadores do ABC paulista. Era nesse segmento em que Lula se situava e onde aparece como liderança política.

Compreende Bourne (2009, p. 82) que desde a greve de 1979, que teve ampla repercussão midiática, a figura de Lula como líder sindical começa a despertar o interesse de parte da mídia e da classe política brasileira. Diferente das lideranças sindicais da época, Lula era egresso da parte mais pobre e rural do Nordeste do Brasil, não possuía nenhum tipo de vinculação partidária expressiva com ideologias de esquerda e nem com o anarquismo e não lutava por revolução social, como era comum a esquerda da época lutar. Lula desejava melhores salários para sua classe profissional e um espaço maior de democratização dentro das fábricas, no que se refere a distribuição dos lucros e a não criminalização dos sindicatos. Uma importante obra que foi escrita sobre o papel de Lula como líder sindical chama-se *O que sei de Lula*, escrita pelo jornalista político, José Nêumanne Pinto. No livro que pode ser considerado uma obra de reportagem, José Nêumanne explica o surgimento de Lula como líder sindical e a sua transformação em político. Descreve igualmente o ineditismo da experiência dos trabalhadores de São Bernardo do Campo no que se refere às demandas trabalhistas de sua época.

A originalidade da figura de Lula, o metalúrgico, no sindicalismo brasileiro-nem “comuna” nem “pelego”- fugindo assim da dicotomia até então inexorável no país, tem a ver com as circunstâncias do ambiente de trabalho ao qual foi introduzido na Vila Carioca, e depois, no ABC paulista. E ainda com os próprios objetivos de vida que ele adquiriu quando resolveu se sindicalizar e participar das disputas políticas internas de classe e do feliz encontro fortuito com um dirigente diferenciado, Paulo Vidal Neto, que inaugurou no comando do Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo do Campo e Diadema um estilo alternativo aos dois modelos clássicos de sindicalismo mais tarde seria definido como ‘autêntico’ (Pinto, 2011, p. 88).

Percebe-se pela citação de que Lula teve em Paulo Vidal Neto o seu mentor sindical. Admite Pinto (2011) que Vidal foi um líder sindical que se destacou por combater o comunismo e as ideologias de teor marxista no ambiente sindical, mas ao mesmo tempo criticava a passividade que parte do movimento sindical brasileiro nas décadas de sessenta e setenta vivia. É importante ressaltar que na segunda metade da década de setenta, o milagre econômico, nome dado ao período de expressivo crescimento econômico do Produto Interno Bruto brasileiro tinha se enfraquecido e a inflação havia aumentado, impactando o poder de compra das classes trabalhadoras e dos mais pobres. Em uma situação como essa, os sindicalistas foram impactados, pois a cada aumento dos preços o poder de compra dos trabalhadores diminuía.

Se Paulo Vidal defendia que os sindicalistas lutassem por melhores condições de vida e buscassem acordos e ganhos reais com os patrões, Pinto (2011, p.89) admite que Paulo Vidal era ligado a setores conservadores da política tendo inclusive concorrido no partido que era ligado ao governo ditatorial, a Arena. Lula ao contrário, por mais que não fosse um esquerdista clássico, aquele que leu Marx e que militou em movimentos de esquerda de cunho socialista, tinha devido a sua origem popular a identificação com os operários, o que serviu para que aos poucos Paulo Vidal fosse perdendo o poder que tinha entre os sindicalistas e Lula se tornasse o líder sindical por excelência.

Bourne (2009) reconhece que, em 1979, ano de uma das greves mais impactantes da história do sindicalismo brasileiro, Paulo Vidal já era uma figura sindical secundária e Lula era reconhecido como sendo o representante dos trabalhadores tanto pela própria estrutura sindical quanto para os donos das montadoras do ABC paulista e também por setores políticos da época, seja pelo MDB, partido de oposição ao regime civil-militar e para figuras que apoiavam tal regime, que faziam parte da agremiação partidária denominada ARENA.

O sucesso de Lula com as greves de 1979 e 1980 - nesta última ele ficara preso durante um mês, - fizeram com que Lula fosse admitido como uma liderança sindical e política considerável, portanto não se poderia mais negar que o movimento de trabalhadores do ABC representava uma nova força política ascendente no Brasil. Para Bourne (2009, p. 81) essa expressividade alcançada por Lula encaminhou a necessária criação de um partido de trabalhadores, pois, segundo o biógrafo, o MDB era um partido desconectado das reais necessidades da classe trabalhadora e muitas de suas lideranças por mais sensíveis que fossem à questão operária, não possuíam o conhecimento empírico das experiências dos trabalhadores e da necessidade deles de participarem da vida política do país. Tal ideia desembocou na criação do PT, Partido dos Trabalhadores, porém Bourne (2009) narra que a criação dessa agremiação criou polêmica, pois alguns políticos do MDB viam que a criação de um partido enquanto a ditadura ainda estava vigente, não só prejudicaria o combate ao regime ditatorial, como faria que a oposição se enfraquecesse pelo fato de estar dividida.

Mesmo assim, Lula junto de outros sindicalistas, dentre eles, o bancário e professor de literatura, Olívio Dutra fundaram o PT na cidade de São Paulo, no dia 10 de fevereiro de 1980. Dois anos depois, Lula lança-se candidato ao governo de São

Paulo e acaba tendo uma votação considerável para um partido iniciante vindo a ocupar o quarto lugar no pleito. Ao término da eleição, Lula decidiu que junto do PT era preciso criar uma central de trabalhadores que reforçasse o poder de mobilização da classe trabalhadora e unisse diferentes categorias profissionais de modo a aumentar o seu poder de barganha e sua influência política. Pinto (2011) enxerga que essa postura de Lula de criar uma Central Única de Trabalhadores que ficou conhecida como CUT, inicialmente se demonstrava uma medida simpática aos movimentos sindicais, todavia posteriormente tornou muitos sindicatos dependentes do modelo de organização petista, causando a mistura entre o interesse entre as classes laborais e a agremiação política fundada por Lula. Singer (2018) tem uma visão oposta. Para ele, Lula no momento em que surgiu como líder sindical e criou a CUT tinha um objetivo de mostrar a classe trabalhadora brasileira de que era ela capaz de poder conduzir o seu próprio destino e ser um ator social relevante. Para este autor, as dificuldades para que isso se processasse e a manutenção dos quadros de desigualdades sociais, inclusive em relação a questões relativas ao mundo do trabalho, se dá por idiossincrasias da sociedade brasileira e dos grupos dominantes da elite econômica brasileira que impedem a plena democratização do bem-estar social no Brasil. Bourne de modo mais ou menos semelhante entende que:

A CUT era parte de uma sociedade mais ou menos democrática e pluralista do que o PT desejava ver. O PT ainda propugnava ideias socialistas e tinha, em suas fileiras, leninistas ocupando cargos elevados. Mas tentava aceitar outros importantes movimentos sociais. Um dos mais influentes no decorrer da década de 80 foi o Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra, MST (Bourne, 2011, p. 100).

Nota-se pela citação de Richard Bourne que ele concorda com a tese de Nêumanne Pinto de que a CUT demonstrava certo reconhecimento social de que a classe trabalhadora se tornava forte e atuante como um ator político, mas sua proximidade com o PT e a participação de várias lideranças dessa agremiação, dentre elas, a de Lula na CUT fizeram com que essa central fosse identificada inclusive pela classe patronal como uma central petista. Desempenha papel importante também para o fortalecimento do PT o surgimento do MST que segundo Bourne (1989) era fruto das mazelas causadas pelo modelo agrário exportador do regime civil-militar que apoiou a produção de soja e a criação de latifúndios e não conseguiu realizar de modo pleno a reforma agrária que consistia numa distribuição de terra mais equânime entre os moradores da zona rural brasileira. José de Souza Martins, um dos mais importantes sociólogos brasileiros e simpatizante do partido dos trabalhadores,

também pontua a questão exposta pelo biógrafo de Lula, Richard Bourne e ao jornalista que pesquisou o surgimento de Lula como ator político, José Nêumanne Pinto.

José de Souza Martins, na obra, *Reforma Agrária, o impossível diálogo sobre a história possível*, discute o papel do surgimento do movimento dos trabalhadores sem-terra e sua ligação tensa e ambígua para com o PT. Segundo Martins (2000) diferentemente da ideia presente no senso comum, inclusive corroborada por líderes políticos do partido dos trabalhadores, dentre eles, Lula, a reforma agrária não nasceu com um ideal progressista, mas sim com uma reação das elites e de setores da Igreja Católica que temerosos da influência que ideias de cunho marxista e comunista vinham alcançando entre os trabalhadores rurais, decidem servir como interlocutores entre os latifundiários e alguns membros das classes populares do campo. Deste modo, distribuir as terras era uma forma de evitar que os conflitos no campo se tornassem mais agudos e que muitos posseiros e até mesmo indivíduos humildes do campo vissem no marxismo e no comunismo a solução para seus males. Concorda-se com este sociólogo quando o mesmo reconhece que o MST faz uma leitura radical e por vezes enviesada da questão da luta de terra e de classes no campo, desconsiderando que a história possui elementos dialéticos, de recuos e avanços, conquistas e dificuldades e que são as forças políticas existentes, o que determina a questão agrária brasileira.

O PT foi e é visto como um partido messiânico para diversos segmentos do MST e neste sentido, segundo Martins (2000) ao haver essa vinculação, o movimento social do campo acaba se tornando dependente da agremiação política, quando por mais que haja ligação e simpatia entre ambos, deveria ocorrer o contrário, o movimento deveria pautar o partido político e em determinados momentos, a pauta de ambos teria de ter suas especificidades ao invés de estarem imiscuídas e confundidas entre si. Por fim, outro segmento fora importante para o surgimento do PT e para a consolidação de Lula como uma figura política que foi o segmento dos professores da educação primária e secundária que são filados em sua grande maioria a CUT.

Um intelectual de renome nesse setor e que inclusive filou-se ao fim de sua vida acadêmica ao PT, foi o pedagogo pernambucano, Paulo Freire que através de suas obras, em especial *Pedagogia do oprimido* e *Pedagogia da esperança* pautou muitas lutas pela democratização do ensino e pelo reconhecimento dos saberes de matriz popular que foram historicamente negligenciados no Brasil pelas elites letradas

e pelo setor escolar e acima de tudo, pela elite acadêmica. Freire (1986) buscou discutir de forma criteriosa o que seria uma educação libertária e emancipatória em uma sociedade desigual como a nossa. Acreditava Freire que a educação se caracteriza por dois aspectos: ela pode ser formal, aquela que ocorre nas escolas e informal que ocorre junto dos movimentos sociais, portanto caudatária de ideias mais progressistas e baseadas no empirismo social.

Freire (1986) considerava que estas duas formas de educação são válidas e que existem docentes que atuam de modo efetivo em ambas, porém para este pensador e para todo o grupo teórico a ele ligado, a educação verdadeiramente libertária se dá no momento em que se atua além do ambiente escolar. Inserir-se numa comunidade carente, conviver com trabalhadores, ouvir histórias e se engajar em um modelo ético de sociedade é de fato ser libertador. Freire chamava a atenção também para o caráter assistencialista que por vezes permeia as ações do educador que se diga seguidor do modelo libertário. Isso ocorre porque segundo o pedagogo pernambucano o modelo tradicional de ensino e de sociedade tende a se impor quase que de modo incondicional sobre as pessoas. Neste modelo reside o perfil clássico, ou seja, o professor ensina, o aluno aprende e as informações são processadas por meio de um modelo rígido e hierárquico.

Conforme Freire (1986, p. 48), “o primeiro teste da educação libertadora é aquele a qual tanto os alunos quanto os professores sejam agentes críticos do ato de conhecer”. Não era importante somente saber as palavras, mas desenvolver a leitura de mundo, saber interpretar a realidade e se engajar em causas sociais que visassem diminuir a situação de desigualdade que permeia a sociedade brasileira. Deste modo, o PT abrigou movimentos de defesa da educação e da escola pública e estreitou a aliança com setores sindicais do campo educativo.

Lula representou, segundo Bourne (2009), um papel ambíguo no que se refere ao modelo freireano de educação, Se por um lado, Lula não deu sequência aos seus estudos e não tinha formação acadêmica, como quase todos os presidentes recentes do Brasil tinham, Lula é um elemento da educação não formal defendida por Paulo Freire, pois como já exposto anteriormente nessa tese, Lula é originário de uma região pobre do Nordeste e aprendeu com sua experiência como trabalhador braçal e posteriormente como líder sindical as vicissitudes aos quais os pobres são acometidos em uma sociedade desigual como a brasileira. Não se pode deixar de levar em consideração e nesse aspecto vai-se ao encontro do pensamento de Bourne, de que

Lula não é um trabalhador totalmente desqualificado em termos de mão de obra se levar-se em consideração a realidade brasileira. Pinto (2011) chama a atenção para o fato de que possuir um diploma em um curso técnico nos anos setenta era um elemento não só de ascensão econômica, mas também de status, o que explica a luta obstinada da mãe de Lula, dona Lindu, para que seu filho concluísse o curso no Senai e se tornasse um operário fabril.

Bourne (2009) narra que, em 1986, já com o capital político adquirido pela criação da CUT e da ligação do PT com o MST e com os setores sindicais da área da educação, Lula se elegeu deputado constituinte, colaborando na elaboração da Constituição de 1988. O próprio biógrafo de Lula reconhece que seu biografado teve mais um papel simbólico na Assembleia Constituinte do que um protagonismo efetivo, pois Lula reclamava do aspecto burocrático do Congresso e das práticas políticas, observando o cunho corrupto existente em tal instituição. Mesmo assim, o PT e a presença de Lula como líder dessa agremiação, contribuíram para que estivesse presente na Constituição direitos sociais tais como o direito à vida, o direito à educação, o direito à saúde, o caráter social da propriedade e a existência de políticas públicas para setores historicamente discriminados no Brasil como negros, mulheres, homossexuais e deficientes. Essa situação possibilitou que Lula, fortalecido como liderança política e sindical, se candidatasse à presidência da República na primeira eleição civil após o fim da ditadura, ocorrida em 1989. Tal assunto será abordado a seguir.

4.3 O líder sindical como candidato à presidência em 1989

Após vinte e um anos de ditadura, a eleição de 1989 ensejou esperança em grande parte do eleitorado brasileiro, pois, desde 1960, a população não votava diretamente para o cargo de Presidente da República. Aliado a isso, a impopularidade do governo Sarney, que sucedeu a Tancredo Neves, após a morte do político mineiro em 1985, fez com que os brasileiros enxergassem a possibilidade da escolha de um presidente sufragado eleitoralmente como a solução para o Brasil.

Isso se refletiu no número grande de candidaturas à esquerda, à direita e ao centro, o que fez com que o pleito presidencial de 1989 fosse disputado em dois turnos. No primeiro, os candidatos mais bem posicionados eram Leonel Brizola,

político de centro-esquerda tradicional e herdeiro político de Vargas e de João Goulart, Fernando Collor de Mello, que na época era governador do estado de Alagoas. Este contava com o apoio de parte da mídia brasileira com a ideia de uma gestão que buscava, segundo seus apoiadores, modernizar o Estado, demonstrando simpatia pela doutrina liberal na economia, utilizando-se da crítica aos políticos tradicionais como algo novo para o país. Outro candidato era Lula que, após o sucesso como líder sindical e fundador da CUT, se credenciaram à presidência da república. Para Bourne (2009) a candidatura de Lula estava envolta em ambiguidades do ponto de vista político e social. O programa de governo do PT representado por Lula propunha a suspensão da dívida externa, o aumento dos investimentos em saúde e educação, a reforma agrária e uma ampliação das políticas públicas com o objetivo de diminuir a pobreza e a miséria no Brasil. Concorde-se com o biógrafo de Lula que se ao se analisar o tom de conciliação que historicamente caracteriza a história política do Brasil, a proposta do Partido dos Trabalhadores era inovadora e radical, porém, em 1989, em virtude dos acontecimentos no Leste Europeu, a esquerda como ideologia vivia uma crise de identidade. O Muro de Berlim no fim do ano desse pleito caíra, a União Soviética já era um bloco econômico e político fragilizado e como o PT contava com lideranças políticas simpáticas a tal ideologia tais acontecimentos impactaram a campanha petista.

Além desse aspecto, a oposição que o PT e a figura de Lula despertavam em certos setores da classe média e da elite econômica brasileira fortaleceram a candidatura de seu principal oponente, Fernando Collor de Mello que construiu seu *marketing* político como uma liderança jovem e preparada que combatia a corrupção, marcado pelo slogan “ o caçador de marajás”, termo usado a políticos que se opunham aos privilégios e desmandos da política brasileira. Admite Pinto (2011) que a eleição de 1989 quase fora ganha por Lula e pelo PT e que alguns erros estratégicos explicam a derrota. O primeiro foi a dificuldade de Lula e de seu partido de conseguirem rebater as acusações e ataques pessoais feitos por Fernando Collor e por sua candidatura ao político petista, ganhando destaque a exploração do caso da filha de Lula, Lurian, que, segundo a ex-mulher do sindicalista, não fora desejado por ele e que Lula teria oferecido a sua ex-companheira a possibilidade de abortar a criança. A segunda foi a radicalização de certas lideranças do Partido dos Trabalhadores que não demonstravam interesse em suavizar seu discurso, o que despertou temores em setores da classe média e do empresariado nacional como

exposto anteriormente. O terceiro foi o apoio obtido por Collor em relação a setores poderosos da mídia brasileira, em especial o grupo Globo de Comunicação que na época era liderada por Roberto Marinho. A derrota de Lula para Collor no segundo turno do pleito de 1989 causou bastante impacto em setores políticos mais progressistas do Brasil, porém ainda que derrotado, Lula constituía-se em forte liderança, consolidando-se no cenário nacional.

Considerando onde Lula havia começado na vida, aquilo foi apesar de tudo, uma grande conquista também tinha conseguido manter os pés no chão, preservar a sua vida familiar, ser ele mesmo. Quando os jornalistas visitaram a sua casa em São Bernardo durante o primeiro turno, ficaram atônitos com a normalidade de tudo e com a impressão da família aumentada, quando a mãe do primeiro marido assassinado de Marisa apareceu (Bourne, 2009, p, 113).

Reside nesse aspecto, uma das características que mais chamam a atenção do biógrafo de Lula em relação a sua figura, ser um homem que inspira paixões e rejeições do eleitorado e ao mesmo tempo consegue manter uma vida familiar muito próxima da figura do brasileiro médio, com sua mulher e filhos. Da Matta (1978) chama a atenção para o fato de que antropologicamente os laços familiares das pessoas egressas das classes mais humildes se caracterizam por um forte apego familiar e pela confusão entre as esferas do público e do privado. Ao se analisar a trajetória política de Lula, isso fica evidente, projetando-se como liderança sindical e principal nome da esquerda brasileira.

Bourne (2009) entende também que o caráter afetivo de Lula a seu grupo familiar formado com sua ex-esposa Marisa Letícia, possivelmente seja uma forma de suprir a ausência da presença física de sua mãe, Dona Lindu, personagem forte e determinante na vida de Lula, e a ausência afetiva e pessoal de seu pai, Aristides, pessoa a quem Lula tivera, conforme seu biógrafo, pouco contato.

Após perder a eleição para Collor, Lula voltou a exercer suas atividades com líder sindical. Fortaleceu a presença da CUT e ampliou sua influência sobre os outros sindicatos brasileiros, bem como tentou levar adiante as propostas de seu partido, o PT, fortalecendo sempre a mensagem de que tal agremiação era sensível às condições de desigualdade vivida pela população mais pobre do Brasil e de que para que essa nação fosse mais próspera e justa era necessário combater a corrupção e buscar uma melhor distribuição de renda. Erros políticos cometidos pela gestão de Fernando Collor, acrescidos por escândalos de corrupção, levaram à deposição do primeiro presidente eleito democraticamente pelo Brasil na nova República, sendo

Collor substituído por seu vice, o mineiro, filiado ao PMDB, Itamar Franco. Para o pleito de 1994, Lula novamente se apresenta como candidato e até junho do ano citado acima aparece como favorito, porém com o surgimento do Plano Real em julho de 1994, Lula é novamente derrotado, agora em primeiro turno, pelo sociólogo e na época Ministro da Fazenda do governo Itamar Franco, Fernando Henrique Cardoso. O próximo capítulo abordará os pleitos de 1994 e 1998.

4.4 As derrotas de Lula nas eleições presidenciais de 1994 e de 1998

O cenário eleitoral para o pleito de 1994 era bastante favorável para Lula. Após o impeachment de Collor, ocorrido no segundo semestre de 1992 e com a ascensão ao poder de seu vice, o mineiro, Itamar Franco a busca por uma estabilidade política e econômica foi tentada, porém um problema antigo do Brasil impedia que tal situação ficasse mais ou menos tranquila, que era a inflação. De acordo com Sardenberg (2009) a história do Brasil republicano, especialmente no século passado, se deu por ciclos inflacionários mais fortes e outros mais fracos. Na década final do século vinte, mais ou menos até meados de 1994 era bastante complicado. Os preços subiam enormemente e havia toda uma confusão no que se refere ao modelo de organização das finanças públicas, além da subida de preços prejudicar a classe média e principalmente as camadas mais pobres da população brasileira. Em um cenário de carestia, a candidatura de Lula era atrativa, pois, segundo Bourne, Lula não precisava simular a pobreza, porque seu próprio passado como migrante nordestino o credenciou a se mostrar como um sobrevivente desta. Não havia nem na esquerda e nem na direita até o primeiro semestre de 1994, nenhuma figura política com condições de competir eleitoralmente com Lula, porém a situação modificou-se a partir do momento em que foi lançado o Plano Real, plano econômico criado no governo do presidente Itamar Franco, porém gerenciado pelo seu ministro, chefe do Ministério da Fazenda, o sociólogo e ex-senador pelo estado de São Paulo, pelo Partido da Social Democracia Brasileira, o PSDB, Fernando Henrique Cardoso.

Até aquela altura, 1994 parecia destinado a ser o ano de Lula. Desde que foi derrotado por Fernando Collor de Melo na anterior eleição presidencial, Lula continuava na verdade em campanha. Passava cinco anos incansavelmente de cidade em cidade numa van. No teto, alto-falantes reproduziam rap brasileiro, enquanto uma voz gravada convocava: "Venham encontrar o primeiro presidente operário da história do Brasil (Cardoso, 2013, p.238).

A citação acima faz parte do livro de memórias de Fernando Henrique Cardoso *O improvável presidente do Brasil*, onde o presidente dissecou sobre o processo que levou um ex-professor de Sociologia e Senador pelo Estado de São Paulo a assumir o cargo de um dos principais ministérios no governo Itamar e com o sucesso da moeda criada para debelar a inflação, o real, tornou-se candidato à presidência da República do Brasil. Nota-se pela citação de Fernando Henrique que o mesmo reconhece que Lula era o favorito a ganhar o pleito de 1994, o que se explica pela força de sua votação na eleição de 1990, somado à decepção gerada pelo governo Collor. O surgimento do Real em 1994 causou impacto no cenário eleitoral daquele ano. Sardenberg (2009) destaca que o Plano Real inovou em relação aos planos anteriores por tornar o real, a moeda nova paritária ao dólar e por criar uma moeda transitória a URV, que converteria os preços acrescidos a inflação da época e depois os converteria em real. Desde dezembro de 1993 até junho de 1994 o país viveu essa modificação monetária e aos poucos, a inflação foi diminuindo e já no mês de agosto, um mês após o lançamento do plano, a inflação havia diminuído. Fernando Henrique Cardoso foi identificado pela mídia e por grande parte do eleitorado brasileiro como o nome mais apropriado para presidir o Brasil. O favoritismo de Lula a cada mês diminuía. De acordo com Bourne,

Lula estava até certo ponto, preso entre a militância ideológica de muitos de seus seguidores e a ordem mundial neoliberal. Ele, pessoalmente não era um ex-comunista ou marxista, mas era um crítico feroz da social-democracia do PSDB. Procurava se concentrar em questões de grande importância para si: fome, pobreza, as regras do comércio mundial (que segundo ele penalizavam o Brasil e outros países em desenvolvimento), e manter a soberania nacional (Bourne, 2009, p. 131).

A citação acima resume o ponto de vista assumido por Richard Bourne em relação à personalidade política e pessoal de Lula. Para Bourne, Lula não era um homem de esquerda clássico, não havia lido Marx nem Engels, não possuía militância no Partido Comunista conforme a tradição de lideranças de esquerda. Todavia, o ex-operário do ABC paulista carregava consigo carisma e apoio de sua classe que, durante um tempo encontrava-se enfraquecida politicamente, mas que no período em que Lula assumiu a liderança sindical, alcança notoriedade na agenda pública brasileira. Pinto (2011) menciona que o erro de Lula na eleição de 1994 foi ter desprezado a importância do Plano Real e não ter levado em consideração esse plano. Diferentemente dos planos anteriores, fora elaborado por pessoas com maior conhecimento do mercado econômico e do cenário de globalização econômica a qual

o mundo e o Brasil se inseriram nos anos 1990. Também contava com uma união de partidos do centro e da direita que temiam a eleição de Lula e as propostas de certos setores do PT. Com o sucesso do plano real, no início de outubro de 1994, Fernando Henrique derrota Lula no primeiro turno e torna-se o presidente do Brasil. A segunda derrota eleitoral de Lula o impactou bastante, pela rapidez com que ela se deu, pois até o final do primeiro semestre de 1994, Lula era o favorito a ganhar. Lula continuou presidindo o Partido dos Trabalhadores, encampando bandeiras como a da contra à fome e à miséria. Conforme Bourne (2009, p.147), Lula dá-se conta que, se não ampliasse seu eleitorado e não fosse tornando o discurso de seu partido e sua plataforma de campanha mais palatável à classe média e a parte da elite financeira do país, não conseguiria ganhar as eleições. Apesar disso, o próprio biógrafo de Lula reconhece que tal posição não era consensual no PT, todavia todas as correntes reconheciam em Lula sua maior liderança, o que tornou o ex-sindicalista novamente candidato à presidência no pleito de 1998. Nessa eleição, conforme ocorreu quatro anos antes, os dois principais candidatos foram Fernando Henrique Cardoso, presidente em exercício que conseguiu aprovar o projeto que garantia a reeleição dos ocupantes do cargo do poder executivo e Lula, como a principal liderança da oposição. Lula é derrotado novamente. Segundo Sardenberg (2009), o efeito da reeleição de Fernando Henrique, a primeira do período da Nova República no Brasil, se deu devido à existência do Plano Real e da ideia de que somente com a eleição FHC, tal plano estaria preservado. Para Bourne, a derrota de 1998 impactou Lula ainda mais, porque ele pela primeira vez na sua trajetória política se viu sem um projeto de futuro, não cogitava ser candidato a nenhuma prefeitura, não desejava quatro anos depois ser candidato à Câmara e ao Senado. Por outro lado, não se dispunha a ceder a sua sempre formatada candidatura à presidência da República. A vitória eleitoral e a transformação realizada por Lula serão objeto de análise do próximo capítulo.

4.5 A eleição vitoriosa de Lula em 2002

Após três tentativas frustradas, em 2002, Lula finalmente conseguiu eleger-se presidente da República do Brasil, derrotando no segundo turno, o candidato José Serra que fora ministro do Planejamento na gestão de FHC, ocupando com êxito o cargo de Ministro da Saúde.

Conforme Bourne, o pleito de 2002 representou um momento de reflexão por parte do eleitorado brasileiro acerca do legado trazido pelo Plano Real. Se houve o reconhecimento de que ocorreu nos oito anos de mandato de Fernando Henrique a estabilização da moeda e um fortalecimento do papel do Brasil perante ao mundo, a desigualdade social era grande, acrescido do problema do desemprego. Medidas que tiveram de ser tomadas pelo governo Fernando Henrique como o racionamento de energia, conhecido popularmente como apagão e o aumento da taxa de juros gerados pela crise econômica de um dos principais parceiros comerciais do Brasil, a Argentina, aliada à desconfiança por parte do mercado financeiro acerca da eleição de Lula, minaram o crescimento econômico do Brasil em 2002. Com menor crescimento do PIB, o desemprego aumentou e até mesmo quem possuía emprego encontrava-se temeroso de que pudesse se tornar desempregado. Feita essa ressalva, outro detalhe não pode deixar de ser mencionado é o de que nesta eleição ao contrário das três anteriores em que o candidato do PT fora derrotado, Lula buscou construir um espectro de alianças mais ao centro do espectro político como forma de se mostrar ao eleitorado mais pobre e a parte do mercado financeiro como um candidato confiável e que de todos os contratos internacionais do Brasil com os principais órgãos financeiros, seriam respeitados.

De modo semelhante argumenta Pinto (2011) de que, em 2002, Lula com a ajuda de José Dirceu, conseguiu afastar a influência de correntes mais radicais do partido, construindo uma narrativa eleitoral calcada em sua própria biografia, um nordestino que fora pobre na infância e na adolescência que em busca de melhores condições de vida, migra com sua família para a região Sudeste do Brasil. Ali, enfrenta dificuldades às quais as pessoas pobres estão submetidas, o preconceito e a ausência de oportunidades. Apesar dos obstáculos, a campanha de Lula ressaltou que ele conseguirá ultrapassá-las e de que por causa disso e se sua atuação como líder sindical, Lula seria sensível aos percalços da classe trabalhadora e ao problema que era apontado pelas pesquisas de opinião na época do pleito de 2002, o desemprego.

Uma obra importante no campo das ciências sociais que se debruça na relação existente entre a opinião pública e a eleição foi o livro escrito por Alberto Carlos de Almeida e Tiago Garrido, intitulado *A mão e a luva: o que elege um Presidente*. Os dois pesquisadores do campo das ciências sociais se debruçam em entender o motivo pelo qual as demandas da opinião pública influenciam a escolha do eleitorado por um

determinado presidente e pela plataforma política do candidato que vence determinada eleição.

O desemprego não foi uma questão importante da agenda dos governos Fernando Henrique. Assim, o novo tema favorecia Lula e dificultava sobremaneira a vida do candidato do governo. A trajetória de Lula e a ênfase do PT nas demandas sociais asseguravam seu predomínio no terreno (Almeida & Garrido, 2022, p. 105).

Conforme a citação, nota-se que a grande preocupação do eleitorado em 2002 era o desemprego e que a gestão de Fernando Henrique fora interpretada pelo eleitorado como sendo fraca e desinteressada em relação ao combate a tal questão. A candidatura Lula foi vista por parte desse eleitorado como o ideal para combater tal aspecto.

Bourne destaca que Lula fez com que os programas eleitorais sempre mencionaram a questão do desemprego e possíveis soluções para resolvê-lo. Ao longo do pleito de 2002, Lula compromete-se com o eleitorado em criar dez milhões de empregos e retomar a indústria naval brasileira, que, desde a década de 1980, encontrava-se em uma situação pouco animadora no Brasil. O biógrafo de Lula menciona e concorda-se com o argumento expresso de que havia a convicção pessoal de Lula de que se ele não vencesse a eleição, não teria mais oportunidade de ser eleito presidente, portanto todas as medidas possíveis foram tomadas a fim de garantir que o candidato do PT vencesse a eleição. Aquilo que não ocorreu nas eleições de 1989, 1994 e 1998, ao final de outubro de 2002, acontecem: Lula transforma-se em presidente da República do Brasil. Menciona Bourne que:

A vitória eleitoral de Lula causou grande euforia a todos que haviam o apoiado desde o início. Quando o segundo turno confirmou o triunfo dele, a Avenida Paulista, centro da riqueza de São Paulo, irrompeu com bandeiras vermelhas do PT. Assim que ele aceitou a faixa presidencial de Fernando Henrique Cardoso no começo de 2003, houve um carnaval em Brasília; os pobres operários, estudantes e membros dos movimentos sociais lotaram a área em torno do Congresso- a Praça dos Três Poderes – para comemorar e dar demonstração de união (Bourne, 2009. p. 147).

Concebe-se a citação acima o momento de maior clímax da biografia de Lula escrita pelo biógrafo Richard Bourne. Tal escritor ressalta a resiliência de Lula em não desistir de seu sonho e de fazer todos os esforços para vencer o pleito de 2002. Para tal biógrafo, ocorreu também naquele instante um processo de amadurecimento de parte do PT e de setores mais hostis à candidatura petista de que era chegado o momento de dar ao ex-líder sindicalista de São Bernardo do Campo, a oportunidade

de presidir o país mais rico da América Latina e uma das dez maiores economias do mundo.

Eleito com grande popularidade, Lula não contava com maioria no parlamento para governar e tiveram que ser tomadas medidas para atrair partidos de centro, como o PTB e de centro-direita como o PMDB e parte do PP para criar certa maioria parlamentar com objetivo de garantir a governabilidade. A primeira gestão de Lula e a sua reeleição no ano de 2006 serão os temas seguintes.

4.6 O primeiro governo Lula e a reeleição em 2006

Os primeiros meses do governo Lula foram de composição política no Congresso Nacional com o objetivo de garantir a governabilidade do ex-líder operário. Bourne menciona que o governo Lula criou um programa de alcance midiático, o *Fome Zero*, cujo objetivo era combater a fome e a miséria no Brasil, compromissos históricos de Lula em todas as suas campanhas eleitorais. Houve também a necessária preocupação com a estabilidade fiscal. Os contratos e acordos internacionais firmados na gestão de Fernando Henrique foram integralmente cumpridos até meados de 2004. A taxa de juros se manteve alta para desestimular o consumo e combater a inflação. Pinto (2011) narra que a primeira crise política vivida por Lula fora o projeto de Reforma da Previdência que tinha sido apresentado pelo governo anterior, mas que não alcançou o necessário apoio da opinião pública e fora rejeitado pelo Congresso.

Lula fora convencido por sua equipe econômica, liderada pelo ex-prefeito de Ribeirão Preto, Antonio Palocci, e seu ministro da Fazenda em quase todo o seu primeiro mandato, de que se não houvesse a diminuição no número de funcionários públicos e critérios mais exigentes na capacitação da mão-de-obra dos servidores públicos, a situação fiscal e administrativa do país tornar-se-ia insustentável. Ainda que contrário a tais ideias, Lula concordou com tal proposta, enfrentando, todavia, a oposição da esquerda brasileira mais aguerrida e de setores de seu partido. Os descontentes com tal projeto e sua posterior aprovação no Congresso Nacional decidem sair do PT e fundar, em 2005, o Partido do Socialismo e Liberdade, o PSOL, um partido situado mais à esquerda.

Com a aprovação do projeto e a estabilidade do mercado financeiro, a economia voltará a crescer no início de 2004 e o desemprego diminuirá. A

popularidade de Lula cresce e seu desejo de reeleição é visto como adequado, porém uma crise política de fortes proporções atingiu o PT no final do primeiro semestre de 2005. Batizado de “escândalo do mensalão”, este, segundo Bourne, fora gerado devido a uma denúncia feita por Roberto Jefferson, na época deputado federal pelo PTB, e pela jornalista da *Folha de São Paulo*, Renata Lo Prete.

A denúncia menciona que o governo Lula por meio da figura de seu Ministro da Casa Civil, José Dirceu, pagava uma mesada a parlamentares ligados ao governo e procurava cooptar parlamentares de oposição a votarem em projetos de interesse do governo. Envolvido em um esquema de corrupção em que um de seus indicados a um cargo nos Correios participa e é abandonado pela gestão de Lula, Roberto Jefferson realiza a denúncia, gerando uma crise política no Brasil que se intensifica entre os meses de junho, julho e agosto de 2005. São instaladas duas CPIS (Comissões Parlamentares de Inquérito), uma dos Correios e a outra dos Bingos, havendo posteriormente a instalação de outra para investigar Fundos de Pensão. Comprova-se ao longo dos meses que há uma rede de ligação entre setores do PT e de partidos como PMDB, PP e PTB, junto de alguns empreiteiros, doleiros e banqueiros que para terem acesso à máquina estatal e obterem vantagens econômicas e pessoais, financiam ilegalmente parlamentares ou pagam através de recursos financeiros não contabilizados, o popular, Caixa 2, visto como contas de campanhas políticas.

A amplitude alcançada pelo “escândalo do mensalão” e a cobertura dos principais órgãos da imprensa nacional, destacando-se os jornais *Folha de São Paulo* e o *Estado de São Paulo*, as revistas *Veja* e *Época* e a *Rede Globo de televisão* e seu canal de assinaturas, *Globo News*, fizeram com que o ex-chefe da casa Civil do governo Lula tivesse que se afastar e fosse substituído por Dilma Rousseff. O clima de tensão política que já era grave tornou-se ainda maior quando em uma das Sessões da CPIs instaladas, o ex-publicitário de Lula, Duda Mendonça, admitira que recursos da campanha presidencial de Lula de 2002 foram pagos com dinheiro de Caixa 2. Parte da oposição se animara e setores do PFL e do PSDB começaram a articular um pedido de *impeachment* ao mandato de Lula. Segundo Pinto (2011), essa ideia não fora adiante porque dois políticos ligados ao PSDB, Fernando Henrique Cardoso, ex-presidente da República e na época presidente de honra do seu partido e Geraldo Alckmin, na época governador de São Paulo e interessado em disputar

cargo de presidente da República, entenderam que era melhor deixar Lula governar desgastado politicamente e derrotá-lo eleitoralmente no pleito presidencial de 2006.

Deve-se mencionar que Alckmin era bem avaliado como governador de São Paulo e começou a se tornar frequentador de programas de auditório populares e com expressiva audiência como os da falecida apresentadora, Hebe Camargo e do falecido apresentador Augusto Liberato, o Gugu. A imagem de Alckmin consolida na opinião pública paulista e de setores de oposição a Lula e ao PT como sendo o de um gestor sério e eficiente, que detestava a burocracia e a corrupção. Tais características influenciam a tomada de decisão do PSDB em apoiar a indicação do ex-governador paulista à Presidência da República na eleição de 2006,

Lula atingido pelo escândalo do mensalão não se desanimou e buscou rearticular forças políticas de modo a garantir sua reeleição. Bourne pontua que os investimentos sociais no ano de 2006 aumentaram significativamente, o programa Fome Zero fora substituído pelo Bolsa Família. Com o aumento real do salário mínimo e do empréstimo consignado para os funcionários públicos e aposentados Lula cresce nas pesquisas. A rejeição de Lula paulatinamente vai diminuindo e classificam-se para o segundo turno do pleito de 2006, Lula e Geraldo Alckmin.

Almeida & Garrido (2022) demonstram que o carro-chefe do pleito de 2006 foi a continuidade das políticas sociais do primeiro governo Lula, o combate à inflação e a melhoria da distribuição de renda. Novamente a trajetória pessoal de Lula e seu caráter conciliador foram ressaltados, além de seu carisma político, o que ajudou sua reeleição. No fim de outubro de 2006, Lula foi reeleito presidente do Brasil. O PT aumentou a sua bancada no Congresso Nacional e houve um processo de realinhamento eleitoral. Se outrora Lula e seu partido eram fortes no Sul e no Sudeste, a partir do pleito de 2006, a situação modifica e seu poderio eleitoral se desloca para o Norte, especialmente no Nordeste.

Bourne (2009, p.160) reconhece os méritos da gestão de Lula no plano interno com maior distribuição de renda, políticas públicas aos setores mais pobres e diminuição da pobreza e da miséria. No plano externo, uma agenda política externa inovadora, aproximando-se dos países em desenvolvimento como Índia, China, África do Sul e Rússia, conhecidos como BRICS, dão popularidade internacional. Também o diálogo permanente com os países vizinhos, Argentina, Uruguai, Paraguai, Bolívia e Venezuela reforçam as qualidades latino-americanas do governo. Apesar desse aspecto, Bourne não isenta Lula da responsabilidade em relação ao “escândalo do

mensalão” e a dificuldade do governante em delegar poderes, confundindo, muitas vezes, a sua atuação como Chefe do Poder Executivo Nacional com a atuação no passado como líder sindical no ABC paulista.

O papel desempenhado pelo biógrafo Bourne está inserido dentro da perspectiva adotada por Le Goff (1990, p.07-08), segundo a qual a história de vida de um indivíduo explica e reflete questões da estrutura social em que ele vive. Desta forma, a história de Lula é uma representação das lutas de parte dos migrantes nordestinos que vieram para o Sudeste do Brasil na primeira metade do século XX. A transformação de Lula em líder sindical, a fundação do PT, sua disputa em diversos pleitos, até sua vitória em 2002 e sua reeleição em 2006, expõem transformações ocorridas na dinâmica social brasileira e a entrada de atores sociais diferentes no cenário político brasileiro. Sobre essa questão,

Ginzburg (1989) entende que o novo modelo de biografia produzido no Ocidente, após os anos oitenta do século passado, seguem uma lógica diferente do estilo de biografia produzida anteriormente. Se o primeiro modelo dava grande importância para o papel do indivíduo na história e seus feitos, deixando por vezes as condicionantes sociais de lado, atualmente ocorre o inverso. As macroestruturas começaram a ser pensadas e valorizadas e o imbricamento entre a ação humana e a estrutura social ganha um contorno problematizador, algo que se encontra presente no modelo de biografia produzida por Richard Bourne.

Além desse aspecto, há outro que merece ser mencionado, que é o tipo de visão a qual o biógrafo em relação ao biografado. No caso de Bourne, pode-se admitir que ele interpreta como positiva a eleição de Lula, representando simbolicamente a vitória de setores mais pobres e discriminados da sociedade brasileira. Deve-se ressaltar também que a biografia de Bourne encerra-se com a reeleição de Lula em 2006 e as perspectivas de seu segundo mandato, não havendo até o momento o lançamento de nenhuma biografia que oportunizasse a sequência.

5. A CONSTRUÇÃO BIOGRÁFICA DA PRESIDENTE DILMA ROUSSEFF PELO BIÓGRAFO RICARDO AMARAL

Dilma Rousseff foi a primeira mulher eleita presidente da República do Brasil. Depois de uma infância tranquila numa família de classe média alta na capital de Minas Gerais, Belo Horizonte, Dilma, no início da sua juventude, decide ingressar em uma organização de esquerda, tornando-se militante desta, lutando contra a ditadura militar brasileira. Dilma, como muitos jovens da década de 1960, acreditava que a solução para os problemas de desigualdade econômica e social do Brasil eram consequência do modelo de capitalismo monopolista e excludente existente nesse país isso só poderia ser solucionado por meio da adoção do regime socialista que aboliria essas diferenças entre os diferentes segmentos que compunham a sociedade brasileira da época.

Ricardo Amaral expõe no início da biografia da ex-presidente que:

Dilma Rousseff nasceu em 14 de dezembro de 1947, na Maternidade do Hospital São Lucas, em Belo Horizonte. Foi batizada com o mesmo nome da mãe e, por isso, seria para sempre Vilminha. O segundo nome, Vane, era uma homenagem à irmã mais nova de seu pai, o imigrante Pedro Rousseff, que em 1929 deixou a Bulgária e em 1945 veio para o Brasil, onde o acaso o conduziu a Minas Gerais [...] (Amaral, 2010, p; 19).

Ricardo Amaral principia a biografia de Dilma situando a personagem biografada ao contexto histórico de Minas Gerais entre as décadas de 40 e 50 do século passado. Dilma é inicialmente descrita como fruto da relação de amor entre uma professora primária de família tradicional e um imigrante búlgaro que enriqueceu no Brasil trabalhando com negócios relacionados à indústria de aço, ramo em voga em Minas Gerais na época em que Dilma nasceu.

Nas primeiras páginas da biografia de Dilma Rousseff, o biógrafo foca na narrativa dos primeiros anos de vida de Dilma, que possuía o sonho de ser bailarina e estudou na escola católica tradicional Sino, local onde a maior parte das moças ricas ou de classe média alta era destinada. Observa-se pela descrição feita pelo biógrafo Ricardo Amaral que Dilma tinha o seu destino mais ou menos traçado, ou seja, se formaria professora e viveria uma vida tradicional da mesma forma que sua mãe, Dilma Jane e sua tia, Arilda, personagem que a biografia descreve como importante na formação pessoal da personalidade da ex-presidente.

A trajetória de vida de Dilma passou por uma significativa mudança a partir do ingresso da biografada no ensino médio, numa escola pública de Minas Gerais.

Paralelo a isso, o pai de Dilma, Pedro Rouseff, morreu de infarto fazendo com que Dilma ficasse órfã de pai, com menos de 18 anos.

O biógrafo faz uma analogia com a morte do pai de Dilma com a frase dita pelo filósofo francês Jean Paul Sartre: “ Quando meu pai morreu perdi o meu superego”. Conforme Amaral (2010, p. 29), Dilma repetiria a mesma frase alguns anos depois:

Não sabia mesmo, mas começava a perceber que havia muitas pessoas sem nada no mundo. Dilma se lembrava, de ter conversado com o pai sobre a miséria em lugares, muito distantes do bairro dos Funcionários. Ele entendia por que os pobres gostavam de Getúlio (Amaral, 2010, p. 27).

A citação acima corresponde ao momento um pouco anterior à morte do pai de Dilma. Neste período a biografada começa a adquirir consciência social e começa a se dar conta que nem todas as pessoas possuem as mesmas condições de vida. A pobreza é enxergada por Dilma como um dos males do mundo e isso só poderia ser corrigido por efetivas transformações da sociedade, algo que posteriormente redundaria na ideia de revolução do proletariado, tendência a qual Dilma abraçou e tornou-se adepta e militante já na segunda metade da década de 60.

A sequência dessa história se deu com a interação de Dilma como o movimento de esquerda estudantil e depois universitária, em especial o grupo Polo, agremiação de esquerda radical que tinha muitos adeptos entre a juventude católica brasileira nos anos sessenta do século passado.

Segundo Amaral (2010, p. 141) “A Polo, como o nome indicava, propunha a formação ideológica e a organização da classe proletária, mas enquanto existiu recrutou seus quadros basicamente na pequena burguesia que é como os marxistas chamam a classe média”.

Ricoeur (2007) compreende que o processo de rememoração exige sempre a reconstituição dos fatos por meio de rastros e fragmentos do passado que envolvem sempre as demandas e aspirações da época em que a memória é revelada, bem como quem lembra e a razão pela qual isso é lembrado. A biografia de Dilma se dá no momento em que esta personagem histórica alcança o momento de maior relevância de sua vida política, é eleita a primeira presidente mulher do Brasil. Este acontecimento inédito na história brasileira fez com que setores da mídia e do universo cultural despertassem a curiosidade e o interesse pela história de vida dessa mulher, desconhecida de grande parte da população brasileira e que não tinha assumido nenhum cargo público de muito destaque antes dos anos 2000.

Pode-se argumentar que Dilma tinha sido secretária de Alceu Colares e posteriormente de Olívio Dutra, primeiro quando Olívio foi prefeito de Porto Alegre e depois quando esse político foi eleito governador do Rio Grande do Sul. Devido ao rompimento de Dilma com o partido em que ela tinha ingressado nos anos oitenta, o Partido Democrático Trabalhista, PDT, sigla que tinha em Leonel Brizola o seu grande ícone, Dilma ingressa no PT e aos poucos vai assumindo cargos de apoio no setor de Minas e Energia, sendo secretária e posteriormente ministra de Lula desse setor.

Quando Lula é eleito presidente da República pela primeira vez em 2002, uma das primeiras preocupações do presidente recém-eleito foi o de criar um ministério que tivesse como marca a busca da superação das desigualdades econômicas e sociais do Brasil. Por contingências políticas e por meio do destaque que Dilma teve no governo Olívio Dutra, sendo secretária de Minas e Energia e adotando medidas que impediram cortes de energia, os famosos apagões que ocorreram no penúltimo ano da gestão do ex-presidente Fernando Henrique Cardoso, a política mineira e ex-militante da POLOP começa a despontar como uma nova liderança no PT, o que levou Olívio Dutra, a indicar Dilma para fazer parte do futuro ministério de Lula.

Dilma, segundo Ricardo Amaral (2010), chamou a atenção para o fato de ter conhecimento dos números relativos à questão da energia no Brasil e pelo espírito sério e comprometido de acordo com a equipe que formaria o governo Lula:

Quando entrou para a Faculdade de Ciências Econômicas da UFMG, em 1967, Dilma acompanhava discretamente o movimento estudantil, apesar da tentação das passeatas. Ela continuava o setor de imprensa da Polop, que iria educar o novo proletariado se a vida corresse conforme os planos da organização (Amaral, 2010, p. 142).

A citação acima corresponde ao momento em que Dilma, já tendo concluído o ensino médio, ingressa no ensino superior no curso de Economia. Nesta época, Dilma estava influenciada pelas ideias de esquerda da Polop e assume um caráter de militância no aspecto comunicativo, ajudando na edição de livros e na disseminação de ideias de esquerda. Se Dilma já tinha um papel de militância nessa organização, o ponto culminante dessa trajetória se dá a partir do momento em que ela conheceu Cláudio Galeno e decide se casar com ele. Após todos esses acontecimentos, Dilma consegue por último, tornar-se a primeira mulher presidente da República do Brasil.

A velocidade do mundo começou a mudar mais ou menos quando Dilma e Galeno se casaram em setembro de 1967. A cerimônia, presidida por um juiz de paz, foi num cartório no centro da cidade para onde tinha sido mudado a família da noiva. Fizeram uma recepção para os amigos mais próximos militantes da Polop, alunos da Faculdade de Economia e colegas da redação do jornal. Era um dia de semana comum e Dilma compareceu às aulas na faculdade pela manhã já com vestido verde-água que usou para casar. Tinha 19 anos e calçava sapatos prateados (Amaral, 2010. 143).

Certamente fica evidente que o biógrafo Ricardo Amaral constrói uma biografia que oscila entre o caráter heroico e epistemológico, pois ao mesmo tempo em que enaltece a vida de Dilma, busca investigar de que forma sua figura é um exemplo do contexto de mobilização política do Brasil nos anos 60, época em que as ideologias de esquerda e de direita estavam bastante extremadas e na qual grande arte da juventude ocidental encontra em ideologias progressistas e esquerdistas sua forma de se posicionar perante o mundo. A trajetória de vida de Dilma Rousseff segundo seu biógrafo é um exemplo da juventude idealista dos anos sessenta do século passado.

Sobre o biógrafo Ricardo Batista Amaral segundo a homepage www.piuai.uol.com.br tal jornalista atua com temas relacionados a política desde o fim dos anos setenta do século passado. No fim do segundo mandato de Lula e principalmente após o fato de Dilma se candidatar à presidência da República em 2010, pleito a qual ele se sagrou vencedora, Ricardo Amaral torna-se ainda mais próximo de Dilma vindo a se tornar biógrafo desta.

5.1 Dilma Rousseff e a figura da mulher

Scout (2011) entende que o movimento feminista começa a se tornar relevante a partir do momento em que sua reivindicação de igualdade entre os sexos, começa a adquirir importância, seja na vida prática, seja nos estudos acadêmicos.

A necessidade dos estudos historiográficos, exige uma nova forma de se pensar e escrever a história sob um enfoque mais plural e problematizador. Peter Burke(2011) compreende que o historiador contemporâneo precisa repensar a explicação histórica, dando importância ainda para os temas sociais, econômicos e políticos, mas sem deixar de lado questões cotidianas e peculiares que primeiramente podem ser vistas como menos importantes, mas que são relevantes.

A crítica de Scott (2011) é a de que o campo histórico por mais que se mostra aberto a reconhecer a participação feminina, ainda é fortemente marcado pelo machismo. Os principais historiadores são homens, brancos e ligados à classe média ou à elite. Para essa autora, por mais que se busque romper com o modelo tradicional de história, os agentes produtores de determinada historiografia, ainda são muitas vezes representantes claros do pensamento dominante.

Scott (2011) defende que se dê destaque aos estudos históricos que visem pensar a mulher sob um viés diferente, ou seja, ir além da visão comum que vê a mulher como sendo um ser voltado ao ambiente doméstico, mas a mulher nas fábricas, nas estruturas de governo, nas escolas e como agentes de produção de cultura. Houveram no passado como há agora, mulheres atuantes na política, no mundo intelectual, na literatura e no setor industrial. Mesmo ao se reconhecer isso, é importante que o historiador tenha a devida sensibilidade de perceber essa questão, trabalhando com uma pluralidade de fontes.

Desse modo, a biografia de Dilma retoma a discussão presente no campo das ciências humanas e sociais acerca do papel da mulher e o biógrafo Ricardo Amaral aproveitou-se desse aspecto e do ineditismo da primeira mulher eleita para o cargo de presidente da República para poder construir o perfil da biografada Dilma Rousseff.

No próximo subtítulo será feita a discussão entre as tipologias que envolvem as biografias e verificar quais as especificidades que envolvem biografias de figuras relacionadas à política, em especial de ex-presidentes.

5.2 Dilma Rousseff: a primeira mulher chefe do Executivo Nacional Brasileiro

A eleição de Dilma Rousseff como primeira mulher presidente da República do Brasil representou uma vitória para setores progressistas da esquerda brasileira e o início da inclusão na agenda pública brasileira de temas relacionados à questão de gênero e ao feminismo, algo que foi encabeçado por Dilma já na campanha eleitoral de 2010, quando a ex-presidente do Brasil ressalta que sua candidatura era uma prova das transformações que ocorreram na sociedade e o papel da mulher como um agente social relevante que provoca mudanças na sociedade. O Brasil ingressou na segunda década do século XXI vivendo uma crise política e econômica significativa. Após uma década de governos petistas de centro-esquerda houve

ascensão de parte das classes populares. Se esta ascensão não correspondeu ao ingresso de muitas destas pessoas à classe média, conforme defende a narrativa petista, é inegável que ocorreu uma pequena transferência de renda para os setores mais populares da sociedade brasileira. Ao mesmo tempo em que isso ocorreu não houve a politização de pautas e demandas sociais de uma sociedade historicamente desigual como a brasileira. Manteve-se a estrutura agrária desigual, bem como mesmo com todo combate empreendido pelo movimento negro e LGBTQI a manutenção de comportamentos excludentes e preconceituosos como o racismo e a intolerância com práticas sexuais que não sejam de matriz heterossexual.

Dilma Rousseff apesar de ser oriunda da classe média alta de Minas Gerais desde a sua juventude começou a se interessar por temas sociais e na adolescência, época em que ingressa no Secundário que hoje corresponderia ao ensino médio inicia um processo de interpretação da realidade brasileira e dos uns problemas mais complexos do Brasil que é a desigualdade social.

O biógrafo de Dilma, Ricardo Amaral entende que:

Dilma foi condenada a um ano de prisão no IPM de Juiz de Fora, pelo artigo 36, e a um ano e um mês no Rio. Em São Paulo o juiz auditor carregou a mão na denúncia chamou Dilma de "papisa da subversão", uma das molas mestras e de uns célebres dos esquemas revolucionários postos em práticas pelas esquerdas radicais e obteve pena máxima: quatro anos. Em novembro de 1972, o Superior Tribunal Militar (STM) reavaliou os processos, fixou a pena total em dois anos e um mês de soltura da ré. Quando desceu da Torre das Donzelas, Dilma tinha completado dois anos e dez meses no cárcere. No saldo, nove meses além da pena imposta pelo tribunal militar (Amaral, 2010, p. 86).

Ricardo Amaral, do mesmo modo que Cláudio Bojunga reconstituiu a trajetória de Dilma e mostrou a importância histórica do seu processo de formação como indivíduo e cidadã para a sua formação política, mostrando como essa brasileira de classe média alta, nascida nos anos 40, abandonou o sonho de ser bailarina para tornar-se militante de esquerda. Diferentemente do biógrafo de JK que vai narrando as conquistas políticas deste personagem, culminando na sua eleição em 1956 a presidência da República Federativa do Brasil, o biógrafo de Dilma já aponta no meio da biografia o momento dramático da ex-presidente que foi presa e torturada devido as suas ligações com a esquerda considerada subversiva na época da ditadura. Conforme Amaral (2010, P. 87) "antes de se mudar para Porto Alegre, Dilma passou o Natal de 1972 e algumas semanas mais com a família em Belo Horizonte, para se recuperar das feridas".

O texto mostra a partir da citação acima o momento em que Dilma sai da cadeia e o recomeço de sua vida que culminou posteriormente ao seu ingresso no Partido Democrático Trabalhista, PDT, sua saída desse partido, seu ingresso no PT, exercendo o cargo de Secretária de Minas e Energia, posteriormente ministra dessa mesma pasta no governo Lula. Quando torna-se ministra de Lula ela alcança destaque e notoriedade, o que leva a política mineira a ser nomeada ministra da Casa Civil e a ser indicada por Lula para ser presidente da República do Brasil. Pensa-se que possivelmente o que explique a diferença entre o fato da construção do personagem biográfico JK e Dilma não se dê somente pelo fato de um dos biografados estar morto e o outro vivo, mas também o gênero e a trajetória política de Juscelino que se diferencia da de Dilma.

Dosse (2009) compreende que a postura assumida pelo biógrafo ao criar uma biografia determina o estilo de narração que será construída. Pela hibridez da biografia anteriormente mencionada nesse texto, o escritor da biografia se vê preterido a ter que unir aspectos históricos e literários, pois sempre se biografia pessoas que existem ou existiram na vida real, mas ao se transpor sua vida para o papel elementos da literariedade, como narração, personagens, tempo e espaço se encontram. Dosse chama a atenção também para um afã testemunhal que tem sido característico das biografias. Neste sentido, a biografia de Dilma assume esse caráter de modo mais sintomático do que a de Juscelino, pois Ricardo Amaral tenta mostrar como a história de Dilma tem a ver com as intempéries sofridas por parte da juventude brasileira que entre as décadas de 60 e 70 buscou lutar contra a ditadura civil-militar. Uma das autoras que se destaca na investigação do tema documental, foi realizada pela pesquisadora Beatriz Sarlo que dedicou sua vida acadêmica para entender as relações entre memória e testemunho. Acerca da autora é importante mencionar que a mesma é argentina, destacando-se no papel de teórica da literatura, escritora e estudiosa de temas como a análise do discurso, produção de romance e de conto. Sarlo ministrou aulas de Literatura na Universidade de Buenos Aires. Atualmente Sarlo se volta para o estudo dos temas da memória e do testemunho.

Sarlo estuda a questão da memória, e, principalmente, a do testemunho como uma ferramenta de afirmação ou reafirmação da identidade pessoal ou da identidade coletiva:

Os protagonistas do passado nem sempre são o que fala, pois muitas vezes estão mortos ou preferem não falar. Portanto, digo, para reconstruir os anos 1960 e 1970, temos de recorrer aos documentos escritos, às polêmicas

registradas em jornais revolucionários e aos panfletos distribuídos em portas de fábricas e universidades (Sarlo, 2007, p. 02).

Sarlo se posiciona acerca da questão que é objeto central de sua análise no texto citado acima. A autora determina que os anos 1960 e 1970, período de ditaduras na maior parte dos países da América Latina, dentre eles, a Argentina, precisa ser investigado. Tal período é necessário ser averiguado, à medida que muitos foram calados e não tiveram a possibilidade de falar e de se expressar acerca dos traumas gerados pelos regimes ditatoriais, responsáveis por mortes, perseguições e torturas.

O passado é sempre conflituoso. A ele se refere, a concorrência, a história porque nem sempre a história conseguiu acreditar na memória e a memória desconfia de uma reconstituição que não coloque em centro os direitos da lembrança, direitos de vida, de justiça, de subjetividade. Pensar que poderia existir um entendimento fácil entre essas perspectivas sobre o passado é um desejo de um lugar comum, escreve Sarlo (2007, p. 09).

Ao compreender que o passado é conflitante e envolve múltiplos e diferentes olhares, permite à autora situar a perspectiva de sua abordagem teórico-metodológica. Sarlo busca investigar o passado, dando vozes às vítimas. Retomar ações ocorridas anteriormente exige também aspectos subjetivos, a visão de quem pesquisa o passado, suas ideologias, intenções, medos e traumas fazem parte também do processo de rememoração.

Sarlo aponta aspectos importantes tal como a questão da disputa e do conflito, entre quem manda quem obedece quem pode falar e aquele que é silenciado. O testemunho em primeira pessoa assume papel de destaque, aquele que fala por sua própria existência dá à narrativa um caráter de vivência, carregada de emoção. De acordo com a autora,

A questão do passado pode ser pensada de muitos modos e a simples contraposição entre memória completa e esquecimento não é a única possível. Parece-me necessário avançar criticamente além dela, sem processos de memória estaremos fortalecendo a possibilidade de um esquecimento indesejável. Isso não é verdade (Sarlo, 2007, p. 21).

Tal citação encerra o primeiro capítulo do livro escrito por Sarlo, demonstrando mais uma vez como o passado e suas múltiplas formas de interrogá-lo são importantes e não devem ser desconsiderados.

Ricardo Amaral concebe a biografada Dilma como uma sobrevivente, uma mulher que resiste à tortura e que retoma para a política vocacionada a combater as desigualdades do Brasil e construir uma sociedade mais justa.

Aos 55 anos Dilma Rousseff era uma mulher madura, pessoal e profissionalmente realizada como poucas de sua geração. Conheceu a rebelião e a cadeia, a vitória e a derrota, verso e reverso da luta política. Aprender a ser frontal, como os gaúchos, sem perder a cautela dos mineiros (Amaral, 2010, p. 128).

Dilma Rousseff após a saída da prisão e o fim da ditadura galgou postos como secretária no serviço público, atuando inicialmente no Rio Grande do Sul e depois a nível nacional. Nota-se que o biógrafo de Dilma consegue chamar a atenção para o fato de esta representar o exemplo das mulheres após a segunda onda do movimento feminista, que possibilitou que as mulheres conseguissem profissões no mercado de trabalho que outrora eram ocupadas pelos homens, principalmente no ramo político, ramo esse onde a presença masculina ainda é muito maior que a presença feminina.

Perrot (2005) destaca que a história das mulheres na maior parte do mundo está sob um aspecto de invisibilidade, porque as mulheres viveram durante séculos impedidas de poder falar e se manifestar publicamente. Quando se menciona o caso brasileiro a situação é ainda mais complexa, pois além da desigualdade social histórica que atinge diferentes classes sociais e os gêneros que compõem essa dada sociedade há um elemento adicional que é o histórico de machismo e de patriarcalismo na sociedade brasileira, relegando a mulher o papel de mãe e de guardiã do lar. A história de Dilma Rousseff destoa do destino as quais muitas mulheres foram relegadas e consegue a façanha de adquirir a simpatia e a confiança do ex-presidente Lula, vindo a ser indicada para ser sua sucessora no pleito de 2010.

Dilma Rousseff foi a primeira mulher a assumir a chefia da Casa Civil da presidência da República. A solenidade de posse, na tarde de terça-feira, 21 de junho, foi também a despedida de José Dirceu do governo do PT. Em seu discurso, o capitão do time chamou a sucessora de "camarada de armas". Ela o chamou de "companheiro de lutas" (Amaral, 2010, p. 144).

Dilma ao se candidatar ao cargo de presidente da República assume o apogeu de sua vida como política. Eleita presidente da República do Brasil, o biógrafo chama a atenção para o fato de Dilma ser um exemplo das conquistas e dos desafios da mulher em uma sociedade machista e ainda fortemente patriarcal, como a brasileira. Devido a isso, Joan Scott, destacada historiadora feminista, sempre buscou compreender a razão que estaria por detrás dessa emergência do feminino como

categoria de reivindicação e de estudo histórico. Para tal autora, a postura das mulheres pode ser compreendida como:

Utilizo o termo " movimento" deliberadamente para distinguir o fenômeno atual dos esforços anteriormente disseminados por alguns indivíduos para escrever no passado sobre as mulheres, para sugerir algo da qualidade dinâmica envolvida nos intercâmbios no nível nacional e nos interdisciplinares pelos historiadores das mulheres, e ainda, para evocar associações com a política (Scott, 2011, p. 66).

Se Joan Scott enxerga o movimento que leva a mulher a alcançar destaque como categoria de interesse de estudo analítico e científico, tal autora enxerga o movimento das mulheres como um processo contínuo de negociação entre a hegemonia masculina e o desejo de participação e de atuação feminina.

5.3 O marxismo e a ideia de revolução popular

O marxismo foi uma das principais teorias econômicas e filosóficas que abalaram a estrutura do sistema científico e social a partir da segunda metade do século dezanove e as primeiras décadas do século vinte. A noção de que a sociedade capitalista não conseguiu realizar os sonhos de produção de riqueza e de justiça social, ensejou que se criasse uma estratégia que possibilitasse uma repartição mais equânime da renda e a diminuição da desigualdade entre os homens.

O salário é determinado mediante o confronto hostil entre capitalista e trabalhador. A necessidade da vitória do capitalista. O capitalista pode vencer mais tempo que qualquer trabalhador do que este bem aquele. A aliança entre os capitalistas é habitual e produz efeito; dos trabalhadores é proibida e de péssimas condições para eles (Marx, 2008, p. 22).

A citação acima de Marx e de Engels consegue mostrar a dialética que envolve a relação entre o burguês e o operário. Enquanto o primeiro controla o processo produtivo e extrai do mesmo as condicionantes dessa relação, o segundo se submete e vende a sua força de trabalho, com a finalidade de ter algum tipo de dignidade ou até mesmo para a sua sobrevivência por meio do salário. O que inicialmente pareceria ser algo estável e tranquilo para o capitalista, ao longo do tempo se torna problemático, pois o operário começa aos poucos a tomar consciência da sua exploração e busca melhores condições de vida. Como o burguês não irá lhe fornecer isso a contento, cria-se um clima de conflito ou conforme consagrou a literatura marxista, luta de classes. Tal luta de acordo com Marx será

responsável por um quadro permanente de contradições entre o burguês e o operário, sendo a ideia de revolução o que fundamenta a existência da sociedade. “A primeira condição de toda a humanidade é evidentemente a existência de seres vivos” (Marx & Engels, 1999, p. 11).

A ideia exposta no fim da página anterior de Karl Marx e seu companheiro intelectual, Engels resume uma das premissas em que assenta a filosofia marxista. O ser humano é alçado à condição de superioridade frente a todos os seres vivos, sendo ele agente e ao mesmo tempo paciente da história. A dialética marxista funciona de dois modos, ao mesmo tempo em que o homem cria a história e os sistemas sociais e econômicos dentre eles o capitalismo, sistema a qual a teoria de Marx se debruça detalhadamente, os sistemas econômicos criados pelo homem tornam o mesmo muitas vezes escravo ou até mesmo dependente do sistema em que vive. Por causa desse aspecto reside a contradição interessante da teoria marxista, o homem torna-se alheio a aquilo que produz e realiza, mas ao mesmo tempo ele pode adquirir consciência dessa realidade e transformá-lo o que na visão de Marx e de Engels levaria ao socialismo e em sua versão mais radicalizada e final, ao socialismo. Feita essa digressão, Dilma Rousseff foi moldada intelectualmente como muitos de sua geração pela teoria marxista. O Brasil dos anos 60, período em que Dilma vive sua juventude já vivia um processo econômico e social de grande mudança e tensão entre o velho e o novo, o industrial e o operário e numa sociedade dicotomizada como essa a teoria marxiana encontra espaço para a sua difusão. Gramsci (1978, p. 15) afirmava que não se pode destacar a filosofia da política, pelo contrário, pode-se demonstrar que a escolha e a crítica de uma concepção de mundo, são também eles, fatos da política.

Diferentemente da posição católica, a posição da filosofia das práxis não busca manter os “simplórios” na sua filosofia primitiva do senso comum, mas busca conduzi-los a uma concepção de vida superior. Se ela afirma a exigência do contato entre os intelectuais e os “simplórios” não é para limitar a atividade científica e para manter a unidade no nível inferior das massas, mas justamente para forjar um bloco intelectual-moral, que torne politicamente possível um progresso intelectual de massa e não apenas de pequenos grupos intelectuais (Gramsci, 1978, p. 18).

Para Gramsci o pensamento dominante de um tempo é a hegemonia. Caso se discorde de uma ideia posta ou dominante é necessário que se construa algo diferente é preciso que se crie uma contra hegemonia, ou seja, um pensamento contrário a aquele que é dominante. Dilma Rousseff foi formada neste contexto, pois o Brasil dos anos 60 era culturalmente e politicamente agitado e que exigia das

peças posicionamentos e engajamentos das causas sociais. Amaral (2010) concebe Dilma Rousseff como sendo uma estudante secundarista conhecida por ler Marx, Gramsci e Althusser. A esquerda católica era um grupo influente nos meios dos amigos a qual fazia parte, algo que influenciou a ex-presidente do Brasil a militar na causa popular, principalmente após a derrubada do governo Jango e a instalação do governo ditatorial a partir dos anos 60 do século passado.

Ler era um vício que se praticava coletivamente, como ir ao cinema ou frequentar determinados bares para falar de livros, filmes e a revolução nos dois primeiros anos do golpe. Os 43 cinemas que havia então em Belo Horizonte não bastavam para a sede de filmes daquela turma. Dilma, Sônia, Marina e os colegas da turma Ângelo Oswaldo e Ricardo Gomes Leite (que Dilma chamaria de Gomes Milk) frequentavam o Centro de Estudos Cinematográficos, o CEC, numa pequena sala no centro da cidade onde ocorriam os debates (Amaral, 2010, p. 36).

A citação acima corrobora com a ideia mencionada anteriormente nesta tese de que o ambiente cultural que formou Dilma Rousseff era rico e multifacetado. Havia por parte de Dilma e de seus colegas de juventude a ânsia por compreender o mundo e se posicionar perante a ele. Tudo que era produzido culturalmente fascinava, livros, filmes, músicas. Paralelo a isso existia também a preocupação com a realidade social e política do Brasil, deveria se lutar pela justiça social, só que a luta não necessariamente precisava estar ligada a democracia em si, mas a derrubada de um regime opressor e hegemônico que na época de Dilma, era a ditadura civil-militar. Esta compreensão fez que a estudante secundarista que queria ser bailarina e filha da alta classe média mineira optasse por entrar na luta armada e se tornasse uma admiradora da esquerda e da agitação social como forma de mudar o seu país e o mundo, ideias em voga na época da juventude de Dilma Rousseff.

Em entrevista concedida ao Portal Folha\Uol, o ex-deputado federal e ex-líder do Partido Verde, o jornalista Fernando Gabeira disse que: “Muitos da minha geração falam que estávamos lutando pela democracia quando na verdade o que queríamos era a ditadura do proletariado, logo a luta armada não visava à democracia”.

O testemunho de Fernando Gabeira é importante porque tal jornalista foi contemporâneo ao mesmo contexto histórico e político que moldou o pensamento ideológico de Dilma Rousseff. Em outro depoimento realizado para a imprensa no portal Veja Online (www.vejaonline.com.br) Fernando Gabeira afirmou que após a eclosão da ditadura militar de 64 o movimento estudantil brasileiro secundarista e universitário começou a se estruturar. Inicialmente o que movia os discentes eram questões relativas a problemas educativos, todavia segundo disse Gabeira já na

época de sua juventude havia entre o movimento estudantil a predominância de correntes de esquerda. Paulatinamente diante das ações tomadas pelo regime ditatorial e a tentativa de conter ações de grupos a qual este regime se opunha, o movimento estudantil dividiu-se em duas correntes. A primeira defendia a luta armada, cujo objetivo era derrubar o governo vigente, instalando a ditadura do proletariado, enquanto para a outra corrente devia criar-se um movimento favorável à redemocratização do Brasil e a retomada do regime democrático. Conforme demonstrado anteriormente em sua juventude, Dilma Rousseff optou por participar do grupo mais radical do movimento discente brasileiro nos anos 60, tendo a vir fazer parte de um grupo de agitação política e militar chamado Polop e que depois mudou o nome para Var-Palmares. Havia na luta armada segundo Ricardo Amaral (2010) uma forte influência das ideias da ditadura do proletariado de Lênin e da revolução cubana, evento ocorrido em 1959 e que buscava libertar Cuba do domínio econômico e político norte-americano. Tendo essa questão como premissa, entendia Lênin que:

O governo provisório foi deposto. O poder do estado passou pelas mãos do Comitê Militar Revolucionário, órgão do Soviete dos Operários e dos Soldados de Petrogrado, que dirige o proletariado e as tropas de Petrogrado. A causa pelas quais lutam a saber a proposta de uma paz democrática, a abolição da propriedade privada de terra, o controle dos trabalhadores sobre a produção e o estabelecimento do poder do Soviete foi assegurada. Viva a revolução dos operários, soldados e camponeses (Disponível em Movimentorevista.com.br Discurso de Lênin em 25 de outubro de 1917).

Lênin (1918) defendia a ação de um partido revolucionário que teria a função de agir como um sistema de vanguarda que faria com que a massa de trabalhadores fosse pouco a pouco convencida da invisibilidade do capitalismo e a adoção dos ideais socialistas. Mesmo assim, Lênin convenceu-se que o partido soviético vinha se burocratizando, criando uma elite partidária que pensava muito mais nos seus privilégios do que nas ideias da revolução e na construção de uma nova sociedade.

Percebe-se que o grupo militante a qual Dilma pertencia desejava justamente o que Lênin pregava, ou seja, a tomada do poder por um grupo ilustrado que instrua a classe operária urbana e rural do Brasil para a emergência do socialismo e por último do comunismo. Gabeira (2017) reconhece que a grande contradição vivida pela luta armada no Brasil foi que optou-se por recrutar pessoas no meio rural para lutarem contra a ditadura militar, quando a sociedade brasileira já no final da primeira metade do século passado estava urbanizando-se fortemente, bem como lutava-se contra um regime autoritário de direita querendo substituí-lo por um regime autoritário

de esquerda. No próximo capítulo será abordado o contexto histórico que subjaz aos governos de Juscelino Kubitscheck e de Dilma Rousseff e a forma pela qual as biografias de ambos os ex-presidentes brasileiros analisaram esta questão.

Dilma nos seus primeiros anos após a saída da prisão vai morar com seu ex-marido e pai de sua filha, Carlos Araújo. Carlos é filho de um conhecido advogado trabalhista gaúcho adepto ao brizolismo. A vida do casal nos primeiros anos de casamento é agitada e feliz, enquanto Dilma estuda economia e começa a prestar serviços para alunos órgãos, dentre eles, a FEE (Federação de Estatística e Economia) do Rio Grande do Sul, Carlos aproxima-se de Brizola que deseja reunir integrantes da esquerda e refundar o antigo Partido Trabalhista Brasileiro. Neste contexto, a vida de Dilma segue seu curso natural até o momento em que ela engravida e dá à luz a Paula Rousseff de Araújo.

Dilma foi mãe aos 28 anos, o que era considerado tardio naquela época. Fez de tudo para ter um parto normal, mas os médicos decidiram realizar uma cesariana, o que ainda é considerado absurdamente comum nas maternidades do Brasil. Com o passar do tempo, a semelhança entre mãe e filha seria notável fisicamente e também ao temperamento (Amaral, 2010, p.96).

O biógrafo enxerga a maternidade como um divisor de águas na vida de Dilma. No momento em que a filha nasceu, Dilma assume um papel diferente, o de mãe. Naturalmente para uma mulher que desde cedo decidiu romper com os padrões tradicionalmente seguidos por mulheres de classe média alta, Dilma já desde a juventude rompeu com isso. Primeiro foi uma estudante secundarista engajada politicamente, depois guerrilheira, ex-presidiária e posteriormente mãe. O que parecia reunir um enredo mais ou menos simples, redundou em algo complexo, pois após o nascimento de Paula, Dilma e seu esposo Carlos, ingressam no PDT, partido que deu projeção a Dilma contribuindo para que tempos depois a ex-presidente do Brasil ingressasse no Partido dos Trabalhadores e conhecesse Lula.

5.4 A secretária de governos populares de esquerda

Dilma Rousseff já na primeira metade da década de 80 começou a ter uma intensa convivência com setores mais à esquerda do MDB e do PDT. Após a fracassada tentativa de Brizola de conseguir refundar o PTB, setores da esquerda que desejavam reorganizar-se após a abertura política promovida pelo último

presidente da ditadura civil-militar, João Batista Figueiredo, viram dois partidos como caudatários da herança esquerdista, o já citado PDT e o PT. Dilma muito também por influência de seu ex-marido, Carlos, filia-se ao PDT e começa a desempenhar o papel de burocrata na gestão de Alceu Collares, famoso político trabalhista brasileiro que foi prefeito de Porto Alegre na década de 80 e depois governador do estado na segunda eleição governamental após o fim do regime ditatorial.

Carlos e Dilma foram recebidos duas vezes no apartamento do Comandante, como Brizola, ainda era chamados pelos aliados. Ganhou esse título em 1961, quando era governador do Rio Grande do Sul e chefiou a resistência política e militar a tentativa de golpe contra a posse de João Goulart, o vice que devia assumir após a renúncia de Jânio Quadros. Mais tarde o título de comandante seria substituído por Engenheiro (Amaral, 2010, p. 101).

De acordo com a teórica do feminismo, a norte-americana Diane Elam (1994, p. 42) “The history be written be a kind of suspension, written in a present that is not , ease with either its past its future”.² Partindo da premissa defendida por Elam, a história das mulheres é um desafio e ainda precisa ser escrita no presente, porque geralmente quem escreve sobre a história das mulheres são homens por meio de uma ideia predeterminada na qual a mulher é a servidora do lar ou uma figura secundária frente à postura masculina. Elam (1994) defende que se problematize noções de gênero e de sexo e que privilegie a história de mulheres que não seguem o padrão linear feminino, ou seja, da mulher que serve para ser mãe, esposa e mantenedora do lar. A biografia de Dilma se encaixa na proposta da qual Diane Elam é entusiasta, pois Dilma circula e atua em locais geralmente onde a presença majoritária é dos homens. A guerrilha, a prisão, os cargos burocráticos e por último a presidência da República. Se o gênero é algo culturalmente determinado segundo pensa, Diane Elam, este tipo de determinação reforça estereótipos em relação ao papel masculino e feminino. Tal citação mais uma vez corrobora para que se enfatizem histórias de vida dissonantes a estes estereótipos. A trajetória de Dilma é uma destas histórias.

Após descrever seus primeiros anos após a prisão, a biografia de Ricardo Amaral focaliza o papel de Dilma como burocrata, realçando o caráter obstinado pelo trabalho e enérgico que esta mulher exerce em cargos de chefia administrativa.

² “A história é escrita em uma espécie de suspensão, escrita em um presente que não é fácil nem com o passado nem com o futuro”.

Dilma teve de trabalhar mais uma vez, para arrumar a casa. A FEE tinha sido praticamente engolida pelas secretarias e pelos conselhos estaduais que requisitavam servidores de fundação. Dilma contratou uma série de pesquisas sobre emprego e desemprego na região metropolitana de Porto Alegre (Amaral, 2010, p.110).

A biografia coloca Dilma como devotada ao trabalho e como burocrata, aquela que gosta de números, reunindo-se em torno de técnicos, preferindo a execução do que a discussão ideológica. Dilma assume assim conforme a narrativa do biógrafo um papel historicamente visto como masculino, pois ainda hoje os principais cargos de comando administrativo são exercidos por indivíduos do sexo masculino.

Elam (1994) entende que ainda nos tempos atuais as mulheres precisam e são determinadas por discursos, sejam eles discursos que ressaltam o machismo e o patriarcalismo, seja discursos que combatem o mesmo e que buscam encontrar outras nuances acerca do papel da mulher na história e na sociedade. Dando mais um salto temporal, a biografia de Ricardo Amaral, menciona o ano de 1999 como importante na vida de Dilma, pois ela é convidada para fazer parte do secretariado da gestão do primeiro governador petista do Rio Grande do Sul, Olívio Dutra.

Olívio Dutra foi o primeiro governador do Partido dos Trabalhadores eleito governador do Rio Grande do Sul num pleito disputado e acirrado com o ex-jornalista e atualmente empresário, Antônio Britto. Quando começou a montar o seu secretariado, Olívio cede espaço para o Partido Democrático Brasileiro, PDT, sigla que o apoiou no segundo turno. Ao realizar esta aliança governamental, Dilma foi indicada pelo PDT para ser a secretaria de Minas e Energia, posto onde tal mandatária adquiriu destaque, o que a projetou politicamente para posteriormente ser ministra dos dois mandatos do ex-presidente, Lula.

Dilma Rousseff se preparou para retomar à Secretaria de Energia, Minas e Comunicação SENC, indicada pelo governador eleito Olívio Dutra. Dessa vez, ela tinha pela frente um governo novinho em folha, bem diferente de sua primeira passagem para a secretaria no conturbado fim de mandato de Alceu Collares. Dilma tinha planos, muitos planos; estava montando sua equipe e achava que aquele era o lugar certo para o geólogo discreto, dedicado e hiperativo que conheceu na chefia de gabinete do ex-governador Collares (Amaral, 2010, p. 117).

A participação de Dilma Rousseff no governo Olívio chamou a atenção da classe política devido ao sucesso pelo qual o Rio Grande do Sul conseguiu passar na chamada crise do apagão, crise essa ocorrida no segundo mandato do ex-presidente Fernando Henrique Cardoso. De acordo com Amaral (2010) Dilma como secretária de Minas e Comunicação conseguiu um financiamento público por meio

de energia da Argentina para o abastecimento energético sulino. O sucesso desse empreendimento redundou que se evitassem cortes de energia no Rio Grande do Sul, algo que ocorreu em outros estados e regiões brasileiras. Paralelo a esse processo, iniciava-se a formação de alianças para o pleito de 2022 e o sucesso de Dilma como secretária de Olívio, chamou a atenção do líder do Partido dos Trabalhadores, Luís Inácio Lula da Silva. A aproximação entre Dilma e Lula é algo improvável para uma ex-guerrilheira que foi educada para ser bailarina, pois se Dilma tivesse seguido o destino comum a maior parte das meninas de classe média alta da sua época, ela seguiria a carreira de bailarina, sonho de infância ou seria professora primária, profissão semelhante a de sua mãe, Dilma Jane e de sua tia materna, Arilda. Apesar disso, Dilma segue uma trajetória de vida diferente, sendo primeiramente líder esquerdista de esquerda contra a ditadura civil militar brasileiro e posteriormente tornou-se burocrata, algo que mudaria significativamente a trajetória de vida de Dilma.

5.5 A ministra do governo Lula

Quando venceu a eleição de 2002, Luís Inácio Lula da Silva após três tentativas frustradas conseguiu chegar à presidência da república brasileira, derrotando o ex-ministro da saúde e político paulista, José Serra. A montagem do governo Lula e o início de seu mandato era motivo de grande esperança e apreensão para muitos. Havia no PT o temor de que caso Lula não buscasse escolher um ministério minimamente técnico e de pessoas comprometidas, seu governo fracassaria. Neste processo, Dilma Rousseff, que tinha alcançado destaque como secretária de energia da gestão de Olívio Dutra, credenciou-se como forte candidata a ser ministra da pasta de Minas e Energia do futuro governo Lula.

De acordo com Amaral (2010) a decisão de ter Dilma como ministra partiu de Lula que ligou para Dilma e anunciou que ela seria sua ministra. Segundo o próprio biógrafo de Dilma contaram a seu favor para a escolha o já referido sucesso como secretária de energia do Rio Grande do Sul, mas também a imagem que Dilma tinha de ser uma pessoa devotada ao trabalho e conhecedora das questões relacionadas à energia e abastecimento energético. Uma das primeiras medidas tomadas por Dilma como ministra foi à criação do programa Luz para Todos, programa esse que possibilitou que populações de municípios humildes tivessem acesso a luz e

pudessem consumir eletrodomésticos, sendo em muitos casos, algo inédito para parcelas da população que não tinham acesso à luz elétrica. O que parecia uma trajetória mais ou menos tranquila para Dilma, tornou-se algo mais complexo a partir do segundo semestre do ano de 2005, período no qual o governo Lula foi abalado por um escândalo de corrupção que ficou conhecido como mensalão. Neste esquema de corrupção, o ex-ministro da Casa Civil de Lula, José Dirceu fora acusado pelo ex-deputado carioca Roberto Jefferson de pagar uma mesada para deputados votarem em projetos que fossem do interesse do governo Lula.

Tal fato ganhou repercussão midiática, pois o esquema revelou-se bem mais elaborado do que parecia, vindo a atingir o tesoureiro do PT na Delúbio Soares. Também um dos deputados de maior expressão do partido dos trabalhadores, José Genoíno, fora mencionado. Temendo o enfraquecimento do governo ou até mesmo que ocorresse um impeachment, Lula decidiu afastar José Dirceu da Casa Civil e no lugar do líder histórico do PT, nomeou Dilma Rousseff como chefe da Casa Civil. Novamente a vida da política mineira passaria por outra transformação significativa.

Mesmo com o escândalo do mensalão e com a perda de apoio em setores expressivos da classe média, Lula conseguiu se reeleger presidente da República no pleito de 2006, derrotando no segundo turno, o ex-governador de São Paulo, Geraldo Alckmin. Para o segundo mandato Lula buscava obter o maior número possível de apoio político, temendo que uma oposição forte representasse o insucesso de sua gestão. Para isso Dilma continuou com o cargo de ministra da Casa Civil, todavia o protagonista da ministra mineira fortaleceu-se contando com a colaboração da mesma na criação de dois programas que foram exitosos do ponto de vista de popularidade e eleitoral para o governo de Lula. São exemplos disso o *Programa Minha Casa Minha Vida* e o *Programa de Aceleração do Crescimento*, conhecido como sendo, PAC:

Na segunda metade de 2008, os sinais de que Dilma Rousseff era a candidata à sucessão que o presidente Lula trazia no peito era tão claro quanto à manhã de Brasília. No final de uma dessas manhãs, o deputado Antônio Palocci (eleito pelo PT em 2006, depois de deixar o governo) foi confirmar direto na fonte o que a cidade inteira já comentava, -Como é que é, presidente, vai ser ela mesma? -perguntou o ex-ministro (nem era preciso dizer o nome para Lula saber do que ele e de quem ele estava falando) (Amaral, 2010, P. 183).

O desembarço de Dilma como ministra no segundo governo Lula e os sucessos dos programas mencionados acima tornaram sua presença no noticiário nacional iminente. Lula mesmo contando com uma ótima popularidade na época e

com a aprovação de mais de oitenta por cento do eleitorado brasileiro sabia que tentar um terceiro mandato exigia a mudança na legislação eleitoral, bem como faria com que a oposição se utilizasse desse fato para afirmar que Lula desejava permanecer no poder indefinidamente, conforme fazia no mesmo período o seu amigo e entusiasta político, Hugo Chávez na época presidente da Venezuela. Sem condições de criar uma nova candidatura e com as principais figuras históricas do PT abatidas pelo escândalo do mensalão ou concorrendo a outros cargos, reitera o biógrafo Ricardo Amaral (2010) que já no fim do ano de 2008, Lula tinha decidido ser Dilma a candidata à sua sucessão. Tal biógrafo menciona que inicialmente Dilma se mostrava relutante a ser candidata ou até mesmo que a ministra da casa civil sabia, mas não admitia essa possibilidade:

O ano de 2008 chegava ao fim com a expectativa de que Lula chamasse Dilma para "uma conversa definitiva". Pelo menos, era o que Gilberto Carvalho dizia a políticos e jornalistas de sua confiança, mas qual, Dilma já tinha entendido tudo quando saiu de férias para Porto Alegre: Lula não ia dizer e nem precisava dizer mais nada. A missão de disputar as eleições pelo PT e garantir a continuidade do projeto político era dela, de ninguém mais (Amaral, 2010, p.185).

A citação acima deixa claro que 2009 foi um ano que seria divisor de águas na vida de Dilma Rousseff. Com a definição da mesma como sucessora de Lula, a ministra que já tinha destaque no governo virou objeto de atenção da imprensa. A seu favor contavam a popularidade do governo Lula que era alta, a imagem de gestora competente que Dilma passava e o fato de ser mulher, algo que mexia com parte do eleitorado, principalmente pelo fato das mulheres serem já no início do século 21 a maior parte do eleitorado brasileiro. Como pontos negativos contavam sua inexperiência em cargos do executivo, o fato de não ser uma política tradicional do PT é um fato inesperado para o ano de 2009, o fato de Dilma ter descoberto a existência de um câncer na axila esquerda.

À noite, no Jornal Nacional, milhões de telespectadores, assistiram mais de uma vez aquela valente, mas agora ela se mostrava serena diante de um grande desafio: Esta é a questão que está na pauta hoje para mim: enfrentar essa doença, que os médicos garantem que está extirpada, e sair mais forte do lado de lá! (Amaral, 2010, p.193).

A descoberta do câncer mudou a vida de Dilma, o que praticamente impediu que ela pudesse seguir o caminho que já tinha sido traçado por Lula, a de candidata a sua sucessão ao pleito de 2010. Dilma demonstrou de acordo com Amaral (2010) bravura e força para lidar com a doença, contando com o apoio do presidente Lula e

de setores do PT e da esquerda brasileira. Contando com o apoio da paciente, Dilma teve uma rápida recuperação e já no fim do ano de 2009 tinha sido diagnosticada como curada do câncer. Corroborando o entendimento de Elam (1994) a história das mulheres e por vezes o destino das mesmas é escrito e influenciado pela presença masculina. No caso de Dilma sua entrada no mundo político e a sua escolha como sucessora de Lula contou com a escolha e com a aprovação do ex-presidente, o que expõe o poderio masculino em uma sociedade com a brasileira. Mesmo com todas as dificuldades, Dilma consegue vencê-las e consegue ser indicada pelo PT como candidata oficial ao pleito de 2010, vindo a vencer o mesmo.

5.6 A eleição da primeira mulher presidente da República do Brasil

A eleição 2010 prometia ser bastante disputada. Após dois mandatos de Lula como presidente da República os brasileiros teriam de escolher na continuidade do projeto lulista de crescimento econômico com relativa redução da desigualdade e redistribuição da riqueza e com um projeto de maior internacionalização da economia brasileira e a abertura ao capital privado. Apesar de outras candidaturas que iam do espectro da esquerda à direita, três candidaturas foram competitivas para este pleito. Estas eram a da própria Dilma, a da ex-ministra de Meio Ambiente do governo Lula, Marina Silva e o governador de São Paulo, José Serra, na sua segunda tentativa à presidência da República. Enquanto Marina focou sua narrativa eleitoral na preocupação com o meio ambiente e com a sustentabilidade, José Serra focava no seu sucesso como governador de São Paulo e defendia uma redução do papel do estado na economia e maior profissionalização dos agentes públicos. Neste cenário, restava a Dilma se colocar como a política mais preparada para dar sequência ao projeto político de Lula. Dilma acrescentou a isso outro detalhe, sua experiência como ex-guerrilheira na época da ditadura e o fato de ser uma mulher que mesmo com todas as adversidades que a vida lhe impôs conseguiu chegar à disputa do cargo principal do poder executivo brasileiro. Um dos debates que pautaram a eleição de 2010 envolvia a lei do pré-sal riqueza descoberta um ano antes da eleição, em 2009, e que era considerado um trunfo da gestão Lula. Compreende Amaral,

a nova lei do Pré-Sal era o que Dilma chamava de passaporte para o futuro. Restava a questão dos royalties pagos a estados e municípios que fazem limite com as bacias litorâneas: Rio, São Paulo e Espírito Santo” (Amaral, 2010, p. 200).

O debate opôs neste sentido Dilma e Serra. Serra era defensor de maior participação do capital privado, pois via a presença forte do estado como um empecilho da questão do petróleo, além da questão da interferência político-partidária, algo que na visão de Serra levaria a ineficiência. Dilma pensava diferente era defensora de maior participação do estado, porque via nisso a possibilidade de impedir desvios de recursos e que possibilitasse uma melhor distribuição de recursos. Dilma via o estado como agente fundamental na questão da justiça social e no combate à desigualdade, duas questões que para a candidata petista eram marcas inequívocas do governo de Lula.

No primeiro debate eleitoral em 2010, na Rede Bandeirantes de televisão, o tema pré-sal foi o motivo do primeiro embate do presidenciável tucano contra a presidenciável petista. Ao questionamento de Serra, Dilma respondeu que saberia confrontá-lo com a questão do pré-sal no momento oportuno- a disputa do segundo turno. Enquanto a hora não chegava, ela seguia pelejando” (Amaral, 2010, p. 201). A disputa entre ambos o candidato de certo modo coloca em xeque o que diferencia a direita da esquerda, tema já bastante debatido pela ciência política e pela filosofia. Partindo desse pressuposto, um dos teóricos que melhor analisou esta questão foi o filósofo italiano, Norberto Bobbio.

Nunca se escreveu tanto como hoje contra a tradicional distinção entre esquerda e direita e esquerda, considerada uma distinção que já teria tido o seu tempo e estaria despojada de qualquer sentido, se que teve algum no passado (Bobbio, 1995, p. 28).

O processo eleitoral entre Dilma e Serra representou o retorno de uma discussão ideologizada, especialmente no segundo turno, quando os dois candidatos assumiram nitidamente lados opostos frente à ideologia política. Dilma estava ligada à esquerda e sua pauta além de defender a intervenção do estado na economia, assumiu posturas mais progressistas no que se refere à questão da mulher e de gênero, algo realçado no segundo turno quando Serra se pôs como contrário ao aborto, defensor da família e favorável à abertura da economia ao capital privado. Ao fim da disputa, prevaleceu a popularidade de Dilma e do governo Lula, vindo Dilma a ser eleita a primeira presidente mulher do Brasil. Segundo Amaral (2010, p. 300) “ Os resultados de 92, 5% das urnas naquele momento indicavam que o Brasil tinha a sua primeira presidenta eleita. Não era torcida, não era projeção, era matemática. Ricardo Amaral descreve deste modo o momento em que Dilma Rousseff, na época uma mulher de sessenta e três anos de idade, se tornava a primeira mulher

presidente do Brasil. O vocábulo presidenta realçado pelo biógrafo mostra a força feminina que Dilma representa, pois já no seu primeiro discurso como presidente eleita do Brasil, a ex-ministra de Lula destacou que desejava que sua vitória representasse a possibilidade de que mais mulheres pudessem ser eleitas para cargos de comando no Brasil. A vitória de Dilma representou a continuidade do projeto político iniciado por Lula e mais uma vitória da centro-esquerda brasileira no final da primeira década do século vinte e um. É importante ressaltar que a biografia de Dilma finda no momento em que a mesma é eleita e encontra-se com Lula, selando uma aliança e uma dupla política que nos próximos anos continuariam juntos e próximos politicamente.

Dosse (2009) chama a atenção para o fato das biografias por vezes assumirem também um ponto de vista apologético em relação ao biografado. Dosse admite que podem existir biografias que defendem teses ou que buscam reconstituir personalidades históricas esquecidas pela opinião pública. Le Goff (1984) reitera que o tempo e o espaço são dois conceitos importantes quando se tratam de aspectos relacionados à memória individual e a memória coletiva. Enquanto a primeira diz respeito à pessoa em si, ao indivíduo, a segunda diz respeito a um conjunto de pessoas e em sentido mais abrangente, a sociedade como um todo. Partindo-se desse pressuposto citado pelo historiador francês ocorreram duas ações relevantes ao se lidar com vestígios do passado, a capacidade de esquecer e de lembrar.

O fim da gestão de Dilma Rousseff já foi mencionado anteriormente nesta tese. Devido a desgastes políticos devido a um pleito acirrado, conflitos com membros do Congresso Nacional Brasileiro, em especial, o ex-presidente da Câmara e figura de destaque no MDB, Eduardo Cunha, aliado aos desgastes gerados pela cobertura midiática da Operação Lava Jato e pelo fortalecimento e articulação dos partidos de oposição ao governo Dilma e ao PT, tal mandatária sofreu um processo de impeachment em 2016 e quem a sucedeu foi o seu companheiro de chapa, Michel Temer, que se tornou a partir do final de agosto do ano citado acima presidente oficial do Brasil. No próximo capítulo será abordada a construção biográfica feita pelo biógrafo Clóvis Saint-Clair acerca do presidente Jair Bolsonaro.

6. A BIOGRAFIA DE JAIR BOLSONARO ESCRITO POR CLÓVIS SAINT-CLAIR: UMA BIOGRAFIA ESCRITA EM CONTRAPONTO À BIOGRAFIA MITO OU VERDADE, ESCRITA POR FLÁVIO BOLSONARO

Jair Messias Bolsonaro foi eleito no dia 28 de outubro de 2018, o trigésimo oitavo presidente da República do Brasil. Sua figura há algum tempo vem chamando a atenção de parte da mídia e dos estudiosos de política interessados em sua figura. Em vista disso, foram produzidos entre o fim do ano de 2017 e no ano de 2018, dois livros que buscam entender quem é Bolsonaro e seu pensamento político. Destacam-se dentre eles duas obras, *Bolsonaro: O homem que peitou o exército e desafiou a democracia* e a obra *Mito e Verdade*, escrito pelo filho de Jair Bolsonaro, Flávio Bolsonaro. Um aspecto interessante de ser mencionado é que diferentes das outras biografias escolhidas para compor essa tese: a biografia de Saint Clair não possui um caráter simpático à figura de seu biografado e foi criada como contraponto ao livro escrito por Flávio Bolsonaro que enaltece a figura do pai, refutando as acusações de que seu progenitor é machista, misógino, homofóbico, defensor do ciclo político da ditadura militar. Clair(2018) defende a tese de que Bolsonaro é um indivíduo corajoso e que venceu as dificuldades impostas por uma infância e uma adolescência humilde. Porém, após seu ingresso nas Forças Armadas e sua saída delas, tornou-se um parlamentar radical e que com seu discurso e ideias põe em xeque a democracia brasileira e as instituições ligadas a esta.

No início da biografia escrita sobre o atual chefe do Executivo Brasileiro, Clóvis Saint-Clair menciona que:

Geraldo era de uma família de imigrantes italianos que deixava Campinas para ganhar a vida no Vale do Ribeira, onde não havia dentistas. Abriu um consultório em Glicério e atendia também a zona rural, montando uma mula. De lá, passou por Jundiá e Sete Barras, até se fixar em Eldorado Paulista, onde chegou a ser candidato a prefeito na década de 70, pelo MDB, que fazia oposição à ditadura militar. Embora fosse rígido, Geraldo era bem menos radical que o filho Jair, que já na adolescência abominava comunistas (Saint-Clair, 2018, p. 13).

A citação acima situa o leitor acerca do local onde Jair Bolsonaro nasceu e a figura do pai, Geraldo Percy Bolsonaro, pessoa que, segundo o biógrafo, tinha uma relação ambígua com seu filho, havendo momentos de aproximação e momentos de afastamento. Geraldo era um homem voltado à vida prática, atuando como dentista mesmo sem ter formação técnica para tal. Cultivava também o vício do fumo e da bebida. Jair Bolsonaro apegou-se ao catolicismo de sua mãe, Olga Bonturi e, desde

cedo, compreendeu o comunismo e as ideologias de cunho de esquerda como sendo malélicas e contrárias aos desígnios cristãos.

Flávio Bolsonaro (2017) narra também sobre o contexto familiar de Jair Bolsonaro. Menciona a infância humilde no interior paulista. No entanto, ao contrário de Saint Clair, o filho mais velho de Bolsonaro entende que desde os primeiros anos de vida, Bolsonaro já tinha formado os valores que pautaram inicialmente sua carreira militar e depois sua carreira política, o nacionalismo e o anticomunismo. Em contraponto a Flávio Bolsonaro, Saint-Clair (2018) considera que a infância humilde de Bolsonaro foi relativamente tranquila. Ainda que tenha passado por privações financeiras, o lar da família Bolsonaro era sedimentado pela personalidade voluntariosa de Geraldo Bolsonaro, dentista prático de sucesso no Vale do Ribeira entre as décadas de sessenta e setenta do século passado e de Olga Bonturi, mulher amorosa e devotada aos filhos e a união familiar.

Ambas as biografias enfatizam o fato de que, no início dos anos setenta do século passado, o contato de Jair Bolsonaro com o Exército Brasileiro. Neste período, o exército estava à caça de Carlos Lamarca, militar do exército que havia abandonado a carreira militar para apoiar a luta armada de esquerda. Lamarca lutava contra a ditadura civil-militar instalada no Brasil a partir de 1964. Tal episódio parece ter sido determinante para que Jair Bolsonaro escolhesse a carreira militar como seu projeto de vida pessoal. Os militares estavam no encalço de um companheiro de caserna, o capitão Carlos Lamarca, líder da *Vanguarda Popular Revolucionária* (VPR). Na tarde desta sexta-feira, 24 de janeiro de 1969, ele deixava o quartel do quarto regimento de Infantaria de Quitaúna, bairro de Osasco, em São Paulo, a bordo de uma Kombi com três soldados, 63 fuzis, três metralhadoras INA e a munição para adentrar na vida clandestina. Foi nesse cerco que os destinos do capitão Lamarca e de Palmito, apelido de Bolsonaro, se cruzam. Na ocasião, Bolsonaro tinha 14 anos. Era alto, “branquelo” e costumava extrair o miolo das palmeiras em fazendas para ajudar no sustento da família. Daí o apelido “parmito” no paulistês do interior e do qual ele não gostava. “Já que conhecia as matas do Ribeira como a “Parma da mão”, aproximou-se dos militares do Exército para ajudar na captura de Lamarca” (Saint –Clair, 2018, p.18).

A situação descrita nesta citação mostra o momento em que Jair Bolsonaro, um adolescente de quatorze anos, tem contato com o Exército Brasileiro e decide passar informações estratégicas sobre como os militares deveriam atuar na região do Vale do Ribeira a fim de encontrar Carlos Lamarca e prendê-lo. Clair (2018) expõe

que desde os primeiros anos da instauração da ditadura em 1964, as escolas passam por um processo de enaltecimento dos generais militares e a consolidação da ideia de que o comunismo era algo ruim e de que a classe militar desempenhou o papel de salvar o Brasil da ameaça comunista, vinculada à extinta União Soviética e em Cuba.

Segundo Flávio Bolsonaro (2017, p. 09), a família de seu pai era de direita, tendo sua avó, “Dona Olinda e seus filhos participando da Marcha de Deus pela Liberdade em defesa da democracia”. Percebe-se desde esse momento que o ambiente familiar foi determinante para a formação da personalidade política do ex-presidente do Brasil. Jair Bolsonaro enxergou nos primeiros anos de idade que a força física, a ordem e o respeito às leis, a propriedade e a família são valores e virtudes que devem ser enaltecidas. Foi tal concepção de mundo que contribuiu para um fato que mudou a vida de Bolsonaro e que explica seu vínculo com as forças armadas e com os militares. O fato acima mencionado diz respeito ao episódio envolvendo Carlos Lamarca. Tornando-se um dos inimigos mais procurados da ditadura brasileira, Lamarca começou a ser perseguida pelo governo brasileiro vigente na época. Como já mencionado, Jair Bolsonaro, na época com 14 anos de idade, se põe à disposição do Exército Brasileiro para apontar possíveis informações da região do Vale da Ribeira, informações essas que foram posteriormente importantes para que Carlos Lamarca fosse capturado e morto.

Ao articular sua fuga da base, Lamarca teve que passar por Eldorado. À tardinha, por volta das 18 horas do dia 8 de maio de 1970, Bolsonaro encontrava-se no colégio, a menos de cem metros da praça onde Lamarca surpreendeu um pequeno grupo de policiais da, então Força Pública de São Paulo, furando o bloqueio em direção à vizinha cidade de Sete Barras (Bolsonaro, 2017, p. 22).

Esta parte da vida de Jair Bolsonaro é uma das mais interessantes do livro escrito pelo biógrafo Flávio Bolsonaro, porque nela se vê o momento em que os fatos políticos brasileiros da década de sessenta e setenta do século passado, moldam a ideologia do biografado. Dosse (2009) reconhece que as melhores biografias que estudou são aquelas que revelam como o biografado se entrelaça com os fatos políticos de sua época, mostrando de que forma o indivíduo ao mesmo tempo em que sofre as consequências de sua época, decide atuar como agente da mesma. No caso de Jair Bolsonaro, sua colaboração com o Exército do Brasil eleva-o como defensor da ordem da pátria, sendo determinante para que Jair Bolsonaro ingressasse no Exército.

Saint-Clair em outra parte da biografia do ex-capitão do Exército e hoje chefe do poder Executivo Brasileiro argumenta que o atual presidente do Brasil teve uma carreira política que foi paulatinamente se consolidando a partir do momento em que aos 33 anos de idade, Jair Bolsonaro envolveu-se em uma polêmica no Exército, instituição a qual o atual chefe do executivo brasileiro estava vinculado. Tentando dar um novo rumo a sua carreira militar, o pai do biógrafo Flávio Bolsonaro decidiu se candidatar ao cargo de vereador da cidade do Rio de Janeiro, vindo a obter sucesso nesta empreitada, sendo eleito em outubro de 1988. Em sua breve passagem pela Câmara dos Vereadores Fluminense, Bolsonaro começou a chamar a atenção por sua vinculação com os militares e com os profissionais ligados ao setor militar e a área da segurança pública. Tal vínculo projetou Bolsonaro para pleitear o cargo de deputado federal. Da mesma forma que quando se candidatou a vereador, Jair Bolsonaro sai também vencedor de mais uma disputa eleitoral e é eleito deputado federal em 1990, deslocando-se da cidade do Rio de Janeiro e indo morar na capital do Brasil.

Na Academia, Jair teria que disfarçar outras carências. O nível de exigência das disciplinas era maior do que aquele com o qual estava acostumado. O cadete sofria nas aulas de Geometria Descritiva e chegou a pensar em desistir. Dispensado pelo departamento psicotécnico de ensino, “ganhou uma semana de folga para pensar na vida e decidir se queria continuar” (Saint-Clair, 2018, p. 27).

Saint-Clair narra que a entrada de Jair Bolsonaro nas Forças Armadas foi pontuada por dificuldades. Como citado anteriormente, Bolsonaro provinha de uma família de classe média baixa e o nível de ensino exigido na AMAN, Escola Militar das Agulhas Negras, era elevado. Além da necessidade de saber ler e interpretar corretamente conhecimentos sobre gramática e utilização da norma culta, o aluno precisava compreender questões de aritmética e de geometria, além de conhecimentos da geografia e da história do Brasil e de noções cívicas e nacionalistas, tão importantes à classe militar também eram competências e habilidades exigidas e desenvolvidas no aluno que ingressasse na AMAN nos anos setenta do século passado.

Castro (2021) menciona que a AMAN é uma das instituições militares que mais se destacam por meio do ethos militar. O aluno ingressa nesta instituição e é imbuído desde os primeiros meses da ideia da disciplina de ordem e amor ao Brasil. Há um afastamento gradual do jovem militar e a crença por parte destes jovens de seu papel

de defensores da pátria e da soberania nacional aliada à necessidade de que se combatam ideologias que busquem dividir o país e causar divisão social.

Na biografia escrita pelo filho mais velho de Jair Bolsonaro, Carlos Bolsonaro há também a menção ao momento em que o pai passa no concurso da Escola do Exército, porém diferentemente do biógrafo Saint-Clair que foca mais na infância de Jair Bolsonaro e na decisão que levou o mesmo a escolher ser militar como projeto de vida, Flávio Bolsonaro destaca a decisão tomada por seu pai e as dificuldades impostas a um aluno vindo do interior de São Paulo e que não contava com recursos financeiros grandes para poder se preparar para o concurso de admissão a AMAN.

De acordo com Flávio Bolsonaro (2017), em 1972, seu pai passou no concurso da Escola Preparatória de Cadetes do Exército, causando enorme orgulho na família. Se este acontecimento animou a família do ex-presidente do Brasil, em seus primeiros momentos na *Especx*, Jair Bolsonaro começou a se decepcionar com a instituição, porque o ensino na mesma era muito mais voltado para a teoria e para o aspecto disciplinar do que para a prática militar, algo que encantava Bolsonaro. Ciente de que a *Especx* não era o seu lugar, o pai do biógrafo Flávio Bolsonaro, cinco anos depois, prestou concurso para a Academia de Agulhas Negras (AMAN) e foi aprovado. Nesta instituição desde o início, Bolsonaro sente-se atraído pelo clima de estudo rigoroso e de prática exaustiva de tarefas militares e de exercícios físicos. Mesmo assim, mais uma dificuldade de acordo com o biógrafo de Jair Bolsonaro se coloca no caminho do biografado.

Flávio Bolsonaro argumenta que seu pai teve dificuldade na disciplina de Geometria Descritiva, especialmente no primeiro ano da Academia, todavia diante do esforço de Jair Bolsonaro e da ajuda que alguns dos seus superiores lhe deram, Bolsonaro consegue obter êxito e conquista o diploma na AMAN, vindo a partir desse momento a fazer parte da elite do exército brasileiro. Deste momento em diante, o caráter voluntarioso e ativo do ex-presidente do Brasil, começa a criar polêmicas, agindo de maneira intempestiva. Tal comportamento gera críticas a Jair Bolsonaro, ao mesmo tempo serve também para elogios e admiração.

A entrada de Jair Bolsonaro na política representava um dos momentos mais dramáticos. Flávio Bolsonaro narra que Bolsonaro, ao completar trinta e três anos de idade, envolveu-se em uma polêmica no Exército. Bolsonaro reivindicava nesse período aumento salarial para os militares, todavia sua reivindicação ganhou força e começou a se opor às regras estabelecidas, segundo a qual ao militar é vedada

manifestações sindicais, sendo elas consideradas desrespeito à corporação militar, redundando em punição e, em casos mais graves, a expulsão da corporação. Jair Bolsonaro foi processado pelo Supremo Tribunal Militar e após um julgamento tenso e cheio de fatos contrastantes, o ex-presidente do Brasil foi absolvido e decidiu ir para a reserva e ingressar na política. Nascia neste momento o Jair Bolsonaro político, sujeito que construiu uma trajetória política consistente, vindo depois a se tornar presidente da República do Brasil no ano de 2018.

Saint-Clair busca desmitificar a narrativa de Carlos Bolsonaro e estabelece que não fosse o ímpeto em desafiar as condições climáticas e físicas que abriram a carreira militar de Bolsonaro, e sim a sua falta de tato para lidar com ordens superiores.

Nota-se a diferença da narrativa construída pelo biógrafo Saint-Clair com aquela escrita por Flávio Bolsonaro que busca enaltecer seu país e consolidar a ideia de mito e de homem devotado à pátria. Dosse (2009) reconhece que o gênero biográfico tem um histórico de ser um texto de devoção ou admiração ao biografado, todavia este próprio pensador reconhece que com o avanço da biografia como gênero e a influência de teorias como o marxismo, a psicanálise e os estudos culturais muitas biografias vem sendo produzidas nos últimos anos com o objetivo de desmitificar quem se biografa ou problematizar o biografado com o contexto histórico e suas decisões, buscando evidenciar aspectos nem sempre positivos da personalidade deste. A interrupção da carreira militar de Jair Bolsonaro evidencia tal aspecto. No próximo capítulo, tal questão será detalhada.

É importante mencionar que de acordo com a homepage www.maquinadelivros.com.br Clóvis Saint-Clair é um jornalista experiente tendo atuado em algumas revistas de grande circulação nacional como *Veja e Época* e no *Portal Uol* e no jornal *O Dia*. Após realizar um mestrado na área linguística e literária, Saint-Clair acaba despertando seu interesse pelo estudo da atuação política de Jair Bolsonaro por perceber a competitividade desse político para o pleito de 2018 a qual ele acabara sangrando-se vencedor.

6.1 A Saída de Jair Bolsonaro da carreira militar e sua entrada na política

A vida de Jair Bolsonaro desde sua saída do Exército desperta polêmicas. Há duas versões para explicar tal questão. A primeira versão é representada pelo biógrafo Flávio Bolsonaro; a segunda é a de Clóvis Saint-Clair. Enquanto Flávio Bolsonaro pesquisou fontes do próprio Exército Brasileiro, apoiando-se, contudo, nas memórias do pai, Saint-Clair faz um percurso memorialístico e narrativo diferente. Além das pesquisas em arquivos militares, Saint-Clair interpreta e se utiliza do artigo da Veja onde Jair Bolsonaro no ano de 1986 reclama dos salários pagos aos integrantes do Exército Brasileiro e exige o pagamento do décimo terceiro salário a esta categoria profissional. Outra fonte de estudo utilizada pelo biógrafo Saint-Clair é a obra *Cadete e o Capitão*, escrita pelo falecido jornalista brasileiro, Luís Maklouf Carvalho.

A entrada de Jair Bolsonaro na política representava um dos momentos mais dramáticos de sua vida. Bolsonaro reivindicava nesse período aumento salarial para os militares, questionando as regras estabelecidas. Jair Bolsonaro foi processado pelo Supremo Tribunal Militar e após um julgamento tenso e cheio de fatos contrastantes, foi absolvido, indo para a reserva. Resolve, então, ingressar na política. Nascia neste momento segundo o biógrafo Flávio Bolsonaro, o Jair Bolsonaro político, sujeito que construiu uma trajetória política coerente com seus ideais, vindo depois a se tornar presidente.

Mencionada a visão do biógrafo-filho, a versão do biógrafo Clóvis Saint-Clair é um pouco diferente. Saint-Clair (2018) retrata que a polêmica que envolveu Jair Bolsonaro vai muito além da reivindicação salarial para os militares. Bolsonaro era conhecido como “Cavalão” devido aos seus atributos físicos e pela força física e moral que desempenha sobre os soldados com menos poder hierárquico que o seu. O capitão Bolsonaro é descrito por Saint-Clair como um homem enérgico e com senso de oportunidade, características que posteriormente o Bolsonaro político iria desenvolver fortemente.

Bolsonaro estava queimado com a cúpula das Forças Armadas, mas recebeu apoio de mulheres de oficiais e também de militares da ativa e da reserva, incluindo aí o general Newton Cruz, ex-chefe do Serviço Nacional de Informações (SNI), no governo do general João Baptista Figueiredo. Elas organizaram diversos protestos em

defesa do capitão, já que, diferentemente dos maridos, podiam se manifestar livremente sem a ameaça de prisões (Saint-Clair, 2018, p.50).

A citação acima permite que se entenda que o processo movido contra Bolsonaro por instâncias superiores do Exército além de terem despertado discussão e cisão entre a classe militar fez com que Bolsonaro fosse enxergado aos poucos como um representante dos militares na mídia e na sociedade civil. Carvalho (2019) conta que o julgamento do suposto crime militar cometido por Bolsonaro agitou o setor militar. Ouviu-se o relato da jornalista da Veja que realizou a entrevista com Bolsonaro, o próprio Bolsonaro, autoridades do exército, companheiros do réu no Exército e a avaliação de peritos judiciais. Todos estes grupos tiveram direito à manifestação e houve acesso ao contraditório, conforme a legislação militar garantia. Desta forma, houve três decisões. A primeira considerou Bolsonaro culpado, a segunda absolvía Bolsonaro por considerar que a acusação contra o chefe do poder executivo brasileiro era falaciosa e carecia de coerência, enquanto a terceira e decisiva versão absolveu Bolsonaro por falta de provas seguindo o princípio jurídico *in dubio pro réu*, ou seja, no caso de dúvidas ou de faltas processuais mais consistentes o réu é considerado inocente.

Segundo Saint-Clair (2018), o livro sobre a vida de Bolsonaro nasceu quando os editores do jornal *Estado de São Paulo* pedem a Saint-Clair matérias sobre Jair Bolsonaro, poucos meses antes do deputado sair candidato à presidência do país. Saint-Clair relutou. Ao abrir o link de acesso à documentação do STM, mudou imediatamente de ideia. De acordo com o biógrafo, sempre soube que havia ali a possibilidade de um livro de fato.

Revisitar o passado histórico de Jair Bolsonaro e sua saída das Forças Armadas e sua transformação em político, é algo que conforme o próprio jornalista Luís Maklouf Carvalho surge do interesse que esse personagem histórico começou a despertar na grande mídia e na sociedade civil brasileira quando sua candidatura à presidência da República se consolidou. De acordo com Saint-Clair(2021), até o ano de 2014, Jair Bolsonaro não era levado a sério pelos principais jornalistas e estudiosos da política sendo visto como um deputado federal folclórico e nacionalista que estava mais interessado em defender a corporação militar e em fazer discursos politicamente incorretos do que em criar um projeto de nação. Com o *impeachment* de Dilma Rousseff e com a impopularidade do presidente que a substituiu, Michel Temer, aliado aos desgastes causados pela Operação Lava Jato, Jair Bolsonaro capitalizou o

sentimento de setores da sociedade que se vinham indignados com a corrupção que segundo estes setores eram responsáveis pelos problemas brasileiros. Contando com um leque de apoio que unia militares, policiais, líderes católicos e evangélicos, Bolsonaro começa a se consolidar como candidato à presidência. Sua trajetória, como político, e a história de sua candidatura serão temas do próximo subtítulo.

6.2 Do deputado federal à vitória do pleito presidencial de 2018

De acordo com o primogênito de Jair Bolsonaro e seu biógrafo, Flávio Bolsonaro (2017) o atual presidente do Brasil teve uma carreira política que foi paulatinamente se consolidando a partir do momento em que aos 33 anos de idade, Jair Bolsonaro envolveu-se em uma polêmica no Exército, instituição a qual o atual chefe do executivo brasileiro estava vinculado. Tentando dar um novo rumo a sua carreira militar o pai do biógrafo Flávio Bolsonaro decidiu se candidatar ao cargo de vereador da cidade do Rio de Janeiro, vindo a obter sucesso, sendo eleito em outubro de 1988. Em sua breve passagem pela Câmara dos Vereadores Fluminense, Bolsonaro começou a chamar a atenção por sua vinculação com os militares e com os profissionais ligados ao setor militar e a área da segurança pública. Tal vínculo projetou Bolsonaro para pleitear o cargo de deputado federal. Da mesma forma que quando se candidatou a vereador, Jair Bolsonaro sai também vencedor de mais uma disputa eleitoral e é eleito deputado federal em 1990, deslocando-se da cidade do Rio de Janeiro e indo morar na capital do Brasil, Brasília. Segundo Flávio Bolsonaro (2017, p. 43), “Foi quando, em abril de 1991, pela primeira vez na história do Brasil; viúvas de militares, ex-combatentes da II Guerra Mundial e militares da reserva foram para as ruas reivindicar tratamento digno por parte do governo”.

Nesta parte da biografia ocorre a principal inflexão na vida de Jair Bolsonaro, o ex-militar torna-se popular como político assumindo o papel de porta-voz dos militares e das forças policiais, vindo a assumir uma postura corporativista. Flávio Bolsonaro (2017) destaca que um dos aspectos que contribuiu para o sucesso de Jair Bolsonaro como deputado federal foi que o biografado começou a assumir um espaço outrora não ocupado por nenhum político civil após o fim da ditadura civil-militar. Neste período a chefia do órgão executivo esteve nas mãos dos militares evidentemente havia uma visão negativa desta categoria no senso comum brasileiro e foi nessa

brecha que Jair Bolsonaro atuou. Ao longo da sua trajetória parlamentar, o ex-presidente da República do Brasil reforçou cada vez mais o seu vínculo com as categorias expostas acima, todavia foi a partir da reeleição de 2014 e posteriormente com sua deposição do cargo de presidente em 2016, que Jair Bolsonaro tornou-se fortemente popular, vindo a se tornar um candidato competitivo para o pleito presidencial de 2018, vindo a vencer o mesmo.

Jair Bolsonaro foi moldado pela ideologia militar que formou grande parte da geração de militares de sua época e de gerações anteriores que inclusive foram responsáveis por deflagrar duas ditaduras, o Estado Novo e a ditadura civil-militar de 1964. A constituição brasileira de 1988 consagra como princípio das Forças Armadas (Brasil, 1988) a defesa da pátria, desde que esta esteja baseada na ideia de lei e da legalidade. Deste modo, cabe às forças armadas garantir a ordem social e toda vez que ela for desrespeitada e estiver ameaçada, cabe aos militares intervirem a fim de restabelecerem a harmonia social.

Reis (2014) compreende que os militares conseguiram criar com certo êxito a narrativa de que eles eram os defensores da ordem, da cristandade e da família, portanto cabia a eles dar uma solução ao clima de tensão política e de polarização existente no mandato do ex-presidente, João Goulart. É importante mencionar que a Marcha de Deus, pela Família que ocorreu em várias capitais do Brasil, especialmente em São Paulo, aglomerou elementos da classe média brasileira, da igreja e do setor militar, angariando deste modo, apoio popular. A própria família do presidente Bolsonaro, na época um menino de nove anos, apoiou esse evento e via o comunismo como um mal a ser abatido e vencido.

Pouco tempos depois, Jair Bolsonaro, um jovem adolescente brasileiro, habitante do interior paulista, se aliaria ao Exército Brasileiro na perseguição ao líder comunista e guerrilheiro, Carlos Lamarca. Considera Chiavenato (2003) que a hierarquia é o principal aspecto da organização militar, pois cabe ao militar seguir as ordens das autoridades superiores nas Forças Armadas, bem como a existência de uma estrutura rígida formada para evitar deserções e levantes. O contexto histórico em que o presidente Bolsonaro foi forjado foi justamente esse, aquele em que as Forças Armadas foram chamadas para serem as garantidoras da harmonia social da nação.

Reis chama a atenção para o fato de que houve uma cisão entre as forças militares no que se refere à continuidade ou não da ditadura. Dois grupos militares

entraram em choque, o primeiro diz respeito ao grupo da Sorbonne, os de intelectuais do ramo militar que queriam que se desse o fim ao clima de desordem nacional e que tão logo esse fosse solucionado, devolver o poder aos civis, enquanto outro era a favor de perseguir e combater os focos esquerdistas e guerrilheiros, por enxergar neles o perigo para a ordem social brasileira. Jair Bolsonaro, mesmo estando no período de fim da infância e do início da adolescência, oscilou entre estes dois extremos, todavia há uma simpatia pelo segundo grupo, o que tem levado os críticos a acusá-lo do mesmo ser apoiador da tortura e do desrespeito aos direitos humanos. Pensando nisso, Chiavenato (2000), identificou diferentes tipos de líderes.

- 1) Líder Tradicional- é aquele que se baseia na execução de tarefas de modo inflexível e rígido;
- 2) Líder Democrático- é aquele que ouve a opinião de seus subordinados e resolve os conflitos empresariais por meio do diálogo;
- 3) Líder Liberal- é aquele que atua muito mais como um coordenador e como um regulador da equipe, do que como um alguém que determina o que tem de ser feito;
- 4) Líder Coach- é o tipo de líder mais característico das organizações modernas. Busca a influência interpessoal através de uma postura respeitosa em relação aos outros e por meio de uma autoestima equilibrada, o que potencializa tal líder a exercer a liderança.

Chiavenato considera também que os líderes possuem alguns traços que são identificados por seus subordinados.

São eles:

- 1) Traços Físicos;
- 2) Traços Intelectuais;
- 3) Traços Sociais;
- 4) Traços Relacionados à empatia.

Nascimento (2007) compreende o líder como aquele que desperta empatia. Nesta perspectiva, liderar é saber transmitir simpatia e auto confiança a ponto disso, poder ser captado por aqueles que são subordinados ao líder.

Partindo desse pressuposto, Jair Bolsonaro como um líder tradicional, focalizado em traços físicos, advindos da rígida disciplina militar que o mesmo tinha quando presente na Escola de Cadetes do Exército, mas também pelos traços sociais e empáticos, a associação que Bolsonaro tem para com as forças militares e de

segurança, algo que serviu como plataforma política de sua carreira como deputado e, posteriormente, para a sua eleição como presidente da República do Brasil.

Saint-Clair entende Bolsonaro como um sujeito ativo, mas pouco afeito à diplomacia política e ao diálogo, algo comum na tradição presidencialista brasileira. O biógrafo concebe Bolsonaro como criado de “mitadas”, frases de efeito e expressões apelativas que buscam despertar o interesse na audiência e chocar a opinião pública. A defesa de Bolsonaro como deputado se pautou desde o início na identificação com as classes militares e na defesa do legado dos generais de 1964. Ao longo de seus oito mandatos como deputado, essa sua preocupação inicial foi acrescida com a ideia de um político conservador, opositor de teses progressistas e identificadas com a esquerda política.

Na defesa das pequenas e grandes bandeiras que levantava em nome que há de mais conservador e reacionário, deixa sua impulsividade falar mais alto e vociferava um lugar do argumentar, não raro, distribuindo coices nos adversários políticos ao melhor estilo de Cavaleão. Começa a fabricar, assim um personagem de si mesmo. Nasce o ‘mito’ (Saint-Clair, 2018, p. 96).

Pensar a questão da construção da figura do mito exige do pesquisador que se pense também o contexto histórico de um político ou de seu governo. Como Bolsonaro foi eleito, é uma das tarefas mais complexas. Além do ponto de vista que se adota para analisar um mandato governamental, é preciso compreender como cada governante tem relação com o momento histórico em que se está vivendo e quais as decisões que o mandatário decide adotar. Dosse (2009) compreende que as biografias historicamente têm uma relação de endeusamento em relação aos personagens históricos, o que levou durante a muito tempo os historiadores terem uma visão crítica em relação ao gênero biográfico. Somente após a emergência da terceira geração da *Escola dos Annales* que se voltou a pensar a biografia como uma fonte de estudo confiável, havendo inclusive a modificação na forma como a mesma é escrita.

O novo tipo de biografia produzida fez com que detalhes íntimos da vida do biografado, anteriormente não valorizados ou até mesmo desprezados, tornaram-se relevantes. Os medos, os traumas, as dificuldades, a ousadia, as neuroses, os sonhos e a mentalidade coletiva do período histórico em que o biografado vive, começou a ser levada em consideração para que se pensar em como a mesma impactou a vida do personagem analisado na biografia.

Jair Bolsonaro projetou-se a partir de 2014 como um líder da direita brasileira de cunho nacionalista que defende o Brasil e se indis põe com os ativismos políticos, em especial o movimento negro e o gay, sendo o segundo aquele pelo qual o atual mandatário brasileiro tem um relacionamento mais problemático e hostil. O biógrafo de Jair Bolsonaro, Flávio Bolsonaro buscou na biografia desfazer a imagem que parte da mídia e de setores da opinião pública tem de Jair Bolsonaro em relação à ideia de que seu pai seria racista e homofóbico. Em relação à última adjetivação, Flávio chama a atenção para o fato do bom relacionamento que Bolsonaro tinha ao primeiro deputado oficialmente assumido como homossexual, Clodovil Hernandes. Afirma Flávio (2017 p. 141) “Apesar das significativas diferenças, entre eles, Bolsonaro o respeitava muito, por sua autenticidade e pela ética com que fazia política”. Um dos momentos mais importantes da biografia de Jair Bolsonaro se dá no momento em que Flávio narra a atuação tomada pelo seu pai no lançamento de uma cartilha que versava acerca da questão de gênero e homoafetiva tendo como público-alvo crianças e adolescentes da educação básica. A situação mais especificamente na Comissão de Direitos de Minorias da Câmara em uma sessão conjunta com a Comissão da Educação onde estava presente André Lázaro, destacada liderança do movimento LGBTQI brasileiro.

De acordo com Flávio (2017), Bolsonaro se opôs à cartilha que foi lançada nesta sessão, porque tratava de um tema sensível sem pensar nas consequências do mesmo e sem ter o necessário contraponto de segmentos que se opõem ou que tem uma visão diferenciada do tema. Por essa atitude, Flávio Bolsonaro afirma que Bolsonaro foi tachado de preconceituoso e de inimigos dos gays. Segundo Flávio Bolsonaro (2017, p. 165), “Bolsonaro buscou nas redes sociais a oportunidade de expor seus pontos de vista e esclarecer a população que as acusações eram mentirosas e o assunto de maior relevância”. Dosse (2009) admite que um dos poderes que o biógrafo possui é o de assumir o ponto de vista do biografado e por meio da narrativa defender os pontos de vista daquele que biografa. No caso de Flávio Bolsonaro, percebe-se a identificação do mesmo com seu pai, Jair Bolsonaro. O biógrafo enxerga o biografado como uma liderança, surgida num momento de caos e um defensor da ordem e da moral brasileira. Flávio reitera que:

Longe de ser o salvador da pátria, ele é apenas um patriota, defensor da democracia e que se prepara a cada dia para Deus quiser, colaborar com o resgate de ser brasileiro.

Que deus continue dando muita saúde sabedoria e usando Bolsonaro conforme a Sua Vontade. Se assim Ele quiser, ainda há muitas páginas de

Bolsonaro a serem escritos, por ele próprio e por todos que acreditam que o Brasil, tem jeito, sim! (Bolsonaro, 2017, p. 189).

A citação acima corresponde ao término da biografia escrita por Flávio Bolsonaro. O filho do ex-presidente do Brasil mais uma vez projeta no pai o papel de mito. Por mais que a citação acima Flávio reitere que Jair Bolsonaro não é o salvador da pátria, mas sim um patriota, o tom da biografia assume um caráter voltado ao caráter mitológico da figura deste político.

Para Eliade (1998), os mitos são constantes elementos das narrativas, especialmente da narrativa literária. O caráter épico dos mitos se encontra facilmente na narrativa épica e no romance e por mais que a partir do século XIX tenha havido um processo de dessacralização social, onde o modelo científico praticamente solapou princípios emocionais e mitológicos, o mito continua resistindo e existindo como um elemento de coesão social. Jair Bolsonaro assume o papel de lutador, de patriota, de agente da moralização da sociedade. Deste modo, os movimentos ativistas, dentre eles o movimento gay são enxergados como elementos de divisão da sociedade, ferramentas de desagregação social e que impedem a união do povo em prol de um país melhor, mito inclusive característico do tipo ideal militar.

Assim, em muitos aspectos a ascensão de Bolsonaro, nas redes sociais, passou a responder à emergência de um núcleo político capitalizado pela militância procurava-se a antítese do petismo, e de quebra contrárias aos consensos que o PT compartilhava com as forças políticas de centro. O pré-candidato à Presidência da República sabia o quanto esse corpo a corpo era importante para as suas pretensões políticas (Saint-Clair, 2018. p. 346 e 347).

Além de ter preenchido o vácuo político existente em relação a um candidato de direita que representasse os valores mais conservadores da sociedade, Bolsonaro é um político potencializado pelas redes sociais, por isso é importante mostrar o contraponto feito por Saint-Clair em relação à biografia de Flávio Bolsonaro, pois esta última foi construída já como uma estratégia de popularização de Bolsonaro e de uma ferramenta de propaganda a sua candidatura, enquanto a primeira pautou-se por elementos mais objetivos buscando compreender o fenômeno político que o atual chefe do executivo brasileiro representa.

Um dos estudiosos do processo eleitoral de 2018, foi o sociólogo e cientista político Jairo Nicolau, autor da obra *O Brasil virou à direita: Uma radiografia da eleição de Bolsonaro em 2018*. Nesta obra tal autor defende a tese de que a eleição de

Bolsonaro é a consequência de um processo de desgaste da política representativa brasileira que culminou com o surgimento da Nova República, período que se iniciou no Brasil a partir de 1985. A instabilidade da política brasileira no período de 2015 e 2017 não foi suficiente para abalar a crença dos analistas políticos de que o pleito de 2018 seguiria o mesmo padrão que se repetia desde 1994 nas eleições presidenciais. Se o PT e o PSDB polarizaram a disputa presidencial por duas décadas, por que isso não aconteceria novamente? A premissa que orientava a análise dominante era que para vencer, ou pelo menos passar para o segundo turno, um candidato necessitava financiar a sua campanha dispor de um tempo razoável no horário da propaganda eleitoral e construir uma rede de apoios nos estados, preferencialmente naqueles com maior população (Nicolau, 2018, p.19).

Jairo Nicolau conseguiu traçar o cenário em que se deu o processo eleitoral de 2018. Desde 1994 as forças políticas que se mostravam competitivas para ocupar a presidência do Brasil giravam entre duas forças, o PT pela esquerda ou pela centro-esquerda e o PSDB que, mesmo tendo nascido com políticos simpatizantes à esquerda moderada europeia, aliava-se à direita da socialdemocracia. Com o *impeachment* de Dilma Rousseff, o desgaste do governo do PT e a impopularidade de Michel Temer aliada ao espaço que a *Operação Lava Jato* obteve na imprensa, fez com que Jair Bolsonaro se tornasse um nome politicamente relevante e competitivo.

Nicolau (2018) enxerga na trajetória de Jair Bolsonaro um detalhe interessante. Após uma saída ruidosa e polêmica do Exército, conforme exposto, a trajetória parlamentar de Jair Bolsonaro como deputado federal durante cinco legislaturas foi tímida. Tal pensador concebe os três primeiros mandatos de Bolsonaro como sendo folclóricos e de pouca expressividade. Flávio Bolsonaro (2017) discorda dessa premissa e enxerga em Jair Bolsonaro um político coerente na defesa de valores conservadores, como pátria, família e propriedade. O *slogan* da campanha de seu pai, “Brasil acima de tudo, e Deus acima de todos” seria uma forma de síntese das ideias defendidas.

Saint-Clair discorda de Flávio Bolsonaro e concorda com a premissa defendida por Jairo Nicolau. Além da estratégia de campanha bem montada, tal biógrafo defende a tese de que a exposição e imagem de mito, constituídos como sujeito destemido e corajoso, inimigo da esquerda, explica seu fortalecimento no imaginário popular. Saint-Clair vê na biografia produzida por Flávio Bolsonaro, mais um elemento cultural e propagandístico da construção da figura de Jair Bolsonaro como presidenciável.

Admite Saint-Clair que nesse quesito, Jair Bolsonaro é catedrático e se apresenta como salvador da pátria, o único sujeito capaz de restituir valores patrióticos ao seio de uma sociedade corrompida e esfacelada, o que associava à nossa linhagem política de líderes ultraconservadores mundo afora, como Donald Trump nos Estados Unidos e, Marie Le Pen, na França (Saint-Clair, 2018, p. 321). Desta forma, Bolsonaro faz parte de um fenômeno mundial presente na segunda década do século vinte e um de lideranças populistas de cunho radical e carismático que questionam o sistema eleitoral vigente e os valores da esquerda, colocando-se como defensores da tradição e a volta às origens nacionais. As redes sociais facilitaram que políticos da verve de Bolsonaro encontrassem espaço e aceitação de parte do eleitorado, tornando-se dessa forma politicamente viáveis.

Jacques Rancière estudou essa questão na obra *O Ódio à democracia*. Nesta Rancière disserta sobre o processo de ascensão de políticos de feições nacionalistas e que questionam a democracia institucional. Segundo Rancière (2014), fenômenos dessa estirpe representam um ódio à democracia representativa, mas não o ódio como apressadamente este vocábulo pode ser entendido, mas o questionamento da política como um elemento somente voltado a manutenção de grupos de poder e de elites burocráticas.

A discussão de valores relacionados à vida, à defesa dos aspectos regionais e nacionais frente ao aspecto mundial e universal, além da vinculação de figuras políticas à ideia de identidade regional tornaram-se objetos de discussão política e de mobilização popular a qual figuras como as de Bolsonaro representam. No próximo capítulo será apresentado a identidade regional dos biografados que serviu para que os biógrafos pudessem produzir estas biografias e construir o perfil dos indivíduos que compõem essa biografia.

7. A IDENTIDADE REGIONAL DOS EX-PRESIDENTES BIOGRAFADOS

7.1 A mineiridade como forma de identidade: Juscelino Kubitscheck e Dilma Rousseff

A questão da identidade é uma das discussões que mais suscitam debates no campo acadêmico nos últimos anos. Muito se discute acerca do que seja a identidade e há duas visões mais ou menos hegemônicas que rivalizam nesse campo a visão fixista e a visão discursiva. Enquanto a primeira defende que a identidade é algo pouco mutável, a segunda afirma que a identidade é um jogo discursivo podendo ser modificada, reescrita e readaptada conforme os interesses estéticos, políticos e literários envolvidos em questão. Um dos maiores estudiosos desse tema, o pesquisador jamaicano, Stuart Hall dedicou-se em estudar com profundidade tal assunto. Segundo Hall,

o sujeito assume identidades diferentes em diferentes momentos, identidades que não são unificadas ao redor de um “eu” coerente. Dentro de nós há identidades contraditórias, empurrando em diferentes direções, de tal modo que nossas identificações estão sendo continuamente deslocadas [...]. A identidade plenamente unificada, completa, segura e coerente é uma fantasia. Ao invés disso, à medida que os sistemas de significação e representação cultural se multiplicam, somos confrontados por uma multiplicidade desconcertante e cambiante de identidades possíveis, com cada uma das quais poderíamos nos identificar – ao menos temporariamente (Hall, 2003, p.13).

A citação de Stuart Hall deixa clara a ideia de que as identidades são múltiplas e por vezes contraditórias. Deste modo, um indivíduo pode reforçar a identidade de nascimento, pode negá-la ou até mesmo reconfigurá-la. No caso dos biografados, Dilma e Juscelino pertencem a Minas Gerais, estado que desempenha um papel importante na história política, econômica e social do Brasil desde a época da mineração. Há a existência inclusive de um conceito chamado de mineiridade, que seria um modo pela qual os mineiros se comportam e pela qual eles são conhecidos ao redor do Brasil e são representados culturalmente. Em uma entrevista realizada o já falecido escritor mineiro, Pedro Nava se posicionou da seguinte forma em relação à identidade mineira.

Eu acho que ‘mineiridade’ tem um certo conteúdo patriótico que me aborrece. Ao passo que a ‘mineiragem’ tem um pouco de malandragem, rima com malandragem. Dá a impressão de um certo golpismo, de um certo carioquismo, de uma maneira do sujeito se safar, sair de uma situação ruim.

Porque o que caracteriza o carioca é a situação em que ele se mete (Nava, 1984, p. 10).

Nota-se pela interpretação das palavras de Pedro Nava que ele reconhece a complexidade do tema. A noção de ser mineiro e de mineiridade é uma forma pela qual os mineiros querem ser vistos e entendidos pelos outros brasileiros e algo que faz parte inclusive do próprio imaginário social deste estado. Halbwachs (1990) concebe a identidade como ligada a um contexto histórico e social específico. Ter uma identidade é pertencer a uma cultura e pertencer a uma cultura é fazer parte de uma determinada historicidade e de um espaço geográfico determinado. Ser mineiro é nascer em Minas, estar neste estado e se identificar como tal. De Minas emergiram nomes de personagens históricos de destaque da história do Brasil como Tiradentes, Aleijadinho, Coronel Fabriciano, Pedro Nava, Carlos Drummond de Andrade e os próprios biografados que são objeto de estudo da tese.

O biógrafo de Juscelino Kubitschek, Cláudio Bojunga, assume diante do ponto de vista de seu biografado como sendo o da identidade de um mineiro alegre, tranquilo e equilibrado. Bojunga (2010) concebe Juscelino como um político visionário, fruto típico de Minas Gerais, o homem que mesmo proveniente de uma família humilde superou barreiras e tornou-se presidente, liderando um dos períodos mais otimistas da história brasileira. Quanto a Dilma Rousseff, a imagem construída é diferente. Dilma fora criada para ser uma bailarina e uma representante das classes mais abastadas. Tudo convergia para isso até o momento em que Dilma ingressou no ensino médio e começa a ser simpática a ideias de esquerda. Com o golpe civil-militar de 1964 e o endurecimento da ditadura no Brasil, Dilma acabou aderindo à tese da luta armada, vindo a ser presa. Na prisão, foi torturada e depois absolvida. A mineira abastada de vida pacata adquire outro perfil de vida: a tecno-burocrata que se torna política. Pensando em tais aspectos, ao se pensar a identidade mineira as biografias de Juscelino e de Dilma representam posturas diferentes em relação ao tema identidade. A mineiridade de Juscelino é essencialista e conservadora, mesmo superando as dificuldades típicas de alguém que pertence à classe média baixa, Juscelino conserva o caráter cordial e conciliador atribuído aos mineiros. Em relação à Dilma a situação é diferente, pois tal personagem histórica é uma mulher que rompe com a história de vida determinada pelo meio social onde foi criada, vira guerrilheira, posteriormente tecno-burocrata e já na maturidade o cargo de principal mandatária do Brasil.

Desta forma, segundo Tício Escobar, as identidades são coisas em processo contínuo de modificação, alterando-se ao longo do tempo. Juscelino Kubitschek assume diante do ponto de vista assumido pelo biógrafo a identidade de um mineiro alegre, tranquilo e equilibrado. Bojunga (2010) concebe Juscelino como um político visionário, fruto típico de Minas Gerais, o homem que mesmo proveniente de uma família humilde, supera barreiras e torna-se presidente. Com o golpe civil militar de 1964 e o endurecimento da ditadura no Brasil Dilma aderi à tese da luta armada, vindo a ser presa.

7.2 O ponto de vista de vista do biógrafo de João Figueiredo sobre a identidade: o caráter militar e o apeço pela cultura gaúcha

João Figueiredo foi o último presidente da ditadura civil-militar brasileira. Segundo Pasqualette (2020), tal político exerceu a função de militar desde a sua juventude, tendo estudado num colégio militar onde aprendeu noções rígidas de disciplina e de hierarquia militar. Por causa disso, Figueiredo desenvolveu um senso prático da vida e uma visão voluntariosa e belicosa no que se refere à política e às relações sociais. Estes traços tentaram ser flexibilizados a partir do momento em que 1979 ele assumiu a presidência, todavia o próprio Figueiredo sempre demonstrou interesse em expor sua predileção pelos cavalos, seu apego ao espírito militar e a sua predileção por esportes. Em realidade, o presidente acabou marcado por sua ira que se manifestava tanto no conteúdo de suas declarações públicas como na própria linguagem corporal de Figueiredo. Para muitos, o “general que se tornou presidente era refém do próprio temperamento, incapaz de conter com seus surtos de raiva” (Pasqualette, 2020, p. 387).

A citação acima corrobora com a imagem pela qual Figueiredo ficou conhecido e que o biógrafo desde o início da biografia concebeu o biografado. Na visão de Pasqualette (2020), Figueiredo, mesmo com a importância que teve na história do Brasil por ter assinado e conduzido a anistia política, era um indivíduo irascível e polêmico. Não possuía paciência para tratar de conchavos políticos, era afeito ao cotidiano militar, onde o inimigo deve ser sempre conhecido, estudado e em determinados casos abatido e enxergava a política como um terreno propício a dissimulação.

Quando se pensa no papel do militar na gestão pública, um estudo importante é o ensaio acadêmico publicado pelo sociólogo Celso Castro denominado *O espírito*

militar. Nesta obra Celso Castro buscou mostrar o processo de formação da mente militar. A originalidade dessa obra se deu em pesquisar o cotidiano militar analisando o modo de atuação desse segmento social, suas estratégias, códigos e formas de atuação. Considera Castro (2021) que a mentalidade militar no Brasil passou por diferentes épocas e formas de expressão, porém aquela que forjou o modo pelo qual os militares são conhecidos como indivíduos rígidos, presos a hierarquia e determinados a lutar pela pátria se forjou entre a primeira e a segunda guerra Mundial. Tal autor expõe que o Exército Brasileiro, em especial, o ato oficialato teve treinamento com o exército prussiano, que deu origem posteriormente ao exército alemão. Esse contato permitiu que se desenvolvesse a noção de código de guerra, de honra e a noção de que é preciso obedecer de forma incontestável as instâncias superiores. Com as modificações na doutrina bélica introduzidas na Primeira Guerra Mundial, ficou claro que alguns setores militares que o regulamento de 1913 teria de ser modificado em breve, dentre eles, destacou-se um grupo de oficiais que estagiaram no Exército alemão antes da guerra, conhecidos como “jovens turcos”, Através principalmente da revista *A Defesa Nacional*, eles insistiram de que a formação do oficial fosse realizada durante toda carreira, não se resumindo aos anos na Escola Militar.

Em 1918, uma reforma introduziu várias modificações na Escola Militar do Realengo. As principais mudanças foram a) regime militar de maior enquadramento, com a organização de um Corpo de Alunos composto de unidades de quatro Armas e subordinados ao comandante da Escola; b) inclusão no currículo de maior número de disciplinas diretamente relacionadas com o ensino profissional; c) atribuição de coeficientes maiores às notas finais de disciplinas militares; d) instituição de provas práticas para os oficiais candidatos ao ingresso no quadro de instrutores da escola. (Castro, 2021, p.176 e 177). A modificação citada por Castro mudou a forma pela qual os militares se organizaram e permitiu ao exército um destaque frente às outras duas forças armadas, Marinha e Aeronáutica. A admissão da influência do exército prussiano sobre o modelo de atuação militar influenciou toda a geração de militares a partir de 1918. João Figueiredo formou-se nesse período, seguindo exemplo de seu pai, que também fora membro do Exército. Pasqualetto (2020) menciona durante grande parte da biografia de João Figueiredo que esse biografado era um amante do Exército e dos hábitos militares. Figueiredo enxergava na bravura, na força e na lealdade aos compromissos com a pátria posturas fundamentais de um cidadão. Segundo Pasqualetto (2020), estes princípios moldaram a identidade de João

Figueiredo, tanto como militar quanto como chefe do poder Executivo Brasileiro de 1979 a 1985, período em que Figueiredo foi presidente da República do Brasil. Pode-se afirmar que a identidade de Figueiredo, diferentemente de Dilma Rousseff e de Juscelino Kubistchek não se dava por sua ligação com a mineiridade. Figueiredo era filho de militar e nascera no estado do Rio de Janeiro.

Apesar disso, por causa de seu pai, que era um militar de destaque, o ex-presidente do Brasil teve que mudar muitas vezes o seu local de moradia, portanto Figueiredo não tinha uma ligação identitária mais ou menos fixa com algum estado da mesma forma que os outros biografados estudados nesta tese. Mesmo assim, Figueiredo como mencionado anteriormente nesse texto, é um apreciador de cavalos e da equitação. Tais características tendem a ser associadas ao povo gaúcho. É importante mencionar que durante seu processo de formação militar, Figueiredo morou um tempo no Rio Grande do Sul, estando presente na cidade de Alegrete, município de fronteira com a Argentina. Neste local Figueiredo teve contato com o gaúcho da fronteira, associado com a imagem do homem temente à terra, às tradições, ao churrasco e ao chimarrão. Tau Golin, historiador e sociólogo gaúcho, desenvolveu reflexões em sua obra *A Ideologia do Gauchismo sobre essa questão*.

Golin (1983) advoga a tese de que a ideia de gaúcho é idealizada e foi capturada pelas elites rio-grandenses como um símbolo cultural. A partir das primeiras décadas do século passado, parte da elite riograndense usou a imagem do gaúcho como uma forma de se representar o que é o Rio Grande do Sul e como um ethos identitário. Outro detalhe mencionado por Golin é o fato de que os componentes da elite agrária gaúcha tinham uma ligação estreita com o mundo militar, sendo muitos soldados ou brigadianos, nome dado à polícia militar gaúcha, filhos ou descendentes dos antigos estancieiros gaúchos. João Figueiredo teve contato com essa formação de representação social e por uma questão de afinidade pessoal e até mesmo ideológica, dado o apreço dado a este personagem histórico pelo aspecto da bravura e da ligação com o modo de vida rural, identificou-se com esse modelo de vida. Na série de ensaios acadêmicos e literários, *Nós os Gaúchos*, Figueiredo expôs em uma entrevista realizada com os pesquisadores Sérgio Gonzaga e Luís Augusto Fischer que publicaram o livro *Nós, os Gaúchos*.

Em tal obra esses dois pesquisadores abriram espaço para diferentes estudiosos poderem se posicionar e refletir sobre o que é o Rio Grande do Sul e sobre a importância da cultura desse estado para a economia, sociedade, história e

literatura. Entre tantas entrevistas, destaca-se uma feita com Joao Figueiredo onde os dois pesquisadores citados na página anterior perguntaram ao ex-presidente da República qual foi sua impressão ao conhecer o Rio Grande do Sul e ter contato com a figura do gaúcho da fronteira. A resposta de Figueiredo foi a seguinte:

Guri que era, minha primeira impressão foi a cordialidade da acolhida. Restrito no Rio, dos muros do quartel morando numa casa colada ao regimento, senti no Alegrete, em Uruguaiana e em Porto Alegre, o sentimento de liberdade até então desconhecidos. Montar a cavalo “campo afora” era uma dádiva dos céus. Essa liberdade pessoal aos poucos me permitiu que eu fosse me identificando com a maneira de ver, perceber as coisas o modo de proceder dos companheiros gaúchos. As desavenças que às vezes surgiam, fruto das brincadeiras que faziam por eu ser carioca, serviam para moldar meu temperamento. Meu linguajar e minhas atitudes passaram a ser a ser o que via e gostava dos guris gaúchos (Figueiredo IN Sérgio Gonzaga & Luís Augusto Fischer, 1998, p. 28-29).

Nota-se a identificação de Figueiredo com a cultura gaúcha e com o estereótipo criado do gaúcho da fronteira. Pasqualetto (2020) ao construir o perfil biográfico de João Figueiredo destaca essa ligação do último presidente do regime civil-militar com o modo de vida belicoso e com a ligação com a terra. Observa-se que o biógrafo assume o papel de identificar o biografado com um modelo identitário complexo, nascido no Rio, criado no Rio Grande do Sul, formado como militar do exército, chegando a se formar general, maior posto do exército e por último presidente do Brasil, cargo segundo qual o biógrafo de João Figueiredo fora exercido por este como sendo uma sina e uma missão, mas sem nenhum tipo de prazer pessoal por parte de João Figueiredo.

7.3 O ponto de vista do biógrafo de Lula sobre a identidade: o caráter de sobrevivente e o apreço pela identidade nordestina

O biógrafo de Lula, Richard Bourne narra já no início de sua biografia a relação indissociável do seu biografado para com a região Nordeste. Lula é um dos tantos exemplos de migrantes nordestinos que em busca de melhores condições de vida migra para a região Sudeste. O próprio título da biografia *Lula do Brasil*, serve como uma metáfora ou metonímia para identificar um indivíduo que chegou à presidência do seu país, obtendo uma história de vida parecida como a de muitos brasileiros. Bourne (2009) deixa claro que, na década de cinquenta, período no qual Lula e sua família migraram para o Sudeste foi um período em que a migração nordestina para o Sudeste foi significativa. Em busca de melhores condições de vida, muitos nordestinos saíram do estado onde nasceram e foram tentar a sorte em São Paulo.

Vasconcelos (2004, p. 75) discute a questão que envolve a particularidade da identidade nordestina frente à ideia de nacionalidade brasileira. Para tal pensadora a partir da década de 1930, em especial na época do Estado Novo, período em que Getúlio Vargas governou como ditador, começou a se moldar a imagem de nacionalidade brasileira, que foi centrada nas regiões Sul e Sudeste do país, eleitas pela elite cultural e econômica brasileiras como locais privilegiados para a industrialização do Brasil. O Nordeste ficou associado no senso comum como um local pobre e atrasado. Compreende essa pesquisadora que essa questão já tinha motivado a existência de muitos romances da chamada geração de mil novecentos e trinta, grupos de escritores brasileiros, muitos deles de origem nordestina que por meio de seus romances discutiam mazelas da região Nordeste como a fome, a pobreza, o coronelismo e a desigualdade social. O que se iniciaria nos anos trinta, consolidou-se nos anos cinquenta e sessenta do século passado, o Sudeste foi escolhido como a região privilegiada para concentrar a riqueza e a industrialização do Brasil.

A vida de Lula e de seus familiares é uma prova disso, sua região de origem, o Nordeste, assume o aspecto de um local pobre, árido e incapaz de poder proporcionar qualquer felicidade, restando somente a possibilidade da imigração. Bourne (2009) dedica um espaço considerável na biografia de Lula para fazer uma diferenciação entre a vida de Lula e de seu grupo familiar no Nordeste onde a miséria e a falta de assistência de condições básicas para uma boa qualidade de vida prevaleciam e a difícil, mas significativa ascensão de Lula e de seus irmãos, em Santos e depois na cidade de São Bernardo, região conhecida como ABC Paulista. Ali, Lula forma-se torneiro mecânico, começa a trabalhar numa região pujante para a economia brasileira da época, torna-se líder sindical e funda um partido que tempos depois se tornará o maior partido de esquerda da América Latina, o PT.

Sobre esta agremiação partidária, Bourne (2009, p.102) pontua que Lula sempre despertou um papel de liderança mesmo que o Partido dos Trabalhadores desde sua fundação seja formado por diferentes correntes, algumas de perfil mais revolucionário e outras de inspiração mais social-democrata e de viés católico popular. Neste sentido, a história de vida de Lula, um migrante nordestino que sai de Pernambuco para escapar da pobreza, serve como uma metáfora para expressar a possibilidade de melhoria de vida e luta das classes populares em prol de melhores condições de vida.

O Nordeste assimilou, conforme pontua Novais e Silva (2011, p.18), o papel da narrativa do acontecimento, o fato que desencadeia um momento de clímax não só na história do biografado de Richard Bourne, mas de muitos brasileiros que vindo também do Nordeste como Lula conseguiram superar as adversidades. Bosi (1987) argumenta que a figura do nordestino na literatura brasileira do século passado independente do caráter heroico ou anti-heróico está ligada ao padrão de um sujeito individual ou coletivo, sofrido ou resistente, que quando supera as dificuldades colocadas em sua vida, assume o papel de um sobrevivente e revela mesmo que inconscientemente a possibilidade de superação das desigualdades brasileiras. Bourne(2009) menciona além desses aspectos em relação à origem nordestina de Lula, a presença de intelectuais ligados ou simpáticos ao PT que são da mesma forma que Lula de origem, nordestina, havendo a menção a Paulo Freire, pernambucano como Lula e que apesar de egresso da classe média nordestina, Freire assiste ainda na mocidade ao empobrecimento de sua família e tem contato com a realidade social da qual Lula se origina, a pobreza, o acesso dificultado ao estudo, a desigualdade social e a falta de instrução intelectual.

Paulo Freire (1986) menciona em sua obra a chamada ética da escassez, aquela segundo a qual os moradores de comunidades periféricas têm de aprender a viver com os poucos recursos que possuem. Na falta de dinheiro e de outros bens simbólicos importantes estes moradores necessitam criar estratégias de sobrevivência e de autoajuda como forma de sobreviverem frente a um contexto que muitas vezes lhe é desfavorável e hostil. Freire (2003) defende uma educação que fosse problematizadora, que não se contentasse em repassar informações, mas que mobilizasse o educando a refletir e a se perguntar o porquê das coisas. Ao se estudar um grupo social subalterno à leitura de mundo se dá na consciência e no reconhecimento do indivíduo de que ele ocupa uma posição inferior socialmente, mas que sua forma de pensar e de se organizar é legítima e pode transformar a realidade que lhe é adversa.

O legado de Freire é seguido por Loureiro que aproxima as reflexões freireanas sobre educação e meio ambiente para o campo da educação ambiental. Assim, a comunicação popular depende da educação popular para ser feita em sua completude, e potencializa esta por seus meios que comunicam, envolvem e mobilizam para a intervenção social e para o gosto em conhecer (Freire, 2003, p.70).

Nota-se que para Freire o cerne de sua teoria é o saber popular, a capacidade que as pessoas mais humildes têm de se expressar e de interpretar o mundo. Entendia Freire que não pode haver sociedade democrática e justa onde o saber popular seja desvalorizado. Desta forma, o pertencimento e o vínculo a uma determinada realidade, faz parte do saber popular e este elemento está ligado a aspectos subjetivos e a sensibilidade estética e a ideologia humana, chocando-se geralmente com o entendimento jurídico e com a atuação do estado como um agente de manutenção da ordem e do domínio burguês.

Althusser (1987) entende que na sociedade de matriz burguesa o poder e forma pela qual ele está assentado corresponde aos desejos da burguesia como classe ou grupo hegemônico. No modelo capitalista a propriedade é garantida pela compra ou recebimento de uma herança, sendo a legitimidade da propriedade garantida por sua relevância social e sua produtividade. Desta forma, os indivíduos como Lula que não descendem de famílias tradicionais e ligadas a setores da burguesia e da classe média instruída brasileira, tendem a ser discriminados. O preconceito aparece no senso comum de que o nordestino é pobre, burro, ignorante e incapaz. A história de Lula e de tantos outros nordestinos que lutaram contra essa condição e conseguiram suplantar representam um modelo de identidade nordestina bem sucedida e que mesmo tendo um caráter de sobrevivente, como é a história de vida de Lula, assume um papel de reafirmação da cultura nordestina.

7.4 O ponto de vista do biógrafo de Jair Bolsonaro sobre a identidade: o caráter e o apreço pela cultura militar do interior

O biógrafo de Jair Bolsonaro, Saint-Clair já no início da biografia desse político situa-o como um elemento pertencente ao estado de São Paulo. Saint-Clair(2018) enxerga Bolsonaro como um típico elemento do interior de São Paulo, um indivíduo proveniente de uma família humilde descendente de imigrantes italianos, filho de um dentista prático e de uma dona de casa católica fervorosa e zelosa pela criação dos filhos e pela manutenção da paz familiar. Estes elementos são comuns à representação que historicamente se fez em relação ao elemento regional paulista. É importante mencionar que na época do movimento modernista buscou se pensar uma identidade brasileira.

Segundo Arrigucci (1987) esta proposta desdobrou-se em duas vertentes que se chocaram. A primeira defendia um projeto nacional segundo o qual os elementos

nativos do Brasil deviam ser valorizados, e o que fosse estrangeiro tinha de ser assimilado à realidade brasileira. Outra vertente enxergava a nação como uma abstração e a realidade regional como um indicativo de que o ser brasileiro seria a união mais ou menos consensual e voluntária entre todas estas regionalidades do território brasileiro. De acordo com este pensador, a partir da década de quarenta do século vinte buscou representar a partir de sua literatura o elemento regional a qual estava geograficamente ligado. No caso paulista, o escritor que realizou tal empreendimento artístico e literário foi Guilherme de Almeida quem em seus contos expressou elementos da dualidade do ser paulista, sendo o paulista rural e o paulista urbano duas facetas dessa forma de regionalidade. Jair Bolsonaro pertencia à primeira categoria. Saint-Clair (2018) narra que as brincadeiras de Bolsonaro e de seus irmãos eram todas relativas ao cotidiano rural, como brincar no mato e com os animais, andar a cavalo, comer fruta e soltar pipa. O apreço de Bolsonaro à vida do campo, o contato com as fazendas de café e o cotidiano interiorano é valorizado pelo biógrafo de Bolsonaro como um elemento formador da personalidade deste.

Flávio Bolsonaro (2017), o filho mais velho de Jair Bolsonaro, reitera o amor de Bolsonaro ao campo e ao interior paulista, percebendo nisso a formação do espírito conservador que moldou esse político. A religiosidade da mãe de Bolsonaro, Olinda Bonturi, o ódio ao comunismo e a toda ideologia de cunho esquerdista ou que colocassem em xeque seu modo de vida interiorano e de sua vida minimamente tranquila entre seus pais e irmãos. Arrigucci (1987) concebe que a expressão do paulista interiorano na literatura de Guilherme de Almeida e de outros escritores paulistas se mostra sobre dois formatos. Ora o indivíduo permanece no interior e demonstra certa aversão ao modo de vida urbano, ora o indivíduo do interior busca a ascensão social migrando para a cidade. No exemplo de Jair Bolsonaro seu processo de êxodo rural se dá no momento em que este passa no Concurso da Academia de Agulhas Negras (AMAN) e ingressa na vida militar.

Segundo Saint-Clair (2018, p.90), os primeiros meses de Bolsonaro no Exército Brasileiro foram difíceis. O atual chefe do Executivo Brasileiro tinha dificuldade em física e matemática, mais especificamente na segunda, especialmente no que se refere aos conteúdos de geometria, mas compensa isso com sua facilidade em exercícios físicos e em conhecimentos geográficos, destacando-se aqueles decorrentes da regionalidade paulista. O nome dos rios e dos afluentes paulistas eram conteúdos pelos quais Bolsonaro demonstrava ter grande conhecimento.

As dificuldades apontadas acima, fruto de um ensino primário realizado em uma região pobre do interior de São Paulo, foram superadas segundo Saint-Clair(2018) pelo desejo de Jair Bolsonaro de continuar seguindo a carreira militar. Bolsonaro dedicou-se aos estudos e conseguiu superar os obstáculos estudantis, passou de ano e avançou na carreira militar. Em seus primeiros anos como militar a imagem do “Cavalão”, indivíduo forte e intempestivo fizeram com que o personagem biografado por Saint-Clair se tornasse conhecido. Neste momento percebe-se que há uma junção de identidades na figura de Jair Bolsonaro, o menino e jovem do interior se mesclam com o militar nacionalista e de valores morais sólidos e radicais.

Deste modo, a trajetória política de Bolsonaro possui semelhanças com a de João Baptista Figueiredo, todavia em diferença ao último presidente do regime civil-militar brasileiro que galgou altos postos na hierarquia militar, Bolsonaro abandonou a carreira militar ainda tendo o posto de capitão não tendo sido general, posto maior do Exército Brasileiro. Castro (2021) concebe a AMAN como a instituição responsável por moldar o espírito militar havendo uma tensão permanente entre o mundo de fora dos quartéis e o mundo de fora dele. O militar é ensinado a defender a nação, a proteger o território brasileiro e a abominar ideologias que dividam o tecido social. Certamente isso explica o motivo pelo qual em geral os militares tendem a ser contrários à esquerda e a terem apreço pela ideologia de direita de viés conservador, mas ao longo da história brasileira existem casos de militares ou de ex-militares que destoam dessa tendência, servindo como exemplo, Luís Carlos Prestes e Nelson Werneck Sodré. Para Castro (2021, p. 90) é comum também no militar a ligação com a sua região de nascimento. Por mais que o militar incorpore o espírito de defensor do Brasil, ele possui ligações afetivas com o estado de onde é proveniente, portanto o militar não raramente une o apreço regional e o espírito militar. Jair Bolsonaro é um exemplo disso, portanto estudar sua identidade regional e militar é algo importante para compreender sua história de vida, e o biógrafo Saint-Clair se utilizou disso para compreender o seu biografado.

8. SEMELHANÇAS E DIFERENÇAS DOS BIÓGRAFOS NA CONSTRUÇÃO DOS EX-PRESIDENTES JK, FIGUEIREDO, DILMA, LULA E BOLSONARO

Diferenças e semelhanças entre os biógrafos no processo de construção dos personagens biografados são aspectos que permitem que as biografias se assemelhem e ao mesmo tempo se distinguem entre si. No caso desta tese tem-se a construção dos personagens históricos Juscelino Kubitscheck, João Figueiredo, Dilma Rousseff, Luís Inácio Lula da Silva e Jair Messias Bolsonaro, cinco presidentes que governaram o Brasil. No início da biografia de Juscelino Kubitschek, o biógrafo Claudio Bojunga admite que “a aventura do nosso personagem transcende o bom-senso, incluindo imprudências que mudaram o rumo do país”. Por isso, segundo Bojunga, “o economista Celso Furtado chegou mesmo a associar JK a um descobridor do século XV” (2002, p. 15). O próprio biógrafo Claudio Bojunga expôs que:

Não quis apenas celebrar, mas também refutar três infâmias. Sobre JK veiculadas pelo udenismo estridente e pelos militares antigetulistas no período histórico que se seguiu ao 24 de agosto. Essas infâmias foram, em seguida, transformadas em mitos escolares pelos inquisidores de plantão da ditadura militar, muitos esquerdistas infantilizados e nacionalistas de palanque (Bojunga, 2010, p. 15).

Compreende-se que o biógrafo de JK faz uma defesa incontestada do seu biografado, buscando reconstituir a importância desse ex-presidente para a política brasileira. Bojunga mira sua crítica a UDN (União Democrática Nacional) partido de centro-direita, liderado pelo ex-governador do Rio de Janeiro, Carlos Lacerda, bem como questiona a tese segundo a qual Juscelino por meio da construção de Brasília teria elevado à inflação brasileira e aberto o caminho para a crise econômica e social que levou a instalação da ditadura civil-militar a partir de 1964.

O biógrafo de Dilma, Ricardo Amaral entende que:

Dilma foi condenada a um ano de prisão no IPM de Juiz de Fora, pelo artigo 36, e a um ano e um mês no Rio. Em São Paulo o juiz auditor carregou a mão na denúncia chamou Dilma de “papisa da subversão” uma das molas mestras e de uns célebres dos esquemas revolucionários postos em práticas pelas esquerdas radicais e obteve pena máxima: quatro anos. Em novembro de 1972, o Superior Tribunal Militar (STM) reavaliou os processos, fixou a pena total em dois anos e um mês de soltura da ré. Quando desceu da Torre das Donzelas, Dilma tinha completado dois anos e dez meses no cárcere. No saldo, nove meses além da pena imposta pelo tribunal militar (Amaral, 2010, p. 86).

Ricardo Amaral reconstituiu a trajetória de Dilma e mostrou a importância histórica do seu processo de formação como política e cidadã, observando como essa brasileira de classe média alta, nascida nos anos 1940, abandonou o sonho

de ser bailarina para tornar-se militante de esquerda. Diferentemente do biógrafo de JK que vai narrando as conquistas políticas do personagem, culminando na sua eleição em 1956, o biógrafo de Dilma aponta o momento dramático da ex-presidente que foi presa e torturada devido às suas ligações com a esquerda na época da ditadura. Conforme Amaral (2010), após Dilma sair da prisão, inicia-se o recomeço de sua vida que resulta no seu ingresso no Partido Democrático Trabalhista, PDT, a sua saída desse partido, o seu ingresso no PT, exercendo o cargo de Secretária de Minas e Energia, posteriormente ministra dessa mesma pasta no governo Lula. Quando se torna ministra de Lula, alcança destaque e notoriedade, o que leva a política mineira a ser nomeada ministra da Casa Civil e a ser indicada por Lula para ser presidente da República do Brasil. Pensa-se que possivelmente o que explique a diferença entre o fato da construção do personagem biográfico JK e Dilma não se dê somente pelo fato de um dos biografados estar morto e o outro vivo, mas também o gênero e a trajetória política de Juscelino que se diferencia da de Dilma.

Já o biógrafo de João Figueiredo, Bernardo Pasqualetto afirma sobre o presidente que

Sua leitura era diversificada. Gostava de os *Sertões*, de Euclides da Cunha, e de 1984, de George Orwell. Próximo de tomar posse como presidente da República, Figueiredo passou a ler sobre Economia, *Capitalismo e liberdade*, do economista norte-americano Milton Friedman e Macroeconomia, do seu futuro ministro do Planejamento, Mário Henrique Simonsen. Muitas vezes fazia as refeições lendo os países de serviço, hábito que levou para a Presidência da República (Pasqualetto, 2020, p.88).

Nota-se pela citação de Pasqualetto que João Figueiredo não era um militar com perfil intelectual, porém tampouco poderia ser considerado como parte da imprensa e da historiografia o via como um ignorante. Era um homem que apreciava a literatura brasileira canônica como seu apreço por *Os Sertões* de Euclides da Cunha e *1984* de George Orwell e apreciava uma obra clássica do liberalismo econômico, *Capitalismo e liberdade* do economista e filósofo estadunidense, Milton Friedman. Percebe-se que o biógrafo Bernardo Pasqualetto tenta desconstruir a imagem negativa de Figueiredo, mas não assume uma defesa apologética em relação a esse político. Pasqualetto (2020) não nega o aspecto explosivo de Figueiredo e inclusive critica a tentativa malsucedida de parte de sua assessoria de imprensa que no início de seu mandato buscaram transformar o último presidente da ditadura civil-militar brasileira em um homem simples, calmo e bonachão. Apesar

disso, em um aspecto da biografia nota-se a simpatia do biógrafo de João Figueiredo em relação a ele, que é o momento da assinatura por parte de Figueiredo da lei que criou a anistia.

Depois de quinze anos de instauração do regime militar, as principais lideranças políticas e exiladas em 1964 haviam retornado para o país. Não é exagero afirmar que nascia um novo Brasil naquele momento. Para a abertura política levada a cabo por João Figueiredo, a primeira fase fora concluída com êxito. O momento era de prosseguir com a direção pretendida (Pasqualetto, 2020. p. 133).

A anistia foi o momento que significou o princípio do fim do regime civil-militar, João Figueiredo foi eleito com a promessa de conciliar militares e civis e abrir espaço para que a democracia retornasse ao Brasil. No momento em que ele assina esta lei e permite que políticos perseguidos pela ditadura pudessem retornar dentre eles, Leonel Brizola, um dos maiores opositores desse regime, Figueiredo segundo Pasqualetto assume o papel de um líder com perfil de estadista que pensou no futuro da nação e não em seu mandato e em como sua figura seria lembrada posteriormente pela história.

Dosse (2009) compreende que a postura assumida pelo biógrafo ao criar uma biografia determina o estilo de narração que será construída. Pela hibridiz da biografia, o escritor da biografia se vê preterido a ter que unir aspectos históricos e literários, pois sempre se biografam pessoas que existem ou existiram na vida real, mas ao se transpor sua vida para o papel elementos da literariedade, como narração, personagens, tempo e espaço se encontram. Dosse chama a atenção também para um afã testemunhal que tem sido característico das biografias. Neste sentido, a biografia de Dilma assume esse caráter de modo mais sintomático do que a de Juscelino, pois Ricardo Amaral tenta mostrar como a história de Dilma tem a ver com as intempéries sofridas por parte da juventude brasileira que entre as décadas de 60 e 70 buscou lutar contra a ditadura civil-militar. Neste caso, é preciso destacar a importância do testemunho, pois o mesmo envolve sempre questões de disputa, marcado por quem manda quem obedece quem pode falar e aquele que é silenciado. O testemunho em primeira pessoa assume papel de destaque, aquele que fala por sua própria existência, dá à narrativa um caráter de vivência e emoção.

Evidentemente que o caráter testemunhal também perpassa a biografia de Juscelino, porém devido ao fato desse político ser morto e de sua morte ter ocorrido há mais de trinta anos, o próprio biógrafo Claudio Bojunga assume o papel de

testemunhar o legado que ele considera positivo da gestão de JK relacionando isso à vida desse personagem histórico. Nota-se pela análise dessa biografia que Bojunga enxerga a construção de Brasília, a atual capital do Brasil, como o acontecimento mais notório da gestão de Juscelino. Segundo Bojunga (2010, p. 734), “Brasília era também um grande artifício simbólico, que serviria para abrir o “cruzeiro de estradas” num território desocupado”. O próprio biógrafo faz uma analogia entre JK e o Velho do Restelo que recusava a glória de *Os Lusíadas*. As nobres façanhas, maldizendo a ambição e a soberba da conquista portuguesa.

O significado de Brasília para JK era simbólico e técnico: ruptura como legado colonial de submissão e desenvolvimento, voto de confiança nas potencialidades do povo brasileiro, possibilidade de integração nacional, demonstração de competência tecnológica, salto para a industrialização. A cidade radiosa tropical sintetizava o Programa de Metas. Do ponto de vista estético, diria T.S. Eliot, era o seu “combativo objetivo” (Bojunga, 2010, p. 740).

Brasília simbolizou para o governo JK a possibilidade de o Brasil romper com um passado de atraso e de subdesenvolvimento. Bojunga destaca que Juscelino foi corajoso ao realizar a transposição da capital do Rio de Janeiro para o Planalto Central. Tal ideia datava da época do Segundo Reinado, mas que nunca fora posta em prática. Juscelino em tempo recorde realizou tal feito, com significativo sucesso, por mais que o biógrafo aponte consequências geradas por essa mudança de local da capital, mas é evidente que o biógrafo de JK assume um ponto de vista favorável a tal empreendimento. Num determinado momento, Bojunga (2010, P. 751) postula que “a primeira capital da civilização do século XX fora construída com a garra do bucaneiro, mas agora ali estava no entroncamento de duas enormes estradas - a Belém-Brasília e a Brasília-Peru”.

Se Juscelino destacou-se devido ao seu biógrafo pela construção de Brasília Ricardo Amaral concebe a biografada Dilma como uma sobrevivente, uma mulher que resiste a tortura e que retoma para a política vocacionada a combater as desigualdades do Brasil e construir uma sociedade mais justa.

Aos 55 anos Dilma Rousseff era uma mulher madura, pessoal e profissionalmente realizada como poucas de sua geração. Conheceu a rebelião e a cadeia, a vitória e a derrota, verso e reverso da luta política. Aprender a ser frontal, como os gaúchos, sem perder a cautela dos mineiros (Amaral, 2010, p. 128).

Dilma Rousseff após a saída da prisão e o fim da ditadura galgou postos como secretária no serviço público, atuando inicialmente no Rio Grande do Sul e depois a nível nacional. Nota-se que o biógrafo de Dilma consegue chamar a

atenção para o fato desta representar o exemplo das mulheres pós a segunda onda do movimento feminista, que possibilitou que as mulheres conseguissem profissões no mercado de trabalho que outrora eram ocupadas pelos homens, principalmente no ramo político, ramo esse onde a presença masculina ainda é muito maior que a presença feminina.

Perrot (2005) destaca que a história das mulheres na maior parte do mundo está sob um aspecto de invisibilidade, porque a mulher viveu durante vários séculos enclausurada ou impedida de se manifestar publicamente. Quando se menciona o caso brasileiro a situação é ainda mais complexa, pois além da desigualdade social histórica que atinge diferentes classes sociais e os gêneros que compõem essa dada sociedade há um elemento adicional que é o histórico de machismo e de patriarcalismo na sociedade brasileira, relegando a mulher o papel de mãe e de guardiã do lar. A história de Dilma Rousseff destoa do destino as quais muitas mulheres foram relegadas e consegue a façanha de adquirir a simpatia e a confiança do ex-presidente Lula, vindo a ser indicada para ser sua sucessora no pleito de 2010.

Dilma Rousseff foi a primeira mulher a assumir a chefia da Casa Civil da presidência da República. A solenidade de posse, na tarde de terça-feira, 21 de junho, foi também a despedida de José Dirceu do governo do PT. Em seu discurso, o capitão do time chamou a sucessora de "camarada de armas". Ela o chamou de "companheiro de lutas" (Amaral, 2010, p. 144).

Dilma ao se candidatar ao cargo de presidente da República assume o apogeu de sua vida como política. Eleita presidente da República do Brasil, o biógrafo chama a atenção para o fato de Dilma ser um exemplo das conquistas e dos desafios da mulher em uma sociedade machista e ainda fortemente patriarcal, como a brasileira. Devido a isso, Joan Scott, destacada historiadora feminista, sempre buscou compreender a razão que estaria por detrás dessa emergência do feminino como categoria de reivindicação e de estudo histórico. Para tal autora, a postura das mulheres pode ser compreendida como:

Utilizo o termo " movimento" deliberadamente para distinguir o fenômeno atual dos esforços anteriormente disseminados por alguns indivíduos para escrever no passado sobre as mulheres, para sugerir algo da qualidade dinâmica envolvida nos intercâmbios no nível nacional e nos interdisciplinares pelos historiadores das mulheres, e ainda, para evocar associações com a política (Scott, 2011, p. 66).

Se Joan Scott enxerga o movimento que leva a mulher a alcançar destaque como categoria de interesse de estudo analítico e científico, tal autora enxerga o

movimento das mulheres como um processo contínuo de negociação entre a hegemonia masculina e o desejo de participação e de atuação feminina.

O biógrafo de João Figueiredo entende que sua figura assume um aspecto ambíguo frente ao que se significa o papel dos militares na ditadura brasileira. Se não se pode creditar somente a este grupo a instalação da ditadura de mesmo modo não se pode negar que eles foram um grupo dentro do possível coeso e que conseguiu por meio da violência física ou simbólica e por meio da autoridade que a instituição militar desempenha no Brasil manter o domínio político e reprimir sublevações populares. Pasqualetto (2020) destaca que Figueiredo tinha um trauma de infância em relação a regimes ditatoriais, pois seu pai, Euclides Figueiredo, um dos líderes da Revolta Constitucionalista de 1932 tinha sido preso pela ditadura do ex-presidente Getúlio Vargas e que depois de um tempo fora anistiado pelo político que ascendeu ao poder após a Revolução de 1930. Uma ironia da história consagrava-se o menino que viu seu pai que lutou pela democracia ser preso por seus ideais e depois anistiado pela principal autoridade política do Brasil na época, praticamente cinquenta anos depois teve o papel de articular a anistia aos indivíduos que foram perseguidos por uma ditadura civil-militar instalada em 1964 é fundada em 1985, o que para o biógrafo de Figueiredo já garante a este personagem histórico o necessário reconhecimento de que ele desempenhou mesmo que de forma paradoxal um papel importante na retomada da democracia do Brasil.

O biógrafo de Lula entende que seu biografado é um indivíduo que sobreviveu a pobreza e a miséria a que muitos sertanejos nordestinos estão relegados. Bourne(2009) chama a atenção para a trajetória de vida de Lula que nascido em uma região miserável do agreste pernambucano, migra na década de cinquenta do século passado para o estado de São Paulo e que com todas as vicissitudes que sua vida lhe proporciona, forma-se torneiro mecânico e torna-se um líder sindical. Nota-se que o momento em que Lula desponta como liderança operária faz com que o passado de migrante nordestino perca espaço para surgir o operário que busca melhores condições de vida para a sua classe trabalhista, mas que mesmo preso a questões salariais do operariado do ABC paulista, a figura de Lula adquire o formato de um símbolo de alguém que luta por todos os pobres do Brasil.

Pinto (2011) dois anos após a publicação da biografia escrita por Richard Bourne discute a dicotomia entre o Lula líder de esquerda e que cria um partido que reúne elementos da esquerda tradicional de inspiração marxista-leninista com uma

esquerda nova, egressa dos chãos de fábrica e do passado de miserabilidade e de desigualdade do Brasil. Bourne corrobora com essa visão e para o biógrafo de Lula, essas duas identidades estão presentes na figura de Lula, porém sua ligação com os mais pobres e sua identificação com o caráter desigual de renda do Brasil, tornam a figura do ex-operário do ABC paulista um sujeito histórico interessante, portanto nota-se que o biógrafo tem simpatia pelo seu biografado, todavia, não defende apologeticamente o biografado, mostrando as ambiguidades que permeiam tanto o Lula sindicalista, quanto o Lula presidente que muitas vezes enxerga o seu papel como chefe do Executivo Nacional como se fora um líder sindical ou um grevista.

Por último, o biógrafo de Jair Bolsonaro concebe a figura de Bolsonaro como um ser interiorano conservador ao extremo e que tem um acréscimo nesta forma de percepção a partir do momento em que se torna militar Saint-Clair (2018) entende que a caça que o Exército Brasileiro decide realizar a caça que o Exército Brasileiro decide realizar a caça a Carlos Lamarca, militar que rompe com a instituição e decide ingressar na luta armada de viés esquerdista serve como um momento determinante para que Jair Bolsonaro aceitasse abandonar o interior paulista e se decidisse pela carreira militar.

A carreira militar de Bolsonaro no exército é permeada de desafios, principalmente pelo fato da maior parte dos militares que ingressam na Aman serem provenientes da elite econômica e da classe média alta brasileira, enquanto Jair Bolsonaro era um indivíduo vindo da classe média baixa paulista. Seu vigor físico e seu desejo de superação aliado a ambição pessoal moldam o caráter nacionalista de Bolsonaro e tudo convergia para que este se tornasse capitão e chegasse ao mais alto posto militar do Exército Brasileiro. Apesar disso, em 1986, a polêmica em que Bolsonaro se envolveu sendo ele acusado de tramar um atentado no quartel carioca como forma de pressão ao reajuste militar e a instituição do décimo terceiro para esta categoria. Mesmo absolvido do processo administrativo a qual sofrerá, Bolsonaro entra para a reserva do Exército Brasileiro em 1988. Neste momento se encerra a carreira do Bolsonaro militar e nasce o Bolsonaro político que culminou na sua eleição em 1990 a vereador no Rio de Janeiro e posteriormente em sua eleição e suas quatro reeleições como deputado federal pelo estado carioca. Sendo a última em 2014, com o posto de deputado federal mais votado do Brasil. Este processo de identificação com bandeiras conservadoras e de direita permitiram que Bolsonaro

fosse eleito no último domingo do mês de outubro de 2018 o primeiro presidente militar pós a ditadura de 1964.

Por fim, pode-se admitir que os biógrafos enquanto narradores de seus biografados desempenharam o papel de construir suas narrativas por meio de um estilo de narração calcado no conhecimento dos seus biografados e na forma como eles atuaram. Percebe-se que são empáticos e compreensivos em relação aos biografados. A estratégia narrativa baseada na teoria de Pouillon (1974) de narrador onisciente, possibilita que se tenha uma visão ampla e calcada da personalidade dos biografados. Observa-se igualmente a interferência do meio social na formação de tais políticos, modelando-os a forma de atuação. Desta maneira, analisar a questão do biógrafo como narrador nas cinco biografias escolhidas exige que se interprete como tal questão está articulada em cada uma das biografias.

CONCLUSÃO

Pensar na construção dos personagens biográficos presidências é uma questão complexa e fascinante que faz parte de todo o histórico da biografia como gênero textual. Nascida na Grécia como um gênero que tinha o objetivo de contar a história de vida de personagens ilustres, a biografia contou a história dos santos e heróis medievais e depois deu ênfase a líderes importantes que com suas ações interferiram no curso da história mundial. Mesmo com essa caminhada histórica da biografia ao longo dos séculos, nas primeiras décadas do século vinte, a biografia caiu num descrédito, pois foi vista pelos historiadores das escolas dos *Annales* como sendo um gênero de narrativa dedicado somente aos grandes líderes, não conseguindo, segundo os historiadores de *Annales*, problematizar aspectos sociais mais relevantes, tais como quais as ações subjacentes na escolha destes líderes, quais as ideias presentes no momento em que o biografado viveu e como a sociedade da qual ele vêm influenciou sua vida e sua forma de agir.

Apesar disso, nas últimas décadas do século vinte e nas primeiras décadas do século vinte e um a situação se alterou. A biografia voltou a despertar o interesse da academia e do público leitor em geral de modo a serem produzidas biografias dos mais diferentes tipos como, por exemplo, biografias de esportistas, cientistas, artistas, pessoas comuns e autoridades políticas. Este último tipo de biografia é que essa tese se pautou. O estudo de dois ex-presidentes do Brasil nascidos em Minas Gerais e eleitos em um momento de transformações nas quais o Brasil passava fizeram com que o escritor dessa tese pensasse a questão da biografia política sobre esse viés.

Entende-se que os biógrafos dessas cinco biografias conseguiram narrar de modo interessante a vida daqueles que se propuseram a biografar. Mesmo assim, existem diferenças no ato de narrar em cada um dos biógrafos. Cláudio Bojunga assume um tom idealista em relação a Juscelino, enquanto Ricardo Amaral tem uma visão menos heroica de Dilma, mas não menos simpática a sua figura e ao fato de Dilma ter sido a primeira mulher eleita presidente do Brasil. O biógrafo Bernardo Pasqualetto, de João Baptista Figueiredo, busca reconstituir a figura de João Figueiredo e a influência dos militares na política brasileira, o biógrafo de Lula, Richard Bourne, tem uma visão menos idealizada de Lula, mostrando ambivalências e contradições de seu pensamento e atitudes como cidadão e político. No entanto, destaca a importância histórica de Lula como migrante nordestino que sobreviveu à

pobreza, tornando-se uma liderança sindical importante vindo tempos depois a ocupar a presidência da República do Brasil. Finalizando essa narrativa biográfica, o biógrafo de Bolsonaro é de todos os biógrafos o que menor tem simpatia pelo personagem que biografou, mas reconhece a importância de Jair Bolsonaro como um elemento que une pautas conservadoras e nacionalistas da direita brasileira e que as tornou competitivas e sedutoras para parte do eleitorado brasileiro, o que contribuiu para a sua eleição para a presidência da república em 2018.

Deve-se mencionar que os dois primeiros biógrafos mostraram também como o estado de Minas influenciou o modo de pensar tanto de Juscelino quanto de Dilma, mas ressaltam a trajetória diferente desses personagens. Juscelino assumiu a postura de um líder político tradicional. Vindo de uma família humilde, decidiu estudar, formando-se médico urologista e por meio das amizades com líderes políticos de Minas de sua época, JK consegue entrar na política. Destaca-se primeiro como prefeito da capital de Minas Gerais, Belo Horizonte. Numa gestão envolta de obras e realizações administrativas, Juscelino se credencia a ser governador de Minas, elegendo-se. JK é eleito governador de Minas no período em que Getúlio Vargas é eleito presidente da República pelo voto popular em 1950. Na gestão de Vargas que culminou com seu suicídio, Vargas deu atenção especial ao estado de Minas, instalando nesse estado a Companhia Siderúrgica Nacional. Com a morte de Getúlio Vargas, o clima de crise política toma conta do Brasil. Era preciso que houvesse uma liderança política equilibrada e com capacidade de lidar com os extremos políticos. A figura escolhida para isso foi Juscelino que lançou-se como candidato à presidência em 1956 e venceu o pleito deste ano. O período em que JK governou o Brasil cresceu apesar da forte inflação, a capital desloca-se do Rio de Janeiro para Brasília e o processo de industrialização se intensifica.

O biógrafo Cláudio Bojunga entende esse período como sendo uma época importante, os chamados “anos dourados”, tempo da juventude do próprio biógrafo como ele cita no início da biografia de Juscelino Kubitschek. Em relação à Dilma Rousseff, Ricardo Amaral divide a biografia em três partes. A primeira corresponde a infância e a adolescência de Dilma. Destaca-se nesta parte a vida da mineira nascida numa família de classe média alta, filha de um pai búlgaro, empresário do ramo da construção e uma mãe professora primária de uma família tradicional do Rio de Janeiro que sonhava ser bailarina e que teve uma educação católica e baseada nos padrões dos bons costumes da elite brasileira da época. A segunda parte corresponde à

juventude, época na qual Dilma começa a demonstrar interesse por ideias de esquerda e quando essa personagem histórica ingressa na luta armada. A terceira e última parte é o momento em que Dilma é presa pelo regime civil-militar, sendo depois libertada, decidindo viver em Porto Alegre, local onde começa uma nova vida como uma técnica administrativa de perfil burocrático que conhece anos depois Luís Inácio Lula da Silva, de quem se torna ministra e amiga.

Ricardo Amaral narra na última parte da biografia de Dilma seu destaque como ministra de Lula, seus combates com José Serra no primeiro e no segundo turno do pleito de 2010 e se encerra com a vitória de Dilma e sua preparação para a posse em 1º de janeiro de 2011 como a primeira mulher a assumir o principal cargo político administrativo do Brasil. Para se centrar nesse recorte temporal, o biógrafo Ricardo Amaral não analisa o primeiro mandato de Dilma sendo uma biografia que investiga muito mais o processo que levou Dilma a ser tornar mandatária do Brasil do que sua atuação neste cargo.

Os biógrafos dos presidentes militares, João Figueiredo e Jair Bolsonaro, reconhecem a questão da regionalidade e do *ethos* militar como elementos formadores da personalidade e da atuação política de ambos os políticos citados acima. Bernardo Pasqualetto considera o general Figueiredo uma figura complexa do ponto de vista histórico. Se por um lado Figueiredo não pode ser considerado um herói, também não assume o papel de vilão. Tal biógrafo concebe o ex-presidente da ditadura civil-militar brasileiro como sendo um indivíduo moldado conforme a mentalidade militar e que acidentalmente fora escolhido presidente do Brasil. O compromisso de Figueiredo foi o de assumir o poder e realizar a abertura lenta e gradual para o regime democrático. Apesar dos conflitos existentes dentro e fora da guarnição militar, de acordo com o biógrafo de João Figueiredo, este personagem histórico conseguiu realizar a anistia e ao fim de seu mandato com a eleição de Tancredo Neves, o regime civil militar instalado em 1964 findará. Há destaque por parte de Pasqualetto de uma identidade híbrida por parte de Figueiredo que nascera no Rio de Janeiro, mas que não se identificava com o modo de vida carioca, mas sim com o estilo gauchesco, sinônimo de bravura e valentia. Se não há uma defesa sistemática a Figueiredo, também não há uma crítica exacerbada ao mesmo, e sim o reconhecimento que mesmo com suas contradições e com sua postura irascível e pouco afeita a liturgia do cargo presidencial o reconhecimento de que Figueiredo fora

importante por ter realizado a anistia e ter assumido o compromisso de dar fim à ditadura civil-militar brasileira.

Saint-Clair, biógrafo de Jair Bolsonaro, demonstra pouca simpatia por seu biografado. Decide escrever a biografia sobre o mesmo para contrapor à biografia escrita pelo filho do ex-presidente, publicada um ano antes da eleição de 2018. Por enxergar um caráter apologético e propagandístico da figura de Bolsonaro, Saint-Clair entende que é preciso entender a trajetória política do ex-capitão do exército e deputado federal, representante da extrema-direita, mais votado do Brasil no pleito de 2014. O interessante é que apesar da discordância política e ideológica do biógrafo de Bolsonaro em relação a sua figura, Saint-Clair não demoniza Bolsonaro e narra elementos interessantes de sua vida, em especial, sua infância e adolescência no interior paulista e seu ingresso e manutenção nas Forças Armadas, mesmo com todas as dificuldades de alguém proveniente do interior de São Paulo de uma família humilde.

Richard Bourne, o biógrafo de Lula, realça o caráter simbólico da vida de Lula, um indivíduo nascido na parte mais pobre do Nordeste, o agreste pernambucano. Contando com a ausência de seu pai, Aristides, Lula foi um sobrevivente da pobreza brasileira, contando com a figura abnegada de sua mãe, Dona Lindu que junto de Lula e seus irmãos decide no início da década de cinquenta do século passado abandonar o Nordeste e ir em busca de uma vida melhor no Sudeste brasileiro. O biógrafo de Lula ressalta a importância da mãe de Lula para a sua formação profissional como torneiro mecânico e que a convivência na pujante região do ABC paulista na década de setenta e a proximidade com Paulo Vidal, proporcionaram a Lula a inserção na vida sindical e a formação do simbolismo de sua liderança política, um político de esquerda sem uma formação no marxismo clássico. Lula passa a ser considerado um líder intuitivo e sobrevivente da desigualdade de renda que caracteriza uma das mazelas do Brasil. Isso não impede Bourne de reconhecer os erros de Lula, sua dificuldade para separar a figura do líder sindical e a do chefe do poder Executivo Brasileiro a postura leniente de Lula com erros cometidos por seus companheiros de partido como José Dirceu, José Genoino e seu ex-ministro e hoje desafeto político e pessoal, Antônio Palocci.

Feita essas ressalvas, é chegado o momento em que se tem de responder a questão-problema desta tese que é a seguinte: Qual é a construção dos personagens biográficos Juscelino Kubitschek, João Baptista Figueiredo, Dilma Rousseff, Luiz

Inácio Lula da Silva e Jair Messias Bolsonaro? As respostas que se têm para essa pergunta é que eles constroem o histórico desses cinco personagens que venceram as dificuldades colocadas em seus caminhos para chegar à presidência. Percebe-se também que esses cinco políticos não desejavam ser presidentes da República desde o início de suas vidas, mas que contingências do destino os levaram à política e ao poder, assumindo o principal cargo do executivo brasileiro. Considera-se que os biógrafos assumiram papel de “guardiões da memória” nacional. Tais biógrafos narraram passagens que transformaram os personagens biográficos em figuras interessantes, numa linguagem que, em geral, favorecia o enaltecimento da vida dos biografados. Igualmente tais biografias pretenderam, a nosso ver, a preservação da memória política nacional, revelando aspectos que envolvem o processo de formação de uma liderança política e a sua eleição em um país complexo e multifacetado como o Brasil. Sendo a biografia política objeto de estudo dessa tese, também esta se torna uma fonte testemunhal importante sobre a recente história política do Brasil.

REFERÊNCIAS

ADORNO, Theodor W. **Notas de literatura I**. Rio de Janeiro: Editora 34, 2003.

AMARAL, Ricardo Batista. **A Vida quer é coragem**: a trajetória de Dilma Rousseff, a primeira presidenta do Brasil. Rio de Janeiro: Sextante, 2011.

ALMEIDA, Guilherme de. **Nós**. São Paulo: Oficinas de o Estado de São Paulo, 1917.

ALMEIDA, Alberto Carlos & GARRIDO Tiago. **A mão e a luva: o que elege um presidente**. Rio de Janeiro: Record, 2022.

ARISTÓTELES. **Poética**. Tradução e notas por Eudoro Souza. Porto Alegre: Globo, 1966.

AMARAL, Ricardo Batista. Disponível em: portalimpresa.com.br Acesso dia 20 de maio de 2016.

ALTHUSSER, Louis. **Ideologia e aparelhos ideológicos do estado**. Lisboa: Presença, 1987.

ARFUCH, Leonor. **O espaço biográfico: dilemas da subjetividade contemporânea**. RJ: EDUFRJ, 2010.

ARRIGUCCI JR., Davi. **Enigma e comentário**: ensaios sobre literatura e experiência. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

AZEVEDO, Luciene. Entrevista in: Faderuch, Anna. **Autoficção: do conceito teórico à prática literária brasileira contemporânea**. 2014

AZEVEDO, Luciene. **Autoficção: do conceito teórico à prática literária brasileira contemporânea**. 2014. 252 f. Tese (Doutorado em Letras) – PUC-RS, Porto Alegre, 2014.

Disponível em <https://repositorio.pucrs.br/dspace/handle/10923/5746?mode=simple>
Acesso em 03 de janeiro de 2023.

BAKHTIN, Mikhail. **Questões de literatura e de estética**: a teoria do romance. São Paulo: HUCITEC, 1990.

BASTOS, Pedro Paulo. Ascensão e crise do governo Dilma Rousseff e o golpe de 2016: poder estrutural, contradição e ideologia. Campinas; SP: Unicamp, **Revista de Economia Contemporânea**, 2012.

BENJAMIN, Walter. **Magia e técnica, arte e política**. São Paulo: Brasiliense, 1985.

BITTENCOURT, Gilda das Neves da Silva. **O ato de narrar e as teorias do ponto de vista**. Porto Alegre: EDUFRGS, 1999.

BOBBIO, Norberto. **Direita e esquerda: razões e significado de uma distinção política**. São Paulo: EDUNESP, 1995.

- BOLSONARO, Flávio. **Mito ou verdade**. Rio de Janeiro: Altadena, 2017.
- BOJUNGA, Cláudio. **JK: O artista do impossível**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2010.
- BOSI, A. **A história concisa da literatura brasileira**. São Paulo: Cultrix, 2011.
- BOURDIEU, Pierre. **A ilusão biográfica**. In: Amado, Janaína & Ferreira, Marieta M (orgs.). **Usos e abusos da história oral**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1996.
- BOURNE, Richard. **Lula do Brasil. A História real do Nordeste ao Planalto**. São Paulo: Geração Editorial, 2009
- CANDAU, Vera Maria (Org) **Rumo à nova didática**. Petrópolis; RJ: Vozes, 2013.
- CASTRO, Celso. **O espírito militar: um antropólogo na caserna**. Rio de Janeiro: Zahar, 2021.
- CARDOSO, Fernando Henrique. **O improvável presidente do Brasil: recordações**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2013.
- CARVALHO, José Murilo. **História da cidadania no Brasil: o longo caminho**. São Paulo: Civilização Brasileira, 2019.
- CLAIR, Saint Clóvis. **Bolsonaro: o homem que peitou o exército e desafia a democracia**. São Paulo: Máquina de Livros, 2018.
- CHIAVENATO, Idalberto. **Introdução à teoria geral da administração**. Rio de Janeiro: Campus, 2000.
- DOSSE, François. **O desafio biográfico: escrever uma vida**. São Paulo: EDUSP, 2009.
- ELAM, Diane. **Feminism and desconsctution**. New York: Routledge, 1994.
- ELIADE, Mircea. **Mito e realidade**. São Paulo: Perspectiva, 1998.
- FREIRE, Paulo. **Extensão ou comunicação**. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 1975.
- FREIRE, Paulo. **Ação cultural para a liberdade**. Rio de Janeiro: Paz e terra, 1980.
- FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.
- FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática docente**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996.
- FURTADO, Celso. **O mito do desenvolvimento econômico**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1974.

GASPARI, Élio. **A ditadura derrotada: o sacerdote e o feiticeiro.** São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

GENETTE, Gérard. **Discurso da narrativa.** Lisboa: Vega, 1982.

GOLIN, Tau. **A ideologia do gauchismo.** Porto Alegre: Tchê, 1983

GOFF, Jacques Le. **História e memória.** Campinas: Unicamp, 1990.

GONZAGA, Sergius & FISCHER, L. A. **Os gaúchos.** Porto Alegre: EDUFRGS, 1992.

GRAMSCI, Antônio. **Obras escolhidas.** São Paulo: Martins Fontes, 1978.

LEJEUNE, Philippe. **O pacto autobiográfico: de Rousseau à internet.** Belo Horizonte: UFMG, 2008.

LENIN, Discurso disponível em movimentorevista.com.br acesso em 20 de novembro de 2019.

LORIGA, Sabrina. **O pequeno X da biografia à história.** Belo Horizonte: Autêntica, 2011.

LORIGA, Sabrina. **A biografia como problema.** In: REVEL, Jacques (Org.). Jogos de escalas. A experiência da microanálise. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1998.

LOVE, Joseph. **A locomotiva: São Paulo na federação brasileira, 1889-1937.** São Paulo: Paz e Terra, 1982.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade.** RJ: Dp &A, 2003.

MARICATO, Ermínia. **Para entender a crise urbana.** São Paulo: Expressão Popular, 2000.

MARICATO, Ermínia. Realidade e Habitação de centros urbanos e habitação social. In: **Brasil, cidades: alternativas para a crise urbana.** Petrópolis, RJ: Vozes, 2001.

MATTA, Roberto da. **Carnavais, malandros e heróis: para uma sociologia do dilema brasileiro.** São Paulo: Rocco, 1997.

MARTINS, José de Souza. **Reforma agrária, o impossível diálogo sobre a história.** Revista Tempo Social. USP. Volume, 11, número 2. P.97-128, 2000.

MARX, Karl & ENGELS, Friedrich. **A ideologia alemã.** São Paulo: Hucitec, 1999.

MARX, Karl & ENGELS, Friedrich. **O capital: crítica da economia política.** Livro I. Trad. Rubens Enderle. São Paulo: Boitempo, 2008.

MIRANDA, Mauro Henrique. A narrativa biográfica no debate acadêmico contemporâneo: Uma contribuição bibliográfica. **Revista Brasileira de Pesquisa (Auto)Biográfica**, Salvador, volume 5, número 14, p.796-814, maio/ago, 2020

MITIDERI, André Luís Pereira. **Como e porque (des) ler os clássicos da biografia**. Porto Alegre:EDIPUCRS, 2011.

NAVA, Pedro. **Baú dos ossos**. São Paulo: Companhia das Letras, 1984.

PASQUALETTE, Bernardo Braga. **Me esqueçam - Figueiredo**: a biografia de uma presidência. Rio de Janeiro: Record, 2020.

PEREIRA, Bresser. **O processo histórico do desenvolvimento econômico**. Notas para uso em curso de desenvolvimento econômico na Escola de Economia de São Paulo da Fundação Getúlio Vargas. Versão de maio de 2007.

PERROT, Michele. **As mulheres ou silêncios da história**. São Paulo: EDUSC, 2005.

PINTO, José Nêumanne. **Que sei de Lula**. São Paulo: Topbooks, 2011.

RAMOS, Graciliano. **Vidas secas**. Rio de Janeiro: José Olympio, 1953.

REIS, Carlos e Lopes Ana Cristina. **Dicionário da teoria da narrativa**. SP: Ática, 1988.

REIS, Daniel Aarão. **Ditadura e democracia no Brasil**: do golpe de 1964 a constituição de 1988. Rio de Janeiro: JORGE ZAHAR, 2014.

RICOEUR, Paul. **A memória, a história e o esquecimento**. Campinas; SP: Unicamp, 2007.

SCHMIDT, Benito Bisso. **Entrevista concedida à revista acadêmica Cantareira**, RJ: UFF, 2011.

TZVETAN Todorov. Os dois princípios da narrativa. In: **Os Gêneros do discurso**. São Paulo: Martins Fontes, 1980.

THOMPSON, Edward Palmer. **A formação da classe operária**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

SARDENBERG, Carlos Alberto. **Neoliberal, não, liberal**. Para entender o Brasil de hoje e de amanhã. Rio de Janeiro. Globo, 2009.

SARLO, Beatriz. **Tempo passado**: cultura de memória e guinada subjetiva. São Paulo; Companhia das Letras, 2007.

SINGER, André. **O Lulismo em crise**: Um quebra-cabeça do período Dilma (2011-2016). São Paulo: Companhia das Letras, 2018.

SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil para a análise histórica. **Educação e Realidade**. Porto Alegre V.16, n3, jul/dez, 2011.

VASCONCELOS, Clever. **Curso de direito constitucional**. São Paulo: Saraiva, 2014.

ZILBERMAN, Regina. Memória entre oralidade e escrita. **Letras de Hoje**, Porto Alegre volume 41, número 3, p. 117-132, 2006 b.